

**CDPB – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO
PENSAMENTO BRASILEIRO**

**JACKSON DE FIGUEIREDO
(1891/1928)**

**Bibliografia
e Estudos Críticos**

**SALVADOR
1999**

APRESENTAÇÃO

O fato de que, dentre os primeiros sete volumes da série denominada Bibliografia e Estudos Críticos encontram-se três sergipanos (Tobias Barreto, Sílvio Romero e agora Jackson de Figueiredo) fala por si só do valor da contribuição de Sergipe à cultura brasileira.

A ação de Tobias e de seus seguidores na Escola do Recife foi sobretudo transformadora.

Jovens ardentes queriam não apenas afinar o país com o que havia de mais avançado em matéria de pensamento, na Europa, como a isto consideravam insuficiente e cuidaram de estendê-la às instituições, empenhando-se na abolição da escravatura, na proclamação da República e na difusão, em caráter pioneiro, dos ideais do socialismo democrático. A essa dimensão Sílvio Romero iria adicionar o talento de organizador, tendo nos legado os acervos a partir dos quais foi possível reconstituir e direcionar o entendimento de nossa literatura. Compreendendo que o país não era apenas elite mas sobretudo povo também inventariou a tradição oral da inventividade popular.

Jackson de Figueiredo viveu outro tempo, daquilo que ele mesmo chamou, no título de um dos seus livros, de “reação do bom senso contra o demagogismo e a anarquia militar”.

Se sua mensagem viria a ser ultrapassada pelo tempo – ao contrário do que ocorreria com a Escola do Recife – fica a lição de combatividade, integridade,

fidelidade a uma causa e lealdade. Seu nome e sua obra constituem o marco fundamental da renovação católica no Brasil, movimento que lhe sobreviveu ainda por algumas décadas. Assim, do mesmo modo que seus brilhantes antecessores, também projetou o nome de Sergipe no cenário nacional.

Ao reunir neste volume uma primorosa e bem cuidada bibliografia, da responsabilidade de suas colaboradoras Marta Sueli Dias Santos e Iara Carmen Moraes de Albuquerque, o Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro selecionou com muita acuidade alguns dos mais importantes estudos que a obra de Jackson veio a merecer, focalizando aspectos centrais. O texto em que Antonio Paim situa o seu papel no nascimento do tradicionalíssimo político brasileiro tornou-se uma referência expressiva, do mesmo modo que a análise de Francisco Iglésias do que denominou de “pensamento reacionário” e de Antonio Carlos Villaça do seu entendimento da missão do pensamento católico.

Sobressaem também por sua relevância os depoimentos de d. Sebastião Leme e de outro saudoso sergipano José Barreto Filho. A idéia é tornar acessíveis, numa publicação, documentos de difícil acesso. Acredito que este volume da iniciativa do CDPB, a exemplo dos antecedentes, merecerá a devida acolhida da parte de estudiosos do pensamento brasileiro.

Salvador, julho de 1999.

Luiz Antonio Barreto

SUMÁRIO

BIOGRAFIA E BIBLIOGRAFIA	00
ESTUDOS SOBRE JACKSON DE FIGUEIREDO	00
ESTUDOS CRÍTICOS	00
JACKSON DE FIGUEIREDO	
Dom Sebastião Leme	00
A DOUTRINA DA ORDEM	
Antônio Carlos Villaça	00
ESTUDO SOBRE O PENSAMENTO REACIONÁRIO	
Francisco Iglésias	00
INTRODUÇÃO A CORRESPONDÊNCIA DE JACKSON DE FIGUEIREDO	
José Barreto Filho	00
O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO TRADICIONALISMO POLÍTICO NO BRASIL	
Antônio Paim	000

BIOGRAFIA

Jackson de Figueiredo nasceu em Aracaju, a 9 de outubro de 1891, tendo cursado humanidades no Ateneu Sergipense daquela cidade e também no Ginásio Alagoano, em Maceió.

Transferiu-se para Salvador onde concluiu a Faculdade de Direito da Bahia, em 1913. Nessa fase de sua existência situa-se no chamado campo dos “livres pensadores” e colabora em diversos jornais. Após diplomar-se, radicou-se no Rio de Janeiro onde se converteu ao catolicismo e conquistou, sucessivamente, uma posição de grande liderança no movimento de renovação católica que então teve lugar no país, impulsionado por d. Sebastião Leme. Fundou e dirigiu o Centro Dom Vital e a Revista *A Ordem*, conseguindo atrair numeroso grupo de intelectuais, fato sem precedentes na República, a começar por Alceu Amoroso Lima. Sua atuação assegurou à liderança católica presença marcante no plano político, conduzindo-o na direção daquela espécie de conservadorismo que foi denominado tradicionalismo, para distingui-lo do conservadorismo de índole liberal. Faleceu prematuramente, num acidente ocorrido durante uma pescaria, que realizava num penhasco costeiro, que o atirou ao mar, onde morreu afogado, em 3 de novembro de 1928. Tinha então apenas 37 anos.

BIBLIOGRAFIA

Bater de asas. Aracaju: Livraria Brasileira, 1908. 31 p.

Zingaros. Salvador: Typ. Bahiana, 1910. 104 p.

Xavier Marques; ensaios. Salvador: Typ. Bahiana, 1913. 113 p.

_____. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1916. 113 p.

Garcia Rosa. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1915. 43 p.

Algumas reflexões sobre a philosophia de Farias Brito; profissão de fé espiritualista. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1916. 226 p.

Pelo Brazil. Muzambinho: Typ. d' o Muzambinho, 1917. 17 p. (Conferência realizada no dia 15 de novembro de 1917).

Incenso e oiro. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1917. 17 p.

Em defesa de Sergipe. Rio de Janeiro, 1918. 70 p.

O crepúsculo interior. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918. 70 p.

Discurso. Rio de Janeiro: Typ. dop Jornal do Commercio, 1919. 17 p. (Pronunciado na collação de grau às professorandas do curso normal do Lyceu Municipal de Muzambinho, no dia 8 de março de 1919).

Boa imprensa. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1919. 25 p. (Conferência realizada em Muzambinho, sul de Minas no dia 5 de março de 1919).

A questão social na philosophia de Farias Brito. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1919. 79 p.

Humilhados e luminosos. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil; Porto: Renascença Portuguesa, 1921. 159 p.

Do nacionalismo na hora presente: carta de um catholico sobre as razões do movimento nacionalista no Brazil e o que, em tal movimento, é possível determinar. Rio de Janeiro: Catholica, 1921. 62 p.

As idéias gerais de Fidelino de Figueiredo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1'922. 33 p. (Conferência realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Separata do Boletim da Classe de Letras, v. 15).

A reacção do bom senso; contra o demagogismo e a anarchia militar. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922. 254 p.

Pascal e a inquietação moderna. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922. 229 p.

Pascal e a inquietação moderna. Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura, 1979. 93 p. (Coleção Eduardo Prado, série A).

Literatura reacionária. Rio de Janeiro. Centro Dom Vital, 1924. 216 p.

Auta de Souza. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1924. 62 p.

Afirmações. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital. 1925. 351 p.

Durval de Moraes e os poetas de Nossa Senhora. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1925. 206 p.

Do nacionalismo na hora presente. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1925. 206 p.

A coluna de fogo. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1925. 294 p.

Homenagem à injúria. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1926. 14 p.

Cartas. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. 68 p.

In Memoriam. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. 374 p.

Aevum; romance. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1932. 236 p.

Correspondência. Rio de Janeiro: ABC, 1938. 230 p.

_____. 2ª ed. aum. Rio de Janeiro: Agir, 1945. 380 p.

_____. 3ª ed. aum. Rio de Janeiro: Agir, 1946. 444 p.

Trechos escolhidos. Seleção José Rafael de Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1977. 126 p. (Nossos Clássicos, 25).

Correspondência: harmonia dos contrastes (1919-1928). Organização geral João Etienne Filho. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1991. il. 2 t. (Coleção Afrânio Peixoto, 18-19).

ESTUDOS SOBRE JACKSON DE FIGUEIREDO

AEVUM, o romance de Jackson de Figueiredo. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 229-237. (Suplemento literário de “A Manhã”).

ABRANCHES, Jorge. **O pensamento político de Jackson de Figueiredo**. Recife: Grêmio Cultural Jackson de Figueiredo, 1954. 24 p.

ALB faz homenagem a Jackson de Figueiredo. **A Tarde**, Salvador, 9 out. 1991. p. 2.

ALBUQUERQUE, Teófilo de. Um eleito das musas. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 230-231; (Suplemento literário de “A Manhã”).

ALMEIDA, Lacerda de. Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 311-312.

ALMEIDA, Renato. Jackson de Figueiredo e a inquietação, In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 258-259.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Ode a Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 150-151, dez. 1929.

_____. _____. In: FERNANDES, Cléa Alves Figueiredo. **Jackson de Figueiredo trajetória apaixonada**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. ix-x.

ARANHA, Graça. Jackson de Figueiredo: sua modernidade. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 188-189, jan./jun. 1929.

_____. _____. In FIGUEIREDO Jackson de. **In Memoriam**.
Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 72-73.

_____. A modernidade de Jackson de Figueiredo. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 209. (Suplemento literário de “A Manhã”).

ARAÚJO, Murilo. Evangelho de Jackson. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 294-295, jan./jun. 1929.

_____. _____. In FIGUEIREDO Jackson de. **In Memoriam**.
Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 178-179.

_____. Gloria. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 231. (Suplemento literário de “A Manhã”).

AZEREDO, Carlos Magalhães. O conciliador. In FIGUEIREDO Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 154-156.

BARBOSA, Marcos (Dom). Jackson de Figueiredo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 nov. 1988.

_____. Prefácio. In: FIGUEIREDO, Jackson. **Correspondência: harmonia dos contrastes (1919-1928)**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1991. t. 1, p. 9-14.

BARRETO FILHO, José. O sentido da tragédia em Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro. v. 9, n. 1, p. 332-340, jan./jun. 1929.

BARRETO FILHO, José. O sentido da tragédia em Jackson de Figueiredo. Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 216-224.

_____. Introdução. In. FIGUEIREDO, Jackson de. **Correspondência**. Rio de Janeiro: ABC, 1938. p. 5-39.

_____. Introdução à Correspondência de Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 464-483, nov. 1938.

_____. Suma sentimental. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 223-224. (Suplemento literário de “A Manhã”).

_____. O sentido da tragédia em Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 82, p. 37-46, jan./dez. 1991.

BRION, Marcel. O pensamento e a obra de Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 110-16, jan./jun., 1931.

_____. _____. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 82, p. 59-68, jan./dez, 1991.

BRITO, Raimundo de Farias. **Carta a Jackson de Figueiredo**. São Paulo, GRD, 1984. 12 p.

CALMON, Pedro. Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 305-308.

CAMPOS, Fernando Arruda. **Tomismo e neotomismo no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1968. p. 81-82.

CAMPOS, Mário Mendes. Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 313-315.

CARNEIRO, J. Fernando. Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1/2, p. 52-67, jan./fev. 1946.

_____. _____. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 82, p. 81-100, jan./dez. 1991.

Carta de Jackson de Figueiredo a Alceu Amoroso Lima. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 48, p. 243, jul./dez. 1952.

CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. Atualidade de Jackson de Figueiredo. **Convivium**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 150-153, jul./dez. 1991.

_____. _____. **A Ordem**. Rio de Janeiro, n. 82, p. 123-129, jan./dez. 1991.

- CARVALHO, Ronaldo de. Jackson de Figueiredo, o realista. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 256-257, jan./jun. 1929.
- _____. _____. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 140-141.
- _____. O realista. **Autores e livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 1 nov. 1941. p. 216. (Suplemento literário de “A Manhã”).
- CASTRO, Renato Berbert de. Vida em livros e opúsculos. **A Tarde**, Salvador, 12 out. 1991. Caderno Cultural, p. 2-4.
- _____. Pedro Kilkerry na correspondência entre Xavier Marques e Jackson de Figueiredo. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, Salvador, n. 38, p. 29-48, 1992.
- CELSO, Affonso. O paladino da fé. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 309-310.
- COMEMORAÇÃO de Jackson. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 4, jan./mar. 1976.
- CORDI, Cassiano. **A noção de revolução em Jackson de Figueiredo**. São Paulo, 1980. 108 f. datilografadas. (Dissertação).

CORREIA, Alexandre. Jackson de Figueiredo: o philosopho. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 204-213, jan./jum. 1929.

_____. _____. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 88-97.

COSTA, Francisco. Soneto. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 213.

COSTA, Heitor da Silva. Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 489-491, nov. 1938.

CUNHA, Tristão da. Marginalia. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 157-160.

_____. _____. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 1 nov. 1941. p. 228. (Suplemento literário de “A Manhã”).

DELAMARE, Alcebíades. Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 351-353.

DELGADO, Luís. **Jackson de Figueiredo**. Recife: Of. Gráficas do Jornal do Comércio, 1928. 34 p. (Conferência pronunciada numa homenagem por intelectuais pernambucanos, no 30º dia de morte de Jackson de Figueiredo).

_____. _____. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**.
Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 238-257.

DUTRA, Pedro. Correspondência: Jackson de Figueiredo e
Alceu Amoroso Lima. **Revista Brasileira de Filosofia**,
São Paulo, v. 34, n. 167, p. 294-299, set. 1992.

ECT faz homenagem a Jackson de Figueiredo. **A Tarde**,
Salvador, 11 out. 1991. p. 4.

ELIA, Silvio. Jackson, humanista integral. **A Ordem**, Rio de
Janeiro, v. 21, n. 2, p. 167-171, fev. 1941.

ENCICLOPÉDIA de literatura brasileira/Oficina Literária
Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: FAE, 1990. v. 1, p.
594.

ETHIENNE FILHO, João. Nota introdutória. In: FIGUEI-
REDO, Jackson de. LIMA, Alceu Amoroso. **Cor-
respondência**: harmonia dos contrastes (1919-1928). Rio
de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1991. t. 1, p.
15-19.

EVENTOS lembram memória de Jackson de Figueiredo. **A
Tarde**, Salvador, 4 out. 1991. p. 2.

FALCÃO, Manoel Muniz. A vida de Jackson de Figueiredo.
Autores e Livros, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p.
224-225. (Suplemento literário de “A Manhã”).

FARIA, Octavio de. Jackson visto por Hamilton Nogueira. **A Ordem**. Rio de Janeiro, v. 73, n. 3-4, p. 93-94, out./dez. 1976.

FERNANDES, Cléa de Figueiredo. **Jackson de Figueiredo: uma trajetória apaixonada**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 620 p.

_____. **Aspecto político na vida de Jackson de Figueiredo**. s.n.t. (Conferência realizada em comemoração ao centenário de nascimento de Jackson de Figueiredo).

FERREIRA, Carlos Eduardo Affonso. O resgate de Jackson de Figueiredo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 1991. Caderno Cultura.

FIGUEIREDO, Laura. Lembrai-vos de Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 332-335.

_____. _____. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 216. (Suplemento literário de “A Manhã”).

FIGUEIREDO, Luiz Jackson de. Jackson. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 58, p. 442-445, dez. 1934.

FONSECA, Gondim da. Jackson de Figueiredo: o polemista. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 246-305, jan./jun. 1929.

- _____. _____. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 180-189.
- FONTES, Armando. Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 143-157, nov. 1950.
- FONTES, José Silveira Leite. **Jackson de Figueiredo**; sentido de sua obra. Aracaju: Livraria Regina, 1952. 105 p.
- FONTES, Lourival. A última campanha. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 342-344.
- FRANCA, Leonel, S. J. Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 336-338.
- FRADIQUE, Mendes. Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 302-304.
- FRANCO, Virgílio A. de Mello. Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 297-300.
- GANNS, Claudio. Jackson de Figueiredo, o jornalista. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 277-285, jan./jun. 1929.

_____. Jackson de Figueiredo, o jornalista. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 161-169.

GOMES, Jurandir. A confissão de Jackson de Figueiredo. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 10 nov. 1928.

_____. Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 274-281, marc. 1938.

GOMES, Oséas. Reminiscência. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 260-263.

_____. _____. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 260-263.

GOMES, Perillo. **Ensaio de crítica doutrinária**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1923.

GOMES, Perillo. **Jackson de Figueiredo**; doutrinário político. Rio de Janeiro, 1926. 142 p. (Coleção Eduardo Prado, C).

_____. Jackson de Figueiredo: o apologista. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 190-203, jan./jun. 1929.

_____. _____. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 74-87.

_____. Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 442-453, nov./dez. 1936.

_____. _____. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 18, p. 442-453, jul./dez. 1937.

_____. O amigo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 461-463, nov. 1938.

_____. _____. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 227. (Suplemento literário de “A Manhã”).

_____. Um acerto de Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 5, p. 317-319, nov. 1947.

GRIECO, Agrippino. Jackson bohemio. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 275-284.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário bio-bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 125-126.

HAMILTON e Jackson. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 2-3, p. 108, jul./dez. 1975.

HARGREAVES, H. J, Jackson de Figueiredo e o milagre da Graça. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 58-76, jan. 1938.

_____. Atualidade da mensagem de Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 665, n. 1, p. 7-26, jan. 1961.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Indicação. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 148-149.

_____. _____. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 227. (Suplemento literário de “A Manhã”).

HORTA, Luiz Paulo. Um descendente de Jackson. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 82, p. 207-213, jan./dez. 1991.

IGLÉSIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. In: _____. **História e ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 109-159.

JACKSON de Figueiredo: águas. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 26, p. 443-448, jul./dez. 1941.

_____. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 209. (Suplemento literário de “A Manhã”).

JACKSON de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 57, p. 45-46, jan./jun. 1957.

JACKSON visto por Hamilton Nogueira. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 3-4, p. 93-94, out.;dez. 1976.

JACKSON de Figueiredo; 50 anos depois de sua morte. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 nov. 1978. p. 25.

JARDIM, Pio. Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 235-237.

KARAM, Francisco. Trechos de ensaio. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 503-504, nov. 1938.

_____. _____. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 219. (Suplemento literário de “A Manhã”).

KILKERRY, Pedro. Da correspondência de Jackson de Figueiredo. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. (Suplemento literário de “A Manhã”).

KOHNEN, Mansueto. (OFM Sac.). Jackson de Figueiredo, iniciador duma espiritualidade nova. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 65, p. 15-32, jul. 1935.

_____. _____. (conclusão). **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 156, n. 66, p. 179-184, ago. 1935.

LEME, Sebastião (sac.). Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 113-119, jan./jun. 1929.

_____. _____. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 1-3.

LIMA, Alceu Amoroso. Jackson de Figueiredo, seu lugar. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 345-349, jan./jun. 1929.

_____. _____. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 358-361.

_____. Primeiras vitórias. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 61, p. 33-39, maio 1930.

_____. Palavras aos companheiros. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 9, p. 97-102, set./out. 1930.

LIMA, Alceu Amoroso. Indicações. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 10, p. 189-197, nov./dez. 1930.

_____. **Contra-revolução espiritual**. Cataguazes: Spinola & Fusco, 1932. p. 39-51.

_____. 1932-33. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 45-46, p. 799-810, nov./dez. 1933.

_____. Catolicismo e integralismo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 58, p. 403-413, dez. 1934.

_____. _____. II. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 59, jan. 1935.

_____. Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 6, p. 400-402, jun. 1935.

_____. Jackson. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 442-460, nov. 1938.

_____. No túmulo de Jackson. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 583-591, dez. 1938.

_____. Adeus a Jackson. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, v2 nov. 1941. p. 223. (Suplemento literário de “A Manhã”).

_____. Diálogo das sombras. In: _____. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. Cap. 6, p. 7-127.

_____. Jackson de Figueiredo. In: MILLIHASON, Claude de. (Org.). **Grandes católicos**. Porto Alegre: Globo, 1943, p. 652-661.

_____. A campanha dos jubileus. **A Ordem**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 8/9, p. 245-249, ago./set. 1946.

_____. Vinte anos depois. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 317-322, nov. 1948.

_____. Duas comemorações. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 206-207, nov. 1955.

_____. Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 35. n. 53, p. 400-402, jan./jun. 1955.

_____. Quarenta anos depois. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 69-75, ago. 1961.

_____. Schmidt e Jackson. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 1, p. 25-30, abr./jun. 1975.

_____. A marca de fogo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 3 out. 1978. Secção Tendências/Debates, p. 3.

LIMA, Alceu Amoroso. Carta. In: FERNANDES, Cléa Alves Figueiredo. **Jackson de Figueiredo: uma trajetória apaixonada**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. vii-viii.

LIMA, Jorge de. Poema. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 301.

_____. Depoimento. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 484-485, nov. 1938.

_____. _____. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 223. (Suplemento literário de “A Manhã”).

_____. Poema: à memória de Jackson. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 230. (Suplemento literário de “A Manhã”).

LIMONGE, J, Pappaterra. Jackson de Figueiredo: o christianizador. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 266-269, jan/jun. 1929.

_____. _____. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**.
Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 150-153.

LIVRO sobre Jackson de Figueiredo. **A Tarde**, Salvador, 11
set. 1991. Caderno 2, p. 5.

LULA, Melo (Sc.). Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, v. 18,
p. 501-502, nov. 1938.

MACEDO, Ubiratan Borges de. **Introdução ao pensamento
de Jackson de Figueiredo**. s.n.t. (Conferência realizada
em comemoração ao centenário de nascimento de Jackson
de Figueiredo, na Academia Sergipana de Letras em 9, 10
e 11 de out. 1991).

MACHADO. Germano. **Jackson de Figueiredo**. Salvador:
CEPA, 1991. 24 p.

_____. Jackson de Figueiredo no mar do esquecimento. **A
Tarde**, Salvador, 15 jun. 1991. Cultural, p. 9.

MACHADO, Geraldo Pinheiro, O desafio filosófico de
Jackson de Figueiredo. **Presença Filosófica**, São Paulo,
n. 417, p. 264-272, 1975.

MAGALHÃES, Almeida. **Farias Brito e a ressurreição
espiritualista**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais,
1918.

MARQUES, Xavier. **Dois filósofos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ed. da Brasília, 1917.

_____. Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 345-350.

MARQUES, Xavier. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 233. (Suplemento literário de “A Manhã”).

_____. “O nosso Jackson”. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 12, p. 566-568, dez. 1941.

MATTA, João Eurico da. Jackson de Figueiredo: 100 anos de um pensador. **A Tarde**, Salvador, 9 out. 1991. Caderno 1. p. 1.

_____. Cientificismo e religiosidade em Antero de Quental e Jackson de Figueiredo. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, Salvador, n. 40, p. 39-52, 1994.

MENDONÇA, Eduardo Prado de. Jackson e Pascal. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 1, p. 77-99, abr./jun. 1974.

_____. Jackson e Pascal. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 82, p. 101-116, jan./dez. 1991.

MENEZES, José Rafael de. **Jackson de Figueiredo**: prosa. Rio de Janeiro: Agir, 1958. 128 p.

MENEZES, Raimundo de. **Dicionário literário brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1969. v. 2, p. 507-508.

MORAES, Durval de. Florestas. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 146-147.

_____. Jackson, o homem de oração. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 495-500, nov. 1938.

MURICI, Andrade. **O suave convívio**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.

_____. Jackson de Figueiredo: traços de sua phisyonomia moral. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 264-268.

_____. Jackson de Figueiredo, crítico literário. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 519-532, nov. 1938.

NOGUEIRA, Hamilton. **Jackson de Figueiredo**. Rio de Janeiro: Terra e Sol, 1928. 259 p.

_____. _____. 2ª ed. Rio de Janeiro: Hachette, 1976, 146 p.

_____. O pensador político. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 124-132.

_____. Jackson de Figueiredo: o pensador político. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 240-248, jan./jun. 1929.

NOGUEIRA, Hamilton. Jackson de Figueiredo e a revolução. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 140-149, out./dez., 1929.

_____. Um depoimento. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 439-441, nov. 1938.

_____. Jackson. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 323-324, nov. 1948.

_____. Jackson. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 5, p. 286-287, nov. 1956.

_____. Atualidade de JACKSON de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 5, p. 3377-339, nov. 1958.

_____. Há quarenta anos. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 76-79, ago. 1961.

NOTÍCIAS do Centro Dom Vital; 29º aniversário da morte de Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 6, p. 423-488, dez. 1957.

NUNES, Marcelo. De volta do enterro. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 214-215.

_____. De volta do enterro. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 330-331, jan./jun. 1929.

ODE a Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 54, p. 70-71, jul./dez. 1955.

OITICICA, José. Jackson de Figueiredo. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1928.

OLIVEIRA, C. A. Barbosa de. Um pensador, combatente emérito da boa causa. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 492-494, nov. 1938.

OLIVEIRA, Xavier de. Kackson pescador. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 318-328, jan./jun. 1929.

_____. _____. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 202-212.

_____. Jackson. Estudante na Bahia. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 412-422, nov. 1938.

_____. O refúgio místico de Jackson de Figueiredo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 out. 1978. p. 156.

- PADILHA, Tarcísio Meirelles. Uma filosofia do paradoxo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 117-121, jan;/dez. 1991.
- PADILHA, Tarcisio Meirelles. Uma filosofia do paradoxo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, out. 1991.
- PAIM, Antônio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. 5ª ed. Londrina: Editora UEL, 1997.
- PEDROSA, Alfredo Xavier (Sac.). Jackson de Figueiredo, alma eleita. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 535-544, nov. 1938.
- PEIXOTO, Afranio. Jackson de Figueiredo: o romancista. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 249-255, jan./jun. 1929.
- _____. _____. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 133-139.
- PENIDO, Basílio (Dom.). Introdução. In: FIGUEIREDO, Jackson de. LIMA, Alceu Amoroso. **Correspondência: harmonia dos contraste (1919-1928)**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. 1991. t. 1, p. 21-30.
- PERÉA, Romeu (Sac.). A teoria da personalidade em Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 205-215, mar. 1941.

- PEREIRA, José Mário. Amoroso Lima/Jackson de Figueiredo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 dez. 1991. Caderno de Cultura, p. 3.
- PEREIRA, Nilo. Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 45-46, jan. 1957.
- PESSOA, Epitacio. Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 350-351, jan-/jun. 1929.
- _____. _____. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 362-363.
- PETERSON, Roberto. **Dos filósofos brasileiros**. Rio de Janeiro: Brasiléia, 1917.
- PINHEIRO, Nuno. JACKSON de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 30-31, p. 118-119, jan./fev. 1924.
- PINTO, Alvaro. Carta para além-túmulo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 354-357.
- PINTO, H. Sobral. O realista político. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 306-317, jan./jun. 1929.
- _____. _____. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 190-201.

PINTO, H. Sobral. Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 6, p. 366-372, jun. 1953.

_____. O realista político. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 82, p. 69-80, jan./dez. 1991.

PRATA, Ranulfo. Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 316-317.

A PROPÓSITO da inauguração da Escola Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 55, p. 467-468, jan./jun. 1956.

RIBEIRO, Arthur. Jackson. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 58, p. 440-442, dez. 1934.

RIBEIRO, João. Um morto ilustre. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 272-274.

_____. _____. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 233-237. (Suplemento literário de “A Manhã”).

RIOS, José Arthur. Jackson presente. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 nov. 1978. Caderno B, p. 2.

_____. Lições de Jackson. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 82, p. 19-35, jan./dez. 1991.

_____. **Jackson de Figueiredo**: perfil e formação de um pensador. s.n.t. (Conferência realizada em comemoração ao centenário de nascimento de Jackson de Figueiredo, na academia de Letras da Bahia em 8 e 9 de out. 1991).

_____. Jackson de Figueiredo: significado de um centenário. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 441, p. 23-35, dez. 1991.

_____. Agradece homenagens pelo centenário de Jackson de Figueiredo. **A Tarde**, Salvador, 12 nov. 1991. Opinião do leitor, p. 6.

_____. Jackson, escritor. **Convivium**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 83-105, jan./jun. 1992.

_____. Jackson de Figueiredo: significado de um centenário. In: **PERFIS** biográficos. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 1997. p. 257-278.

RODRIGUES, J. Contreiras. Jackson de Figueiredo: o sociólogo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 214-239, jan./jun. 1929.

_____. _____. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 98-123.

SALES, Eugenio de Araujo (Com.). A obra de Jackson. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 out. 1991.

SANTOS, A. Felício dos. Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 339-345.

SARDINHA, António. **Aliança peninsular**. Lisboa, 1924.

SCHMIDT, Augusto Frederico. Meu depoimento. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 142-145.

_____. Depoimento sobre Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 545-558, nov. 1938.

_____. _____. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 220-221. (Suplemento literário de “A Manhã”).

SERRANO, Jonathas. O nosso Jackson. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 285-296.

_____. Jackson de Figueiredo, o escritor. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 507-518, nov. 1938.

_____. _____. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 217-218. (Suplemento literário de “A Manhã”).

SILVA, Antônio de Rezende. Jackson de Figueiredo e o estado de direito. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 3-4, p. 68-76, out./dez. 1976.

SILVA, J, A, Pereira da. Reminiscencia. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. p. 233. (Suplemento literário de “A Manhã”).

SILVA, Olegário. Jackson de Figueiredo: infância e adolescência. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 171-187, jan./jun. 1929.

_____. Jackson de Figueiredo: Infância e adolescência. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 55-71.

SILVEIRA, Tasso da. **Jackson de Figueiredo**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1916. 38 p.

_____. **A igreja silenciosa**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.

_____. O poeta. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 170-177.

_____. Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 405-422, nov. 1937.

_____. **Jackson de Figueiredo**. Rio de Janeiro: Agir, 1945. 44 p. (Nossos grandes mortos, 2).

SILVEIRA, Tasso da. **Jackson de Figueiredo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Hachette, 1976. 143 p. (Coleção Brasil sempre, 3).

SOMBRA, José. Pascal e a inquietação moderna. **Autores e Livros**, Rio de Janeiro, n. 12, 2 nov. 1941. (Suplemento literário de “A Manhã”).

SUCUPIRA, Luiz. Jackson e a mocidade. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 437-438, nov. 1938.

TODARO, Margaret Patrice, **Pastors, prophets and politicians**: a study of the Brazilian Catholic Church. Londres: University Microfilms International, 1971. 550 p.

TORRES, João Camilo de Oliveira. Jackson de Figueiredo. In: _____. **História das idéias religiosas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1968. p. 182-189.

VIANNA, Arthur Gaspar. Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 269-271.

_____. **Jackson de Figueiredo**: atitude e doutrina. Rio de Janeiro: Pap. Natal, 1938. 24 p.

VICENTE, José Fernando. Jackson. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 4, p. 197-206, 1964.

VICTOR, Nestor. **Cartas a gente nova**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924.

_____. Jackson de Figueiredo. In FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 225-234.

VILLAÇA, Antônio Carlos. Jackson e a Igreja. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 5, p. 645-650; nov. 1959.

_____. A doutrina da Ordem. In: _____. **O Pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 97-106.

_____. Jackson de Figueiredo e a doutrina da Ordem. In: CRIPPA, Adolpho (Coord.). **As idéias políticas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1979. v. 2, p. 75-96.

VITA, Luís Washington. Jackson de Figueiredo (1891-1928). In: _____. **Antologia do pensamento social e político no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1968. p. 177-187.

ESTUDOS CRÍTICOS

JACKSON DE FIGUEIREDO^(*)

Dom Sebastião Leme

O Brasil Catholico – e poderia dizer, simplesmente, “O Brasil” – não tem o direito de esquecer os exemplos e os esforços de Jackson de Figueiredo.

Gravar-lhe a physionomia de homem e de apostolo em número especial de A Ordem, a mim se me afigura obra de fé e patriotismo. E eu, como bispo e como amigo, aqui estou a applaudil-a e abençoal-a.

Querem ainda a contribuição do meu pobre pincel para o retrato do fundador do Centro Dom Vital e da A Ordem? Ahi vae, pois, em traços sem colorido, o que delle pensa, não o amigo, que tão de perto o praticou, mas a autoridade Ecclesiastica que o pôde conhecer nos recessos mais íntimos do coração.

Jackson de Figueiredo era Catholico sincero, convicto, fervoroso e dedicado até ao sacrifício da vida, si preciso fosse.

Entre a Igreja e qualquer outra cousa, fosse o que fosse, elle preferia e preferiria sempre a Igreja. Erraria grosseiramente quem o julgasse Catholico, por conveniência, opportunismo, interesses ou vaidades do momento. Igualmente erraria quem visse a razão ultima do seu catholicismo ardoroso na preocupação pela ordem legal.

Não há duvida que nos últimos annos de existência viveu Jackson obcecado por essa idéa; mas, a essencia das suas convicções religiosas não vinha dahi. Era catholico, não só porque a Igreja seja a melhor escola de ordem, mas porque a Igreja é, pura e simplesmente, a Igreja de Nosso Senhor Jesus Christo, fóra da qual não comprehendia a vida, na finalidade magnifica de seus destinos sobrenaturaes e humanos. E é desse ponto de vista, como catholico, sincero, praticante e militante, que o nome de Jackson de Figueiredo ficará nas letras e na história brasileira.

Em que peze à acção do jornalista brilhante e combativo, tenho para mim que foi, como servidor da Igreja, que Jackson de Figueiredo conseguiu fazer escola.

Do polemista intelligente e fogoso raros serão os adeptos no campo da intellectualidade.

Do causeur fertilissimo, esteriotypador vivaz e um tanto aspero dos homens e das cousas, so commentários de intimidade cultuarão a lembrança.

Nem mesmo de sua alma feita de bondade e doçura, de sensibilidade infantil e meiguice angelica para o soffrimento alheio, serão muitos os que possam render testemunho. Do servidor da Igreja e d soldado de Jesus Christo, desse, sim, é que não morrerá o exemplo.

Fez discipulos e deixa imitadores. Para não citar veteranos do Centro Dom Vital, bastaria o nome de Tristão de Athayde. É valor que só por si immortaliza a influencia espiritual de Jackson de Figueiredo.

Ora, toda essa pleiade escolhida de moços, que cerram fileiras em torno de Jackson de Figueiredo, alimenta na alma a convicção solemne de que o servidor da Igreja e soldado de Jesus Christo deve ser e será continuado. Que maior gloria para o nome de Jackson de Figueiredo?

Delle, cada um poderá repetir o que de Luiz Veuillot escreveu o Conde de Mun:

“... La conversation du maître, abondante, semée d’anecdotes et de traits, me parut toute différente de ce que j’attendais. Dans ses récits, dans ses jugements, ce ne fut pas l’esprit, pourtant si vif, qui je note ici surprendra sans doute ceux pour qui Louis Veuillot est resté le type du journaliste, impitoyable à ses adversaires. Il l’était, quand le fallait, la plume à la main. Mais dans ses propos, la parole, souvent plaisante, n’éwtait pas mordante et si, devant lui, quelqu’un disait sur l’un des adversaires une dure parole, il en adoucissait l’âpreté par un mot d’éloge.

Quand, j’allai le visiter dans sons cabinet, je vis un autre homme. J’entendis, non plus le causeur inimitable et le brillant conteur, mais le serviteur de l’Eglise. Il ne me parla ni de la politique, ni des hommes, ni des faits du jour; laissant les choses contingentes, il fit pour moi seul, sans apprêt, simplement, avec quelle éloquence cependant et quelle hauteur de vues! une admirable leçon sur l’Eglise romaine, et sur le rôle que sa mission divine lui a tracé dans le monde, à mon tour, d’apprendre à la connaître, il

me dit: “Avez toujours près de vous, sur votre table, un volume de l’histoire de l’Eglise!”

Cette parole m’est restée présente toute ma vie”.

Assim, ficarão para sempre, entre amigos e companheiros de Jackson de Figueiredo, as suas palavras e exemplos de amor e dedicação à causa da Igreja, sem a qual, escreveu elle, não há pátria, porque não há espírito, e sem espírito não há criações do espírito.

“Sua bençã para mim e para os soldados do Centro”.

- tal foi sempre a fôrma inicial das cartas que me dirigia.

Com a morte do chefe valoroso, os soldados não desertaram o campo. Elles estão de pé, e a bandeira despregada aos ventos.

Que Deus os abençoe, por elles e pelos novos que vierem!

É preciso que os intellectuaes brasileiros conheçam a verdade e gozem a ventura do amor e serviço de Jesus Christo!

Rio, 24-II-1929.

(*) LEME, Sebastião Dom. Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson de. **In Memoriam**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929. p. 1-3.

A DOCTRINA DA ORDEM^(*)

Antonio Carlos Villaça

No BRASIL, A LIBERDADE jamais foi sacrificada à ordem, disse Joaquim Nabuco, no seu estudo sobre **O Sentimento de Nacionalidade na História do Brasil**, em 1908.

Liberdade e ordem... Jackson de Figueiredo encarnou entre nós a doutrina da ordem. Três livros dele têm conteúdo propriamente filosófico, a saber. **Algumas reflexões sobre a Filosofia de Farias Brito**, 1916, **A Questão Social na Filosofia de Farias Brito**, 1919, **Pascal e a Inquietação Moderna**, 1922.

Jackson veio do materialismo, do cepticismo e do espiritualismo vago. O ensaio sobre a Filosofia de Farias Brito, de 1916, é a sua profissão de fé espiritualista. Como **Pascal e a Inquietação Moderna** será a sua profissão católica.

A leitura e o convívio de Farias Brito levou-o ao espiritualismo. Farias era um pampsiquista panteísta. A leitura de Pascal levou-o ao catolicismo. Lerá Donoso Cortés e Joseph de Maistre. Sonhará mesmo com um livro sobre De Maistre.

Os últimos seis anos de sua vida tão breve foram de apostolado católico, numa linha intelectual e reacionária. Com ele, passamos da primazia do literário à primazia do ideológico.

“Homem de ação, adorando a boêmia, passando as noites nos cafés, a conversar com os amigos, jamais produziu uma obra à altura do seu talento. O que deixou escrito é secundário. E ele sabia disto”. (Alceu, **Memórias Improvisadas**, 1973, p. 119).

Jackson detestava o espírito de indefinição. O cepticismo. O ecletismo. E via na Igreja antes de tudo a autoridade. Foi um autoritário. Intuição, autoridade, ordem, eis as notas mais típicas do seu espírito.

Ao converter-se, abdicou do seu individualismo intelectual, como disse expressamente, no pórtico do ensaio sobre Pascal, que foi verdadeiramente a sua estréia.

O que fascinava eram as pessoas. “Esse amor da personalidade foi o princípio de todos os seus movimentos, o motivo de todas as suas lutas, o seu sofrimento e também a sua glória. Instigado por ele é que *Jackson procurava ligar os homens, explicá-los uns aos outros*, fazer que se compreendessem e compenetrassem”, diz Barreto Filho, na bela “Introdução à Correspondência”, 1938.

Jackson foi, em certo sentido um existencialista. Faria viu nele traços de Pascal e Novalis. Queria escrever uma Suma Sentimental Raciocinada. E que são as suas cartas a não ser esta Suma? “Sua ambição era conduzir as forças da paixão, analisá-las, descobrir as suas ligações com os valores eternos, fornecer ao homem instintos que seguramente o desviassem do erro moral, e isto por amor à vida em toda a sua intensidade”, observa Barreto (p. 43).

Há nele um sentido vivencial, um concretismo. Um amor real e vivo das pessoas. Detestou o individualismo. Amou as pessoas. A doutrina de Pascal, para Jackson não é o puro fideísmo, mas um racionalismo mitigado, nada escolástico. Estuda Jackson a angústia pascalina, o pari, a aposta, que vem da filosofia árabe. Para ele, Pascal simboliza o pensamento moderno. Os temas de Jackson foram o catolicismo, a ordem, a autoridade, a contra-revolução. O nacionalismo, a restauração moral. Foi um maurrasiano.

Subordinava o problema social ao problema político. E subestimava o problema econômico. Todos os problemas subordinavam-se ao problema ético. O processo de vitalização do catolicismo brasileiro, se não começa com ele, tem nele uma das suas forças mais importantes. Mas esse homem todo voltado para a ação, todo entregue ao debate político, tem de repente uma frase como esta, na Correspondência com Alceu: “Ainda ontem à noite, para encontrar uma frase, tive que folhear o segundo volume das **Jeunes Filles** e li de novo as páginas finais. Que geógrafo da fisionomia e que sentimento do mistério físico, do sobrenatural que está animando tudo que é humano. Eu já lhe disse e repito: tinha o desejo de escrever um ensaio sobre o senso do divino, que descubro intenso, naquela obra, de que Deus parece ausente” (março de 1928, p. 171).

Nele, o mais importante paradoxalmente não é a doutrina da ordem política, na linha de Joseph de Maistre e Charles Maurras, mas a doutrina da ordem sobrenatural.

Jackson colocou no centro da história a Igreja. A defesa da ordem constituída contra a revolução é um aspecto dessa colocação. Passou de Stirner a Nietzsche e de Nietzsche a Pascal. Nele o homem teve a primazia sobre a obra escrita. Lutou contra o individualismo liberal, o agnosticismo, o indiferentismo, a indefinição, a plutocracia, porque descobriu o valor absoluto – para ele – do cristianismo mais ortodoxo.

Subordinou a política à moral. Esse moralismo lhe é típico. Mas um moralismo que coincidia, no homem Jackson, com a mais incrível abertura. Pessoalmente, era um boêmio. Politicamente, era um maurrasiano. “Dizia ter escolhido um confessor de espírito mediano e apagado, não só para que nele sentisse viver mais intensamente a Igreja que o homem, mas ainda para maltratar o excesso de seu individualismo, de sua violência anárquica e revoltada”. (Alceu, “Jackson”, in **Correspondência**, p. 410).

A luta de uma consciência com um temperamento, eis a sua vida. Nada mais diferente da sua consciência do que o seu temperamento (**Correspondência**, p. 176). Detestou a ironia e o diletantismo. Parecia lutar com os homens. Engano. A luta era consigo mesmo (idem, p. 436). Um perturbador. Pois sendo, como era, um moralista, desafiava o farisaísmo católico através de tantas atitudes práticas.

Foi, assim, um centro de irradiação.

O problema do sofrimento está no âmago da sua Filosofia.

“O programa, que traçava para a Filosofia se identifica com o que foi executado por Dostoievski e Kierkegaard: mergulhar na personalidade profunda, na sua liberdade trágica, princípio do bem e do mal, e isto através do seu único canal de acesso – a dor humana”. (Barreto, **Correspondência**, p. 16).

O sofrimento é, para ele, o único conhecimento absoluto. Percebe que há um contato com o ser que não se origina da razão, que não é estritamente racional. O que o preocupa é o conhecimento essencial da personalidade, é o ser humano nos instantes supremos da sua manifestação. O sofrimento, para Jackson, é o genuíno contato com o ser.

Jackson superara o primado do racional, do cartesianismo, para chegar a uma Filosofia existencial. A verdade para ele é o contato íntimo com o ser. Para a sua visão trágica do mundo, o sofrimento é o fato fundamental do destino humano, o fato ontológico, o fato revelador.

Sua conversão ao catolicismo integra-se na perspectiva da morte de Farias Brito, que tanto abalou, e na da sua própria doença de 1918. O católico, o líder católico surgiu desses fatos e da leitura da pastoral de Dom Leme, de 1916, com a correspondência que logo se estabeleceu entre eles.

O Sofrimento do Cristo se torna, para ele, o fato capital da história.

Que atrairá Jackson na Igreja Católica? Responde Barreto Filho: a organização equilibrada da vida, através de uma estrutura social. Convertido, quis organizar uma

elite que lutasse pela recristinização da vida brasileira. Escrevia a Alceu: “e o que é preciso é romper absolutamente com a concepção materialista. No fundo, o que o atormenta ainda é a indefinida idéias de que o importante é realizar a justiça na Terra. Mas não é. O importante é elevar-se à ordem da caridade”. (Carta de 11, 12 de maio de 1928, **Correspondência**, p. 32).

Eis o ponto nevrálgico da concepção global de Jackson. O importante, para ele, não era o social em si, a justiça social. Era o amor, a ordem da caridade, isto é, o problema espiritual.

Filósofo essencialmente dos atos humanos, via o erro moral como um crime ontológico, um cisma do ser, a ida para o nada, a nadificação. Escreveu a Tristão: “O que tem valor é o ato de criação da alma”. (25, 26 de setembro de 1928). Aí está sua concepção fundamental de que a criação da alma através da vida é a atualização da possibilidade de ser. “Amo tudo quanto é vivo”. (Carta a Alceu, de 19, 20 de agosto de 1928).

“Entrar pela vida adentro, compreendê-la, senti-la”, eis o que fez pessoalmente. Seu moralismo era dinâmico e possuía um sentido criador. Barreto viu muito bem que para Jackson nada se cria sem o ato moral.

Com Pedro Kilkerry, conheceu Xavier Marques. Foram as duas grandes presenças da sua mocidade – Garcia Rosa e Xavier Marques, sobre os quais escreveria ensaios literários. Através de Nestor Vitor, conheceu Farias Brito, que já conhecia pelos livros, desde 1908. Leu Sthendal, Carlyle, Nietzsche, Antero de

Quental, Pascal, Farias Brito. O seu diálogo entre **O Filósofo e a Sombra**, desse tempo de espiritualismo vago, exprime a natureza profundamente filosófica do autor de **Pascal e a Inquietação Moderna**. Como disse bem Hamilton Nogueira (Jackson de Figueiredo, o **Doutrinário Católico**, p. 99).

Mas foi o encontro com o futuro Cardeal Leme que de fato foi decisivo para a conversão jacksoniana. Leia-se a propósito o capítulo de Tristão de Athayde e seu livro de 1943. O Cardeal Leme – **Diálogo das Sombras**. Cinquenta página de evocação, interpretação e saudade. O Arcebispo era coração, Jackson era ímpeto. O Arcebispo era maleável. Jackson era bárbaro. O Arcebispo era um diplomata. Jackson acima de tudo era um violento. Mas como se compreenderam.

A Moderação do Arcebispo aceitou e entendeu a impulsividade do jornalista. “Uma das forças secretas do Cardeal era saber tocar de perto a inquietação intelectual do homem moderno, sem ter dela participado”, diz Alceu (O Cardeal Leme, p. 108).

Até que, já no limiar da Igreja, o grande inquieto pôde escrever estas palavras de adesão e ternura: “Só vejo no mundo um ideal à altura de uma verdadeira consciência – servir à Igreja, defendê-la, espalhar cada vez mais o seu espírito, apontá-la como único refúgio da bondade e do amor, como única força, como amparo, único realmente seguro, à inteligência e à sensibilidade”. (Palavras de 1915).

O que lhe faltava era uma Causa. A Pastoral, tão lúcida e tão corajosa, trazia-lhe a Causa. Em *Algumas*

Reflexões sobre a Filosofia de Farias Brito, confessa: “Eu creio que o verdadeiro papel da filosofia é ficar ao lado da Igreja”. Já não era a simpatia ou a tendência vaga, imprecisa. Era a adesão. A entrega de si.

Seu ideal foi a um tempo cultural e político. Um catolicismo polêmico, ardentemente militante, às vezes provocador, sempre desejoso de conquista, expansão, afirmação. Um catolicismo influenciado pelos temas pascalinos e pelos retiros ascéticos entre os jesuítas de Friburgo (portanto, pelos *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio de Loyola). E ainda pelo movimento litúrgico de Dom Gueranger, cujo livro *L'Année Liturgique* lia com fidelidade. Reza diariamente o terço. Tem especial devoção a Santa Hedwiges, a patrona dos pobres e endividados.

Sem a presença e o apoio de Dom Leme, Jackson não teria feito o que fez. De início, teve uma visão mais política do que mística do catolicismo. Porque era visceralmente, desde a adolescência, um ser político. O fenômeno político adquiria a seus olhos uma significação importante. Depois, houve uma depuração ou uma interiorização. As cartas a Alceu em 27 e 28 revelam um aprofundamento do seu catolicismo, uma visão mística, que a intimidade com o jovem Padre Franca acentuara.

Hamilton Nogueira considera difícil distinguir a natureza do espiritualismo de Jackson, antes da conversão, em 1918. Era o primado do sentimento sobre a razão. “Durante uns dois anos, manteve-se Jackson nessa fase francamente espiritualista de sua vida, sem

que desaparecessem completamente todas as dúvidas do seu espírito”. (Jackson, p. 100).

O Crepúsculo Interior, o pequeno volume de poemas de 1918, revela certa perplexidade e um catolicismo nascente. “Estou sereno”, diz ele. As epígrafes no-lo revelavam. Todas elas eram uma aceitação da sabedoria que nos vem dos profetas, se encarna no Cristo histórico e se prolonga na Igreja. “Não tenhas medo do sofrimento. Ele é a escada do paraíso”, palavra de Aura de Sousa. Outra epígrafe: “Que combate mais rude que o de quem procura vencer-se a si mesmo?” (Imitação de Cristo, 1. 3, cap. III).

E da obra de Miquéias, um dos profetas menores do Antigo Testamento: “Não te alegres, inimiga minha, a meu respeito, por eu ter caído; eu me tornarei a levantar; depois de ter estado nas trevas, o Senhor é minha luz”. E um trecho do salmo CXVIII: “Pus toda a minha esperança nas tuas palavras. E na tua verdade me humilhaste. Seja a tua misericórdia para consolar-me”.

Estava maduro, na hora do seu encontro com a vida sacramental da Igreja.

Deus o consolou. Deus lhe deu o dom assustador de tocar as almas. Despertar as almas. Convertê-las. Primeiro, Hamilton Nogueira. Depois, Perilo Gomes. Homens os mais diversos lhe sentiram a força ou a sedução da personalidade, o católico testemunho: Afrânio Peixoto, Pedro de Oliveira Ribeiro, Augusto Frederico Schmidt, Mário de Alencar, Durval de Moraes, Jônatas Serrano, Alexandre Correia, Barreto Filho, José

Vicente de Sousa, Francisco Karam, Alceu Amoroso Lima, o último convertido.

Manteve uma vasta correspondência (ainda inédita) com Alexandre Correia. Correspondeu-se com Monteiro Lobato. Foi uma presença. Alma violenta e delicada. Como disse Hamilton, a influência de Farias é incontestável no sentido de que exerceu sobre o jovem filósofo um estímulo. Foi um ponto de apoio para uma inteligência que já tendia para os mesmos ideais espiritualistas (*Jackson*, p. 74).

Afrânio Peixoto considera **Pascal e a Inquietação Moderna** como o primeiro grande ensaio de crítica religiosa que escreveu um brasileiro.

O estudo de Pascal é para Jackson o ponto de partida de uma apologia cristã adaptada ao espírito do nosso tempo (*Jackson*, p. 170). Há um valor inestimável de ordem apologética na aposta, que considera o argumento mais poderoso de Pascal, na perspectiva de evangelizador do mundo moderno.

“Pascal”, diz Jackson, “pode ser chamado um sistematizados da dúvida humana, porque, ao contrário dos sofistas gregos e dos cépticos à maneira de Montaigne, procurava, mesmo através do excesso da dúvida, a razão de descrer da razão”.

A ação política de Jackson pode resumir-se na palavra de Joseph de Maistre: “Não é a contra-revolução o que se tem a fazer, mas o contrário da revolução”. (Ver *A Reação do Bom-Senso*, de Jackson). A doutrina da ordem, defendida por Jackson, sintetizou-a Hamilton Nogueira, em livro antigo, de 1925. É evidente que

Jackson de Figueiredo se coloca na mesma linha de Antônio Sardinha.

Henri Massis, Auguste Viatte, Charles Maurras, os ideólogos da **Action Française**, são seus mestres, ao lado de Louis Veuillot e Joseph de Maistre. A defesa da ordem e da tradição, contra o revolucionarismo. “Se a sua obra não é rica de colocações originais, como escreve Francisco Iglésias (**Estudo sobre o Pensamento Reacionário de Jackson de Figueiredo**), se lhe falta a densidade de pensamento e beleza de expressão, impõe-se pela audácia e pelo tom exaltado em meio morno como o brasileiro, pela capacidade de sacudir os adeptos da sua causa e de irritar pela provocação o adversário”.

Engajamento na ordem social, participação. O catolicismo participante vem dele, desse tom audaz, impetuoso, que os brasileiros anteviram em Júlio Maria, na aurora do século. O comportamento de Jackson tem muito de romântico. E Hamilton dedicou todo um capítulo de seu ensaio sobre Jackson ara tratar das relações entre este e o romantismo. O culto do passado, da terra, do heroísmo, da tradição.

A sua ideologia da ordem é conservadora e reacionária. Sua visão é anti-histórica. Teve como Berdiaev, a sedução romântica da Idade Média como época ideal. Augusto Comte e Frederico Ozanam também se deixaram seduzir por ela. “As Origens Remotas do Satanismo Revolucionário” e “Esplendor da Corrupção” foram os dois primeiros capítulos publicados (e únicos) da obra que Jackson imaginara

escrever sobre De Maistre. Saíram no volume In Memoriam, pp. 8-17, 1928.

Lamennais, que fora o precursor do catolicismo social, passara da teocracia à democracia, numa evolução tão semelhante à de Alceu, de Maurras a Maritain. Jackson permanece fiel a De Maistre, que é grande matriz do reacionarismo.

1922 é o ano da tríplice revolução, como gosta de dizer Amoroso Lima, a política (o Forte de Copacabana), a estética, através da Semana, em São Paulo, e a espiritual, com a fundação do Centro Dom Vital e a publicação de livros como **Pascal e a Inquietação Moderena**, de Jackson, **A Igreja, a Reforma e a Civilização**, do Padre jesuíta Leonel Franca.

Em 1921, com Hamilton e José Vicente de Sousa, funda Jackson a revista **A Ordem**, a que logo se segue a fundação do centro, no mesmo ano da fundação do PCB. Era o ciclo revolucionário que começava. Semana de Arte Moderna (de três dias, 13, 15 e 17 de fevereiro), tenentismo, partido comunista, reação católica, ou contra-revolução espiritual. Era o Centenário da Independência política.

O Catolicismo é para Jackson, no dizer feliz de Iglésias, algo muito vivo, que não se reduz à fé ou a uma doutrina, mas é uma atitude em face da vida. A paixão foi, sem dúvida, o seu traço diferencial. Os livros, em que se lhe resume a doutrinação política são: *Do Nacionalismo na Hora Presente*, 1921. *Afirmações*, 1921, *A Reação do Bom-Senso*, 1922, *Literatura Reacionária*, 1924, e *Coluna de Fogo*, 1925. São textos

breves, pequenos ensaios, artigos de jornal em que sua flama poderosa como que compensa a falta de vigor estilístico, a falta de beleza. Não foi um estilista. Foi um panfletário e um ensaísta doutrinal. Não se distingue, no plano do ensaio, “pelo rigor das colocações, nem pela profundidade da análise, nem pela amplitude da visão”, como nota Iglésias.

O Romance **Aevum**, incompleto e póstumo, é uma espécie de autobiografia espiritual. Antônio Severo é Jackson. Trata-se de um tipo inquieto, atormentado, dilacerado mesmo por uma série de problemas de ordem – intelectual.

Seria uma trilogia, que a morte prematura interrompeu. No estudo crítico, que lhe serve de prefácio, Tristão situa muito bem esse romance único na obra de seu autor. É o romance de um ideólogo, de um ser violentamente sacudido pela paixão das idéias.

Se a sua poesia é imatura, a sua crítica tem momentos de densidade e penetração. Valorizou um Pedro Kilkerry, depois tão louvado pela crítica dos irmãos Campos, de São Paulo. Se perdeu tempo, com autores menores, como Durval de Moraes, Garcia Rosa, Auta de Sousa, fê-lo por uma série de razões, sentimentais ou afetivas. Machado de Assis mereceu-lhe críticas ao cepticismo. Não admitiu nem compreendeu o modernismo. Foi um independente, como Lobato, ou Grieco. Mas de fato não gostava do modernismo. E teve um início de polêmica amistosa com Tristão e Ronald de Carvalho, por causa da finalidade moral em arte. O problema da finalidade moral o obcecava.

No entanto, reconheceu lisamente: “A nossa literatura católica, sobre ser uma espantosa afirmação de mau gosto, raro se impõe pelo espírito crítico”. (**Literatura Reacionária**, p. 33).

Seus ensaios sobre Farias Brito e Pascal revelam erudição, intimidade com os temas, um ensaísta embebido nas fontes do tradicionalismo. Não se lhe peçam objetividade, isenção, nos artigos polêmicos. Foi um apaixonado. Podemos resumir-lhe a doutrina ao chamá-la um tradicionalismo sobrenaturalista.

Eduardo Prado de Mendonça, em conferência, a 4 de novembro de 1973, quis ver nele um adepto do socratismo cristão. A pouco e pouco, e através do Padre Pierre Rousselot, S. J., aproximava-se do tomismo, de que fala várias vezes na sua correspondência com Alceu.

Não chegou ao nacionalismo integral, tipo Maurras, nem ao culto da Nação, de Barrès, mas afirmou um nacionalismo brasileiro, identificando passado e catolicismo. O seu moralismo ignora as situações históricas. Há nele, apesar de tudo, da sua abertura pessoal ou fraternidade, um maniqueísmo permanente.

Para ele, a inteligência brasileira é essencialmente infensa a qualquer sistematização materialista (Pascal, p. 13), o que está na sua linha, que é de Prado, ou de Nabuco, a de salientar a religião no processo formador do Brasil.

Viu as pessoas. Não viu a sociedade. Não foi sensível ao social. Falou sim, no estrangeiro e nos perigos dele, teve até um começo de lusofobia,

condenou o capitalismo internacional de judeus e maçons. Não viu o todo social, o processo, a evolução.

Considera o homem em termos éticos, de absoluto. Não é um sociólogo, nem um filósofo social. A dramaticidade das suas indagações, o peso das dúvidas aparece de modo a comover, mas dispersivamente, observou-o Iglésias, na enorme e sentida correspondência, de que saiu a terceira edição em 1946. Agir. Nas cartas, sim, livremente se entrega e deixa expandir-se um coração extremamente generoso.

De toda sua obra, só o volume da **Correspondência** resiste ao tempo. É o maior epistolário da literatura brasileira pelo vigor, pelo fraternalismo, pela paixão, pela complexidade dos temas.

“Foi o primeiro de nossa geração, que, sem ser socialista, denunciou os erros do liberalismo”, disse Tristão, em **Indicações Políticas**, de 1936 (p. 187).

“Consolado pela promessa de futura imortalidade, aqui descansa Jackson de Figueiredo. Muitos lhe repetiram o nome, poucos o conheceram. Entre a luz e a sombra, dado às Letras, passou a vida. Nobre de nascimento, ilustre pelo talento e pelo saber variado, conservou a modéstia e a simplicidade. Sem severidade ambiciosa, cultivou a virtude com jovial e comunicativa espontaneidade”, tal foi o seu epitáfio.

Redigiu-o em latim Afonso Pena Júnior, seu grande amigo. O Padre Leonel Franca o traduziu para nossa língua.

O romance **Aevum** termina com uma palavra misteriosa e trágica, de inspiração cósmica: “Eu abro os

braços a ti, treva envolvente do mar, treva cheia de estrelas. Eu não penso que o futuro seja como o passado. Eu quero que se arroje do teu seio sobre mim um vento de tempestade e me lance no abismo ou me faça ver a face da eternidade, a face mesma da vida, da vida eterna, do amor mais forte do que a morte..”.

Palavra que coincide sutilmente com a da carta a Calceu: “Vou para a frente, atirado no dorso da grande onda da vida, para onde Deus quiser”, carta escrita dois dias antes da morte no mar, aos trinta e sete anos.

“De mim, meu velho, nada mais posso afirmar senão isto – que creio profundamente em Jesus Cristo e na Igreja” – são suas últimas palavras ao amigo, a 2 de novembro de 1928. “Creio nos fundamentos da terra. Creio que a cruz está bem firmada sobre ela”.

Foi um homem da Igreja, **homo Ecclesiae**.

Inaugurou no Brasil esse catolicismo intelectual, que depois teria em Alceu a sua grade expressão definitiva e profunda.

Morreu na perspectiva que amava – “a mais dolorosa experiência a consciência do delírio, a consciência do que foi decepado, a consciência ignorada do terror”, situações agudas, extremas, a dor humana no seu limite, a acuidade do sofrimento, como fonte de conhecimento, a cruz como ciência, a consciência do condenado descrita pelo príncipe Muichiken, a dor (a tortura até) como único conhecimento absoluto. Morreu assim na plenitude de si mesmo, em luta com o mar, que foi uma obsessão da sua sensibilidade.

“Mais importante ainda é saber que a verdadeira justiça tem que ser transportada para além da vida. E lá estará”. (Carta a Alceu, de 11, 12 de maio de 1928).

(*) VILLAÇA, Antônio Carlos. A Doutrina da Ordem. In: _____. **O Pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 97-106.

ESTUDO SOBRE O PENSAMENTO REACIONÁRIO^(*)

Francisco Iglésias

O estudo da obra de Jackson de Figueiredo, procurando situar principalmente a sua repercussão, é tema que pode oferecer perspectiva para o entendimento do Brasil de hoje. Está aí uma das fontes de influências no quadro intelectual do país. Homem possuído por suas idéias, vivendo-as freneticamente, Jackson de Figueiredo é exemplo de autenticidade em campo onde ela é rara, pela sofisticação comum no domínio da inteligência. Se sua obra não é rica de colocações originais ou profundas, se lhe falta a densidade de pensamento ou a beleza de expressão, impõe-se pela audácia e pelo tom exaltado em meio morno como o brasileiro, pela capacidade de sacudir os adeptos da causa que abraçou e de irritar, pela provocação, o adversário.

O importante nessa obra é o seu lado de engajamento na sociedade, a participação e o incentivo à participação: ela dá algum vigor a corrente ponderável da vida nacional, corrente que marca passo, apesar da expressão numérica. Pode se fazer a história do catolicismo no Brasil antes e depois de Jackson de Figueiredo, pois ele é ponto de referência obrigatória. Exatamente a repercussão é que lhe dá interesse à figura e ao que escreveu: fundando o Centro Dom Vital e a

revista *A Ordem*, atuando de modo aberto e intenso na política do país, de modo a marcar posições, transforma o catolicismo em força viva, pela convocação dos correligionários e pelo proselitismo.

É importante assinalar que sua influência não se restringe aos setores da Igreja, mas atinge outras camadas intelectuais, além das católicas. Com essa participação decidida naturalmente se revigora o tradicional combate à Igreja e à fé católica. A pregação de Jackson de Figueiredo, se incentiva ou seus adeptos ao trabalho, leva-os sobretudo à política. Identificando-se essa pregação com o combate ao liberalismo e ao socialismo, à Revolução enfim, como ele gostava de dizer, tal como esse combate se verificava na Europa, em época de afirmação da direita, com as vitórias do fascismo, ela será a primeira manifestação conseqüente do reacionarismo no país. O pensamento conservador, o tradicionalista ou reacionário, em trajetória ascensional na Europa, depois da primeira grande guerra e da revolução russa, vai refletir-se no Brasil sobretudo nessa obra. Daí assinalar-se sua influência fora dos setores da Igreja: ela será o ponto inicial, com objetividade e coerência, da pregação anti-revolucionária ou reacionária, direitista, fascista ou para-fascista. Jackson de Figueiredo divulgará os nomes e as idéias dos teóricos da contra-revolução, lançando sementes que outros vão desenvolver, em sentido e de maneira que ele talvez recusasse. Morrendo cedo, em pleno calor de combate e quando ainda não se haviam delineado bem os rumos políticos pelos quais tanto se interessava, sua obra ficou

mais como simples indicação que como realização, mais como perspectiva que programa a ser cumprido. Vale contudo, como expressão ideológica. E é nesse sentido que pretendemos examiná-la.

Nosso interesse pela história das idéias leva-nos à escolha do tema: Jackson de Figueiredo, como ilustração do pensamento católico. Exprime parte considerável da opinião brasileira. Seu estudo, pois, permite se coloquem vários e importantes problemas ainda debatidos. Para execução do trabalho, pretende-se seguir esquema que trata inicialmente do pensamento reacionário, sua trajetória desde a revolução francesa, quando se tenta organizar de modo sistemático a contra-revolução, conservadora ou tradicionalista; focalizam-se algumas dessas manifestações, sobretudo as vinculadas ao catolicismo, ao longo do século XIX e nos primeiros decênios deste século. Procura-se depois, com a mesma ligeireza, fixar a ambiência histórica brasileira na década de 20, na qual mais plenamente se expande Jackson de Figueiredo. Finalmente, após essa longa mas indispensável introdução, trata-se do autor escolhido e de seu movimento, ao qual ele próprio deu o nome de “reação do bom senso”, no exame de sua obra e repercussão.

Trajetoira do Pensamento Reacionário

Jackson de Figueiredo insurge-se contra as correntes políticas de seu tempo. Homem de sensibilidade para o ambiente, pronto a entender, a colaborar, a de-

nunciar e a reagir, é natural que viva plenamente os problemas do Brasil, sobretudo em seus últimos anos, que são os da movimentada década de 20. As posições que assume, em defesa da ordem, fazem dele batalhador semelhante aos que se encontram nos países europeus: pela ordem e pela tradição, contra o que consideram a calamidade revolucionária, que pressentem em tudo, no liberalismo ou no socialismo, com as diversas colorações que tais correntes apresentam. É o que se pode ver pelos autores citados por Jackson de Figueiredo, como Henri Massis, Auguste Viatte, Charles Maurras, os ideólogos da **Action Française** ou do **Integralismo Lusitano**, como Antônio Sardinha, sem falar em autores do século passado, como os sempre referidos Joseph de Maistre, Louis Veillot e outros.

Tem-se aí a expressão de ponderável setor da inteligência ocidental, que se apresenta diversificado de época para época, de país para país, com toda a fama de peculiaridades. Apesar de diferenças de enfoque ou temperamento, há um fundo comum em todos eles, que é o desagrado com as idéias em voga, com a tendência que denunciam como revolucionária – identidade de adversários, portanto – ao mesmo tempo que preconizam certa ordem, com acatamento da autoridade e da hierarquia, fruto do que supõem a desigualdade natural entre os homens. Mais que instauração da ordem, trata-se de sua restauração, pois tais autores reconhecem algum momento como ideal, realizando o que lhes parece digno de ser perpetuado. Daí a nostalgia de outros tempos, a evocação suspirosa de outra era, que leva ao tradi-

cionalismo. É comportamento que tem muito de romântico, todo um quadro de valores no culto do passado, da terra, da virtude, do heroísmo, da dedicação.

O tradicionalista ou restaurador ignora ou quer negar que há um processo que leva à permanente mudança: vê a realidade de maneira idílica, perfeita e bela que não deve ser alterada. Negando-se a aceitar ou não reconhecendo o movimento, pensa em termos de uma filosofia que supõe eterna, livre do tempo ou do ambiente. Como a realidade que lhe é dado viver não é a que idealizou, condena-a como erro, desvio da verdade, loucura dos homens. E passa a combatê-la, a fim de restaurar o que lhe parece certo. Para ele, é absurdo a pretensão de igualdade, uma vez que os homens são naturalmente desiguais; existe então uma hierarquia, com diferentes atribuições a cada um, em sociedade em que há os que mandam e os que obedecem. Os movimentos pela liberdade parecem-lhe não só perigosos como falsos frutos de ótica viciada, vistos antes como libertários, libertinos ou liberticidas.

A ideologia da ordem é conservadora, quer perpetuar um estado de coisas que lhe parece encerrar toda a verdade; como um mundo em que vive já não apresenta essa situação, é reacionária, luta contra ele, quer voltar ao passado. Há paradoxo no caso: no culto da tradição, dos elementos que informaram o processo de uma cultura, de um povo ou de uma nação, a ideologia volta-se para a história, à qual atribui valor por vezes absoluto: não reconhecendo a mudança, entretanto, nessa visão estática, é anti-histórica. O tra-

dicionalismo é romântico e falso; na suposição de uma verdade eterna, imutável, é anti-histórico, pois desconhece o fluxo, que é a própria essência da história.

Para o tradicionalista ou reacionário, houve épocas em que o mundo esteve mais ajustado. E é para essas que ele se volta. O período que é geralmente visto como ideal é a Idade Média, em que os valores de apego à terra, hierarquia, respeito às autoridades, cavaleirismo, nobreza, heroísmo, tudo aparecia como não se encontra em período posterior. O resultado é a valorização que dela faz o romantismo, ao contrário dos enciclopedistas que o precederam tão de perto: enquanto estes cultivavam a razão, as verdades muito claras, os românticos cultuavam o instinto, as forças obscuras, o meio-tom. Se de uns e de outros saem orientações políticas diversas, se há um racionalismo conservador e um revolucionário, o certo é que a política proveniente da pregação enciclopedista é geralmente liberal e nela haverá o ramo revolucionário, do sereno ao extremado, enquanto que no romantismo, apesar de muitos de seus elementos terem realizado a aventura revolucionária, predominará o espírito conservador ou tradicionalista. As filosofias informadoras das duas correntes levam a esse resultado.

A ideologia da tradição apega-se quase sempre à Igreja, aos valores religiosos. A Igreja seria o sustentáculo da ordem, fortalecendo a sociedade com suas firmes noções de hierarquia, o que é mais um motivo que leva os tradicionalistas a encararem a Idade Média como período áureo. O século XVI seria o início

do processo de decomposição, com a ruptura que se verifica na Igreja com a Reforma Protestante, que divide o Ocidente em dois grandes blocos. Depois, com o racionalismo cartesiano, outra ruptura se verificaria, desmantelando-se a Suma tomista, que representara a harmonia do pensamento para explicação do mundo. O racionalismo vai desenvolver suas construções políticas no século XVIII, com a Aufklärung e a Enciclopédia. Temos, portanto, alguns nomes e marcos no processo que uma corrente tradicionalista – a católica, que é a mais que nos interessa – considerará danoso: Lutero, Descartes, Rousseau, Kant, para citar os expoentes; a Reforma Protestante e a Revolução Francesa, para referir dois limites. Eles teriam quebrado a unidade e a harmonia do mundo (por mundo entende-se apenas o ocidente).

A grande consequência da dessacralização da cultura e do naturalismo – é claro que estamos desenvolvendo o raciocínio desses autores – seria o abandono da fé, a pretensão da reforma social, com nova estruturação de classes, uma consciência reivindicativa antes ausente, nova idéia do poder, que leva à luta por ele de parte de amplas camadas da população, antes excluídas. É que a burguesia se afirma: com as aventuras comerciais dos séculos XV, XVI e XVII, com a experiência do industrialismo, foi fazendo fortuna e pretendeu galgar as posições de mando que ela pôde colocar-se na crista dos acontecimentos que conduzem à revolução francesa, da qual sairá vitoriosa; no século seguinte, com o desenvolvimento industrial, outra classe

vai ganhar consistência até apresentar-se como reivindicante – é a vez do proletariado, que cresce em número e em força, chegando a organizar-se e a ter aspirações políticas, já em nosso século.

Os fatores de mudança, de natureza social e econômica, não são levados em conta nas explicações dos tradicionalistas. Falta-lhes a compreensão desses aspectos da realidade, às vezes nem sequer referidos. Citam, como fontes de desagregação do mundo, reformadores e filósofos, sem levar em conta que essas obras já são fruto de transformação social de base, em que o quadro histórico se altera. A insensibilidade para o social e o econômico decorre da aceitação de uma filosofia que é tida como perfeita e, como tal, imutável. Não percebendo as transformações e sua natureza, insurgem-se contra o estado de coisas em que vivem, que não é o que lhes parece justo. E entregam-se ao combate, ou apenas se alienam de tudo, com a recusa distante do que existe ou a atitude polêmica, tão freqüente neles, sempre anunciadores de catástrofes, de que o mundo perdeu o rumo, de que está próximo do fim.

Como verdadeira causadora de mudanças da sociedade que é, a revolução francesa dividiu os homens. Na sua aceitação ou na sua recusa há todo um programa. Assinalando o acesso da burguesia ao poder, ela estabelece ou procura estabelecer o sistema liberal. O constitucionalismo assinala o fim do Estado dirigido pelo monarca absoluto: agora há uma lei que rege os povos, à qual todos devem submeter-se; o povo participa

da política, através da escolha de seus representantes no Parlamento. O liberalismo político e o econômico se complementam. Em decorrência da filosofia que acredita na liberdade do homem, em seus direitos naturais, que transpõe a crença na ordem das coisas que reinaria no cosmos para o plano humano, postula o liberalismo que tudo irá tanto melhor quanto mais for deixado à vontade, no cumprimento de disposições espontâneas. Melhor Estado, pois, é o que menos interfere, melhor governo é o que menos governa: “Laisser faire Laisser passer” traduziria o ideal. As coisas deixadas ao desenvolvimento livre de suas virtualidades obteriam o máximo, uma vez que cada indivíduo procuraria o próprio bem, e como a sociedade é constituída por indivíduos, seu bem é então a soma do bem de todos: cada um cuidando de si, para proveito máximo, haveria a bem-aventurança da sociedade política e a riqueza dos indivíduos e nações.

Da tese da filosofia liberal à prática do liberalismo, entretanto, há enorme distância. Nas várias nações que tentaram realizá-lo se aguçam contradições: o ideal do Estado que se omite, circunscrevendo-se ao simples policiamento, não pôde ser atingido; no plano econômico, o exercício da pregação liberal leva ao fortalecimento do forte e ao enfraquecimento do fraco; exacerba-se o choque entre os grupos. Demais, não foi possível uma política econômica realmente liberal. Certos setores ou tarefas, em que a margem de lucro é mínima, tiveram que ficar a cargo do Estado, que responde pelo bem comum; só onde o lucro é atrativo o

empresário se empenha, e, mesmo aí, ele sempre pede auxílio. Admite-se, pois, a ação dos poderes públicos como elemento de ajuda, enquanto se recusa a mesma ação quando o caso é vigiar, regular, corrigir excessos ou vícios do funcionamento.

Em perspectiva histórica, temos que não há exemplos de verdadeiro Estado liberal: não foi a Inglaterra ao longo de todo o século XIX, menos ainda a República dos Estados Unidos; o caso que mais se aproxima do modelo é a França, sob o governo de Napoleão III, mas em experiência curta. O liberalismo teve, portanto, de adaptar-se ao país e à época, apresentando variações. O modelo, em sua forma exata, não chegou a ser atingido. A caracterização comum que se faz do século XIX como “século do liberalismo” deve ser interpretada sem rigor, como simples aproximação. De fato, não só não encontramos o liberalismo plenamente realizado em nenhum país, como encontramos também, na mesma época, outros pensamentos que se lhe opõem: o décimo nono foi também o século da pregação socialista, das formas ingênuas ou audaciosas dos primeiros tempos à construção sistemática; foi a época da proclamação exaltada do nacionalismo, com os programas de protecionismo e imperialismo. Só é aceitável a caracterização, portanto, se a vemos como ideal a informas o tempo, tal como se poderá dizer do nosso século, por outro lado, que é o de intervencionismo, das formas atenuadas às coletivistas, o que, no entanto, não significa que outros sistemas, que tanto o contrariam, não se tenham também manifestado. Feita a reserva,

pode-se aceitar afirmativa como a de Jean Touchard de que “a história das idéias políticas do século XIX é dominada pelo desenvolvimento do liberalismo em todo o mundo”, bem como a afirmativa de seu triunfo na Europa Ocidental, na Alemanha e na Itália, na Europa Oriental, nos países do Extremo-Oriente que se abrem ao comércio ocidental, nas repúblicas latino-americanas que tem Constituições liberais, nos Estados Unidos, com a conclusão de que “o século XIX é antes de tudo o século do liberalismo”.

Fixada a revolução francesa como marco, pode-se ver como se desenvolvem o pensamento liberal e o revolucionário, com suas conseqüências lógicas. Não está em nosso interesse, porém esse exame, mas o da corrente contra-revolucionária. Pode-se segui-la ao longo do século XIX, até a terceira década do nosso século, quando se assiste à obra política de Jackson de Figueiredo, que será o objeto de nossa atenção. Tentaremos apresentar alguns marcos desse movimento contra-revolucionário, detendo-nos sobretudo em autores franceses, que foram os que mais influíram na formação do escrito brasileiro, como se verá. Pode-se acompanhar essa trajetória contra-revolucionária em qualquer obra que faça o estudo das idéias políticas: vamos servir-nos para tanto sobretudo da recente **Histoire des idées politiques**, de Jean Touchard.

Mostra ele que a revolução fica como centro de reflexões para os autores de todos os países, principalmente aqueles atingidos por ela, como são os da Europa do fim do século XVIII e início do XIX. **Das**

Reflexões de Burke aos autores da língua francesa, há certa concordância nas críticas dos que a recusam ou a denunciam como perigosa. Entre os primeiros, Touchard cita Rivarol, espírito voltaireano, incrédulo que se torna defensor da monarquia e da Igreja. Na sistematização dos temas contra-revolucionários, “é como Joseph de Maistre a princípio, depois com o Visconde de Bonald (Chateaubriand e Lamennais trazendo uma nota diferente), que o tradicionalismo, sempre apresentado como a contra-revolução, vai passar das reações fulgurantes de Burke e dos epigramas de Rivarol à edificação de corpo de doutrinas coerente. A continuidade na temática entre as **Reflexões** (1790) e as **Considerações sobre a França** (1796), de Joseph de Maistre, é indiscutível e evidente: as mesmas prevenções contra o racionalismo aplicado às sociedades humanas, mesmos transportes quando se evoca a herança das tradições seculares, mesma crença na Providência, reguladora misteriosa e soberana do destino dos povos, mesma filosofia da história que moraliza os cataclismas políticos e aí vê o signo do castigo divino do pecado”. Entre as fontes do autor, Touchard assinala a obra de Fabre d’Olivet e de Claude de Saint-Martin, o “filósofo desconhecido”, cujas **Considerações políticas, filosóficas e religiosas sobre a revolução francesa** (1795) “precedem de um ano as **Considerações sobre a França**, de Joseph de Maistre, e sublinham, como elas, o caráter providencial da revolução”. Se já no século XVIII está formado pensamento tradicionalista, é com a Restauração que ele terá influência.

Touchard, no estudo do romantismo político mostra o seu caráter ambíguo. Se na Itália os românticos são frequentemente liberais, na Alemanha, até metade do século XIX, são em geral conservadores, e sobretudo se desenvolve o pensamento contra-revolucionário tirando-se as conclusões lógicas de idéias originais de outros centros, como assinala Mannheim. Entre os ingleses há oposições, como a de Byron, que morre em defesa da liberdade dos gregos, e Coleridge, defensor das tradições. Já na França, o primeiro momento romântico é “sentimental e politicamente voltado para a antiga França: Chateaubriand, Lamennais, Vigny são realistas; o jovem Victor Hugo canta a sagração de Carlos X”. A situação será outra quando da monarquia de julho, quando os românticos adotam a direção liberal, como se vê com Chateaubriand, Lamennais, Lamartine, Michelet, Victor Hugo. O romantismo será na França mais liberal e revolucionário que conservador com traços como “o senso do espetáculo (drama heroísmo, sacrifício, grandeza, sangue derramado...), uma concepção sentimental e eloqüente da política, a piedade” (amor aos humildes, interesse pela questão social então deixada de lado pelos liberais, piedade pelos povos oprimidos, como o grego ou o polonês).

Detendo-se mais no estudo do tradicionalismo, Touchard tenta apresentar os seus temas: temas fisiológicos; temas da terra, do meio, da continuidade, da herança, do recurso aos ancestrais; temas “da associação, que se opõem ao individualismo liberal e que

tomam formas diversas: associação natural (a família), associação local (descentralização, regionalismo, gosto do folclore), associação profissional (corporativismo): temas morais (a honra, a energia, a responsabilidade, o trabalho bem feito, o patriotismo, a exaltação do heroísmo): o tema da ordem. Touchard faz depois distinções no espaço e no tempo, mostrando que o tradicionalismo não é uma doutrina imutável. Reconhece então quatro épocas: a) a da Restauração, com De Maistre, De Bonald e Lamennais. “É preciso sublinhar a ambivalência dessa escola teocrática, que é fundamentalmente reacionária em Joseph de Maistre e que conduz Lamennais no caminho do catolicismo social, b) a positivista (há um positivismo conservador e um positivismo democrático, c) a grande época do nacionalismo francês, do boulangismo a 1914 (Barrès, Maurras); d) “enfim a época contemporânea em que o tradicionalismo busca dificilmente um caminho entre o conservantismo e o fascismo”.

No bosquejo de uma sociologia do tradicionalismo Touchard assinala que ela é muito eclética: “o tradicionalismo não se confunde com uma classe social; recruta adeptos não somente na aristocracia, no clero, nos meios rurais mas também na burguesia, no artesanato e mesmo em certos meios próximos do proletariado. Demais as posições não são cristalizadas, as convicções políticas evoluem como as próprias categorias sociais (...) A economia do tradicionalismo deveria ser estudada ao mesmo tempo que sua sociologia; de modo geral. O tradicionalismo francês é

pobre, daí seu anticapitalismo. Lembraríamos para completar a análise o lúcido estudo de Mannheim sobre o pensamento conservador em que se evidencia o caráter de oposição ao pensamento burguês-revolucionário, eminentemente racionalista, construído em torno do direito natural, com seus princípios de “estado de natureza”, contrato social, soberania popular, direitos inalienáveis do homem (vida, liberdade, propriedade, resistência à tirania), com todas as implicações.

Depois de assinalar que “a história do tradicionalismo não se confunde com a história da direita”, pois nem todos os homens da direita são tradicionalistas e nem todos os tradicionalistas estão na direita, Touchard dedica-se ao estudo dos doutrinários da contra-revolução, começando por De Maistre e De Bonald, nos quais reconhece diferenças e semelhanças. Destaca nesses autores a importância da experiência, suas críticas à razão, o elogio da realidade viva e a censura às regras abstratas. Daí a reserva às Constituições, à preocupação de legislar em tese, quando o que conta são as pessoas. “Aos sonhos universalistas, às pretensões racionalistas, é preciso opor as lições da experiência e a sabedoria providencial”. Pensando no homem concreto, o tradicionalismo recorre à história atribuindo-lhe valor, mas a uma história providencialista, subordinada aos desígnios superiores: para De Maistre “a revolução francesa é um castigo. Napoleão é um instrumento da Providência, a França é investida de missão religiosa, a guerra é uma obra divina”. Destaca o autor que estamos seguindo que, para os tradicionalistas, não são os indi-

vídúos que constituem a sociedade mas a sociedade que constitui os indivíduos. “Essa religião da sociedade acaba em religião do Estado (...) Assim, o Estado se acha divinizado, o governo estabelecido sobre bases teocráticas, a obediência sempre justificada”. A citação de Maistre é ilustrativa: “a natureza do catolicismo o torna o amigo, o conservador, o defensor mais ardente de todos os governos”. Consequentemente, “dessas premissas teocráticas derivam o anti-protestantismo de De Maistre, o anti-semitismo de De Bonald, a justificação da Inquisição por De Maistre, a legitimação da escravidão por De Bonald. “Finalmente, destacam Touchard a ordem contra o progresso: “a sociologia de Joseph de Maistre é uma sociologia da ordem e sua obra exprime a nostalgia da unidade. Unidade da fé, unidade do poder, coesão do corpo social”. Daí insistirem De Maistre e De Bonald “no papel da família e das corporações, nos benefícios da agricultura”, que, de acordo com De Bonald, “deve ser o fundamento da prosperidade pública em uma sociedade constituída”. A ordem tradicionalista é hierárquica e o governo mais natural é a monarquia. “De Maistre subordina estreitamente o poder temporal ao espiritual e atribui ao Papa uma espécie de magistratura universal. (...) Experiência, sociedade, ordem, unidade, Providência: todos esses temas constituem o fundo comum do tradicionalismo universal; a obra De Maistre e De Bonald (...) é menos tradicionalista que contra-revolucionária.

É em Joseph de Maistre que Jackson de Figueiredo verá a grande matriz do reacionarismo. O

tradicionalista francês é dos autores que o brasileiro mais leu e assimilou: cita-o com frequência, apela a cada passo para suas lições. De Maistre seria “O profeta e o iniciador dessa reação à reação intelectual contra as idéias, ou melhor contra o sectarismo filosófico do século XVIII, iniciada já no seu último quartel, pelas perigosas divagações dos Saint-Martin, mas logo sistematizada por Joseph de Maistre, De Bonald e até por protestantes. Jackson de Figueiredo chegou a imaginar uma obra sobre o doutrinador francês – **Joseph de Maistre e a Contra-Revolução** – para tanto juntando documentos. Não sabemos até que ponto chegou nesse projeto, do qual se publicaram os dois primeiros capítulos (seriam os únicos), sobre “as origens remotas e profundas do satanismo revolucionário” e “esplendor da corrupção”.

Voltemos a Touchard, que depois de estudar a poesia da tradição (Chateaubriand), examina a passagem “da teocracia à democracia” com as origens do catolicismo social. Se a expressão data de 1890, tem raízes no início do século. “Lamennais pode ser considerado o precursor do catolicismo social. Este deve ser distinguido do catolicismo liberal, que é um ecletismo. Lamennais passou da teocracia à democracia. Temperamento romântico, acaba por distanciar-se da Igreja. Sua influência não foi grande, pois o clero ficou impermeável às suas idéias. Seria interessante acompanhar o estudo do “positivismo político”, também amigo da ordem – mais da ordem que do progresso – com vários pontos em comum com o catolicismo, do

qual se aproxima a ponto de justificar a afirmativa de Jean Lacroix de que “é um catolicismo sem o cristianismo”. Jackson de Figueiredo, inimigo dos positivistas brasileiros, com os quais viveu em turra, em várias passagens destaca com elogios o caráter reacionário da obra de Comte, “gênio realmente formidável, que só os positivistas brasileiros conseguem cobrir de ridículo”.

Tratando já da segunda metade do século XIX, Touchard assinala, na história do tradicionalismo francês que o Segundo Império não funda um tradicionalismo, não cria um estilo político durável: dois adversários do Segundo Império Taine e Renan, lançarão “as bases de um neo-tradicionalismo que se expandirá mais tarde no nacionalismo francês”. Quanto ao catolicismo, Touchard fala no “rude golpe” causado pela encíclica. **Quanta Cura** e pelo **Syllabus**, de 1864”. Esse golpe desfaz as esperanças de conciliação dos princípios da Igreja com as liberdades modernas. A referência ao documento, no livro de Touchard parece-nos excessivamente lacônica, uma vez que a condenação das idéias modernas – liberalismo, socialismo, ciência – nas 80 proposições do **Syllabus**, teve o dom de causar espanto à **intelligentia**, pela audácia de reação ao espírito do tempo por parte de Pio IX. Junto aos dogmas da Imaculada Conceição e infalibilidade papal, do mesmo pontífice, despertaram luta acesa entre os intelectuais e a Igreja.

Daí a virulência da obra dos escritores católicos ortodoxos, como Louis Veuillot, que se insurge contra a

ciência e contra a idéia de liberdade (Veillot será uma das fontes de inspiração do catolicismo brasileiro, sempre citado com carinho por Jackson de Figueiredo). A Igreja se torna a guardiã da “ordem moral”, o que a leva, como lembra Touchard, a lutar, durante o “affaire Dreyfus”, junto dos que se batem pela honra do Exército e da pátria, embarcando, por direitismo, no lamentável equívoco criado pela desonestidade de pequeno grupo retrógrado que se impõe por algum tempo. Desfeita a intriga, a Igreja tem que arcar com as conseqüências de seu compromisso. Caminhar-se-á daí “para as medidas anticlericais de Jules Ferry e a lei de separação. Touchard insiste na necessidade de distinguir catolicismo social e catolicismo liberal, pois muitos dos que figuram entre os católicos sociais são violentamente antiliberais: é preciso também evitar a apresentação de Leão XIII como um papa liberal uma vez que em suas encíclicas há a condenação das novas idéias, que vêm do século XVI, exprimindo-se na Revolução. Figura interessante é a de Le Play, pelas obras que deixou e pela influência que exerceu: sua compreensão de problemas sociais, que o leva a papel de relevo pelos trabalhos de Sociologia que marcam uma escola – com influência fora dos setores católicos – não o afasta da posição anti-revolucionária, com a condenação dos “falsos dogmas” de 1789. Le Play pensa que a política é subordinada à moral e à religião: as reformas intelectuais e orais lhe parecem mais importantes que as reformas políticas e econômicas, conclui Touchard, lembrando que, a essa altura, ele se aproxima de Taïne e de Renan, apesar da

diversidade das inspirações. No fim do século, o tradicionalismo vai desembocar no nacionalismo. Será um nacionalismo de outro tipo que tem em Renan um de seus patronos. Difere muito do movimento nacionalista anterior, liberal e romântico. O patriotismo popular republicano e liberal, sofre golpe com a Comuna de 1871. A derrota ante a Alemanha, a perda de território francês, tudo contribui – informa Touchard – para um novo nacionalismo, “antiparlamentar, anti-semita, protecionista e conservador, nascido da reflexão sobre a decadência e sobre as condições de uma desforra”. O novo nacionalismo é militarista, hostil à Alemanha, aos semitas, regionalista (o culto das Províncias dentro do país), apela para as elites, defende a ordem. O caso Dreyfus e o boulangismo é que marcam a orientação, é que a exprimem. A pregação nacionalista de Renan será retomada por Barrés, que, de acordo com Touchard, pretendeu dar ao nacionalismo uma doutrina, mas só lhe deu um estilo, expresso em três temas: a energia, a continuidade e a hierarquia. Outro propagandista do nacionalismo é Charles Péguy, que se volta para a tradição em suas obras, que repercutem sobretudo bem depois de sua morte. Teórico de maior influência e como coloração própria é Charles Maurras, o papa da **Action Française**. Influenciado pelo positivismo e pelo evolucionismo, Maurras parte da biologia e da história para estruturar a política que considera científica. Acha que a seleção natural condena a democracia, é monarquista, tem o culto da tradição nacional, das Províncias que constituem a França, é contra o Parlamento,

não admite o sufrágio, detesta os judeus, os democratas cristãos, o capitalismo e a burguesia, a Revolução e o Romantismo, apegando-se a outros valores, que são os da hierarquia e da ordem, em consonância com o mundo clássico. Sua pregação orientou a **Action Française**, importante movimento que adquiriu forma e logo se viu limitado pelo rigor das formulações de Maurras: tipicamente direitista, monarquista e católico (apesar do ateísmo de seu papa que via no catolicismo apenas a organização), acabou condenado pela Igreja, em 1926. O movimento já estava roído pelas contradições e dificuldades quando a derrota francesa na Segunda Guerra lhe assentou golpe definitivo. É das expressões mais coerentes e arrojadas da história da direita.

Com a revolução russa de 1917 e as crises de após-guerra, a tendência direitista consegue vitórias como a do fascismo italiano, que pretende fazer doutrina, sistematizar comportamento político. Pouco depois, verifica-se a ascensão de Salazar, com a vitória da direita em Portugal, em ditadura que não apresenta os traços exaltados que aparecem na Itália. A pequena extensão do país e outras características explicam o caso português. As demais experiências reacionárias do decênio tem menor repercussão aqui. O direitismo tende a fortalecer-se, pelo temor da vitória comunista. Tornar-se-á cada vez mais assustado, não vivendo de si mesmo, mas de se contra, sem um programa que não seja o de combate ao que teme.

Muito ainda haveria a dizer a propósito do tradicionalismo, da direita e da reação, bem como do

pensamento católico e suas múltiplas manifestações. Sobretudo a França é rica em caminhos e alternativas. As mais interessantes são da década de 30, quando se apresentam sugestões de todo tipo. O assunto, no entanto, há fuge ao nosso objetivo, que é o de apresentar a trajetória do pensamento reacionário que serviu à formação de Jackson de Figueiredo. Morrendo em 1928, antes portanto da principal crise econômica, do amadurecimento da experiência fascista italiana ou de outras ainda, que foram lógica consequência de pregações em que acreditou, essas manifestações não precisam ser lembradas. Para colocação de nosso tema, basta o que se apresentou, que é eminentemente francês, pelo fato de ser essa a influência decisiva no Brasil de então.

Ambiência Histórica Brasileira

Para bem entender a obra de Jackson de Figueiredo, que se desenvolve sobretudo na década de 20, é preciso atentar para o quadro intelectual, político e religioso do país. Sente-se, anteriormente ao movimento modernista, geral estagnação. As grandes figuras literárias, como Machado de Assis e Olavo Bilac, já haviam morrido: os pensadores de maior força como Euclides da Cunha, Farias Brito ou Sílvio Romero, também. Autores mais expressivos não havia: alguns, de certa significação, realizavam solitários o seu destino. Como correntes literárias ainda sobreviviam o parnasianismo e o simbolismo, com nomes da magnitude de Alberto de

Oliveira e Alphonsus de Guimaraens, mas esgotadas como possibilidades; como pensamento, alguns juristas – Rui Barbosa ainda vive – quase nada no campo da sociologia e a da política, nada de meditação filosófica. O ambiente intelectual em 1920 é medíocre, na insistência em fórmulas já gastas ou nos sistemas destituídos de vitalidade. A estagnação contudo, não é mantida ao longo do decênio, pois todos os campos de atividade vão ser abalados, como se verá.

Até então, o Brasil fora importador de pensamento e expressões artísticas. É claro que já produzira obras importantes, sobretudo no campo literário. Fora desse setor de criação, pode apresentar historiadores e juristas – especialidades em que é rara a contribuição de cunho pessoal – mas nada apresenta com originalidade na filosofia ou na sociologia. No particular, o país é, ao longo de todo o século XIX e em grande parte até hoje, simples repetidor de receitas elaboradas em outros centros. As ideologias européias vão ser repetidas, sem que passem pelo crivo crítico: escolásticos, ecléticos, positivistas, evolucionistas, liberais de vários matizes surgem com algum anacronismo, relativamente aos centros de cultura dominante, às vezes pelo acaso de formação pessoal em escola estrangeira ou pelo acaso de leitura de alguma obra que eventualmente vem ao conhecimento do estudioso, que por ela se empolga e então adere a determinada orientação. Daí os filósofos espiritualistas, ecléticos como Mont'Alverne ou Gonçalves de Magalhães, ontólogos e idealistas como Patrício Muniz e outros menores, escolásticos como

Soriano de Sousa: os positivistas, ortodoxos como Miguel Lemos e Teixeira Mendes, dissidentes como Pereira Barreto; os evolucionistas, como Tobias Barreto e Sílvio Romero; os doutrinadores liberais, de Cairu a Rui Barbosa passando pelo realismo político do Visconde do Uruguai e pela paixão federalista de Tavares Bastos, além do espírito clássico com traços românticos, de Joaquim Nabuco.

Influenciados por autores estrangeiros, em maior ou menor grau com moderação ou fanatismo, principalmente os citados positivistas, evolucionistas e políticos liberais, atuaram na cultura do país, marcaram um rumo. Não terá sido mero capricho ou o encontro eventual de um autor que lhes modelou a fisionomia. O positivismo para Teixeira Mendes, o evolucionismo para Sílvio Romero, o liberalismo para Rui Barbosa – não foi simples gosto da novidade que tais autores abraçaram essas doutrinas: elas traduziam o seu modo de ser, representavam para eles a inteligência perfeita do universo. Mais ainda: viram nelas a possibilidade de adequação ao Brasil e de sintonia do Brasil com o que havia de novo no mundo. Pretenderam, pois, através delas, colocar o país no primeiro plano, fazendo-o participar da vida de seu tempo, como nação civilizada, livre dos preconceitos que consideravam obsoletos, ao mesmo passo que, com elas, pretendiam dar solução aos seus problemas. A estrutura arcaica e o pensamento antigo que informava a sociedade seriam os responsáveis pelas mazelas nacionais. Não se veja em tais manifestações, portanto, a simples cópia, transposição

de ideologias alienígenas pelo gosto da novidade sem consonância com o país real.

Tem-se insistido muito n crítica a essas manifestações como idealismo, alienação, metequismo, mimetismo: fala-se no desligamento da realidade das correntes sociológicas que não veriam o existente como é, mas através da ótica européia e americana sem possível adaptação: a meditação filosófica seria extremamente abstrata sem raízes na época e na terra: a ordem jurídica, expressa em Constituições, Códigos e leis, simples transposição de ordenamento de sociedades evoluídas com estrutura social e econômica diversa da nossa. Teríamos desse modo o tão decantado marginalismo das elites, a alienação do pensamento e da política, fruto do mazombo que tem complexo de inferioridade e imita o modelo que lhe parece perfeito, de saudosismo suspiroso dos centros vistos como adiantados. A observação ontem como hoje sempre feita, tem algum fundamento. O que não se pode aceitar, porém, é a rotulação de simples marginalismo que se dá a todas essas correntes. Elas tem sua razão de ser; aqueles que as defendem não são homens desligados de sua época e de seu meio, pois muito deles tiveram noção nítida dos problemas nacionais ou pelo menos os sentiram, mesmo quando apontaram soluções utópicas. Adotando ideologias surgidas em outros centros, viram nelas remédios indicados: elas lhes davam respostas às inquietações, caminhos às dificuldades. Adotando-as não renegavam o país, apenas tentavam enquadrá-lo na cultura da época, fazendo do Brasil centro que nem

aqueles de onde as ideologias vieram, algo a ser considerado no mundo. Os positivistas e evolucionistas de ontem como os desenvolvimentistas ou nacionalistas de hoje, se repetiam e repetem o que foi dito e é dito em outras áreas, tinham e tem os olhos na realidade.

Parece-nos que se deve fazer reparo às críticas de marginalidade. Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Rio Branco, Euclides da Cunha, Sílvio Romero eram brasileiros como o foram as expressões máximas do romantismo e do naturalismo entre nós. O Brasil não está sendo descoberto hoje como proclamam com suficiência alguns autores de agora – no Império e na primeira República houve políticos tão atentos à realidade como os atuais, que supõem que são os iniciadores de uma política verdadeiramente nacional; Bernardo de Vasconcelos, o Visconde do Uruguai, o Barão do Rio Branco, Alberto Tôrres para citar apenas alguns nomes, sabiam o que era o país e tentaram governá-lo do modo que supunham mais razoável. José de Alencar e Machado de Assis exprimem tanto o Brasil como os poetas e romancistas que se pretendem os descobridores do homem e da paisagem. Se os políticos e os artistas de ontem são condenados pelo fato de receberem influências externas, também o serão os de hoje no futuro, por alguém igualmente pretensioso, pois essa atitude de agora, de valorização das coisas do país, ou as soluções apontadas como nacionais, aqui, são atitudes e soluções que encontramos alhures, divulgados em todo o mundo. Os nacionalistas exaltados de hoje são movidos pelo mesmo impulso que levou os autores

que os antecederam a adotar suas posições, ou seja, a consciência de que é preciso fazer com que Brasil viva o mundo e se integre no mundo como força lúcida e atuante.

As debilidades da inteligência nacional, no plano do pensamento dou da política, resultam em grande parte da marginalização natural do país, ainda na República velha dependente do exterior, tipicamente periférico, sujeito aos centros de dominação em cujo sistema se integrava. Era o Brasil um país colonial, no sentido de que sua economia apresentava as flutuações do centro diretor, seu crescimento e suas contrações resultando das possibilidades ou da intenção de um fator externo. Ao longo do Segundo Reinado e sobretudo no início deste século, em ritmo lento, mas constante, vai se emancipando, na medida em que cria um mercado interno, em que este aumenta e vai aos poucos se impondo, até poder assumir o comando do destino nacional.

As crises do período republicano refletem o crescimento, com a emergência de um centro interno de direção. Os setores tradicionais, ligados à exportação perdem terreno à medida que se impõe esse mercado interno, desenvolvendo um capital nacional que faz investimentos em indústrias. Adquire força um setor da burguesia que não se liga ao comércio externo nem para comprar nem para vender: esta burguesia nacional tem interesses que se chocam aos tradicionais da burguesia vinculada ao mercado externo. Enquanto a tradicional tem fisionomia que justifica a designação que já lhe foi

dada de “aristocracia agrária”, esta é “eminentemente comercial, industrial e urbana” se aquela é livre-cambista, pelo fato de que o livre-cambismo lhe garante os interesses, esta é protecionista, uma vez que a proteção à indústria nacional é garantia para os seus investimentos; uma é liberal, a outra quer o fortalecimento do Estado, é intervencionista.

A emergência do mercado interno coincide com o revigoramento da tímida classe média e o surgimento do proletariado. Essa afirmação de novos grupos e a alteração econômica vão dar ao país maior consciência de suas possibilidades; a ordem tradicional de dominação, detentora do poder tanto no Império como na República, vai sofrer abalos, que se traduzem nas reivindicações de mudança do movimento tenentista culminando na revolução de 1930. O Brasil, mais consciente e vivo, sente que tem um destino próprio: põe de lado o otimismo e o pessimismo, que se traduzem na atitude ufanista e no retrato sombrio, para assumir a visão realista.

Temos, pois, que o Brasil da segunda década, em que começa a militância de Jackson de Figueiredo, está em fase de tímido crescimento econômico, beneficiando-se com as dificuldades geradas pela guerra. Politicamente, apresenta o panorama de monotonia que é o das pequenas lutas pelo poder, que se acendem na época das sucessões. Entre as queixas e críticas do regime, distinguem-se as dos trabalhadores, sem maior ressonância, bem como as de alguns políticos, também sem maior ressonância, pois sem nunca passar da área

dos discursos, sem aprofundamento real da situação. Eles se satisfazem com fórmulas, segundo as quais os problemas se resolveriam com uma nova organização da justiça, ou com outra lei eleitoral, ou com o exato equacionamento da educação ou da saúde pública. Não se toca, nessas bandeiras, em nenhum problema básico. Com a simples referência, o discurso ou o artigo, o político como que resolvia as dificuldades e nada mais tinha a fazer.

É certo que houve políticos ou publicistas com sentido mais vivo da realidade, captando-a como um todo e denunciando-lhe os vícios essenciais. Como exemplo, citaríamos Alberto Tôrres, político e publicista fluminense que deixou em alguns livros diagnóstico em linhas gerais exato do país, empenhando-se por algumas reformas. Os políticos continuam o trabalho que vem do início da República, sem diferenças profundas a marcar-lhes a atividade. A “política dos governadores” ou “dos Estados”, institucionalizada por Campos Sales, marcaria com vícios e distorções o governo republicano. O apoio à presidência da República parece indispensável às autoridades estaduais e aos deputados e senadores federais, bem como ao próprio presidente. Estabelece-se então um sistema de equilíbrio que satisfaz às duas partes, a sua ação e continuidade. Nesse acordo o povo está excluído, pois só comparece para o voto. Apesar das veleidades dos Estados, quem dá a nota política é o presidente da República, é o Legislativo federal: a Capital é o centro de onde tudo emana. Política sem vibração, satisfaz-se com o atendimento de reivin-

dicações imediatas, deixa-se arrastar em um padrão de mediania que é a própria mediocridade. Mesmo as inteligências excepcionais ou aqueles que são impulsionados pelo desejo de trabalho mais construtivo, tocando ao vivo nos problemas, abafam-se no ambiente. Na Capital Federal só ecoam as reivindicações regionalistas, uma vez que os representantes dos Estados precisam fazer chegar ao centro diretor as suas necessidades para receber o auxílio da União; apresenta-se a queixa de procedência regionalista, se não para o atendimento, pelo menos para que o representante a divulgue em sua área, a fim de colocar-se ante os eleitores. É nesse ambiente morno, em que as necessidades mais sentidas não se apresentam ou não têm repercussão, que começa a terceira década deste século.

A atuação da Igreja não é de molde a fazê-la distinguir-se na época. Se o Brasil é visto como nação católica, se as estatísticas dizem que o seu povo é católico – mais de 90% é assim rotulado – trata-se de uma religião desvitalizada, que não imprime a sua marca ao destino nacional. A Igreja é tão acomodatória que não faz ouvir sua palavra na direção do país, integra-se no processo como as outras forças equilibrando-se na troca de apoios e favores. País de tradição cristã, formado pelo catolicismo, recebeu por herança o catolicismo do Concílio de Trento suavizado pela atitude da gente portuguesa e institucionalizado no regime regalista, e que o poder espiritual fica submetido ao poder civil. Trata-se portanto de religião em que a parte formal é muito importante, mas que tem de ser modificada em

função da distância dos centros diretores e da frouxidão explicável pela falta de assistência. A extensão da terra, o isolamento dos núcleos populacionais, tudo leva a uma falta de coesão que se traduz na hipertrofia do poder privado e na atrofia do poder público no desenvolvimento do particularismo e na fragilidade da vida política, como tem sido assinalado pelos estudiosos da história e da sociologia. Assim sendo, se a Igreja desempenha papel significativo através das ordens, das irmandades e dos padres em geral, não é papel que tenha força bastante para marcar a sociedade, a fé é quase frouxa, não configura a vida com os traços cristãos, satisfazendo-se em exterioridades e convenções, sem a vivência do conteúdo.

Depois, ao longo do Império, como resultado a constituição de 1824, a religião católica é a oficial; estabelece-se o regalismo. A Associação do Estado e da Igreja conduzirá a uma Igreja submetida; o prestígio da maçonaria e o culto de valores leigos fazem dela algo de convencional, sem maior vigor, uma força como as outras. A submissão ao poder civil é reconhecida pelos próprios membros do clero, tão entranhado é o espírito regalista, origem de questões que se arrastam ao longo do Império, em que a religião é sempre vencida em que se impõem os elementos leigos. Com a República temos a separação dos dois poderes, vista até pelos católicos como benéfica. Daí dizer-se que só então começa a autoridade da Igreja, sua independência, que é reclamada desde a questão que envolveu dois bispos e marcou o ápice da tensão entre as forças. Pensa-se em

um Partido Católico para que através da política, a religião se afirme. O temor da laicização do Estado e da presença dos positivistas nos primeiros anos da República vai dar consciência à Igreja de que ela precisa organizar-se. As traduções dessa consciência são, no entanto, frágeis.

Se alguns escritores se distinguem na luta pelo fortalecimento da fé, contra positivistas, liberais indiferentes e maçons, não tem maior repercussão, pois não criam escola; nenhum deles – um Carlos de Laet, um Eduardo Prado, um Felício dos Santos, um Afonso Celso – tem idéia muito clara do que se deve fazer: falta-lhes formação filosófica mais segura e consciência exata do problema, de modo que se perdem em polêmicas, na denúncia do que lhes parece errado, de acordo com o gosto muito comum dos escritores católicos por esse tipo de disputa. O catolicismo continua a ser vaga religiosidade, epidérmico, sem consistência apegado a exterioridade, a convenções. É mínimo o número de padres e baixo o seu nível intelectual. A carreira eclesiástica ainda é em grande parte – embora menos que no Império – seguida por alguma conveniência, pelo prestígio que dá, pela imposição materna ou da madrinha sobre os jovens, com a conseqüente falta de aptidões. Dominando o ensino através de colégios, os padres nacionais e estrangeiros, marcam a instrução com o sinal acadêmico, retórico, formalizado.

A grande prova do relativo malogro da Igreja está na sua completa perda de terreno em matéria de direção

intelectual. Basta que se lembre que as camadas mais expressivas da intelectualidade brasileira são positivistas, evolucionistas ou apenas indiferentes. País de maioria católica, de ensino quase sempre orientado, a inteligência nacional não é católica: se não é hostil à Igreja, é-lhe indiferente. É mínimo o número de escritores católicos, e, desses, são poucos os que tem real expressão. Não há nenhum que esteja identificado com a Igreja a ponto de conhecer-lhe a fundo a doutrina e exprimir seu pensamento filosófico. Entre os espiritualistas, destaca-se Farias Brito, autor de obra extensa e de certa qualificação. Embora não fosse católico, o filósofo cearense representou a primeira reação importante ao positivismo e ao evolucionismo, encaminhando muitos para o catolicismo como se viu com Jackson de Figueiredo que foi seu amigo e contraparente e sofreu sua influência.

Dentro dos quadros da hierarquia da Igreja, se no Império se verificou a reação dos bispos D. Vital e D. Macedo Costa – lúcidos e conscientes, sobretudo o segundo – tem-se agora a atividade de outro bispo de Olinda, D. Sebastião Leme, que inicia ação de ressonância com uma pastoral em 1918; pouco depois transferido para o Rio elevado a cardeal pode ele exercer influência muito mais extensa e profunda, tornando-se o animador das atividades leigas de ação católica. Jackson de Figueiredo terá nele auxiliar decidido. A terceira década será marcada, portanto, por um revigoramento da fé do trabalho da Igreja que atingirá áreas cada vez mais extensas. Falar-se-á então

na vitalidade católica na recristianização do país, na contra-revolução espiritual. Além do trabalho das autoridades eclesiásticas e de líderes leigos destaque-se a criação da revista **A Ordem** e a fundação do Centro Dom Vital, em 1921 e 1922, órgãos que vão exprimir a inteligência católica e exercer amplo apostolado. Se antes havia católicos que eram escritores, agora há o escritor católico, que põe a pena a serviço da fé, que desenvolve sua atividade em função da mesma fé, com altivez, desassombro e pertinácia.

O desgosto com a monotonia literária e com o acanhamento da criação artística vai justificar a busca de novas formas e a experiência de outros caminhos. Essa inquietação literária ganha corpo na Semana de Arte Moderna. De São Paulo o modernismo parte e conquista adeptos em outros pontos. A nosso ver, não se tem atribuído ao movimento o significado que tem. A observação ligeira tem visto nele apenas o lado extravagante, exótico, a busca de originalidade, algumas atitudes, quando o modernismo além de caricaturar os cânones artísticos na literatura, na música e nas artes plásticas, fez muito mais. Ele tem toda uma filosofia de revisão da vida brasileira. Além de zombar dos convencionalismos artísticos e políticos, de mostrar a ingenuidade do ufanismo ou a vacuidade da bacherelice, lança nova estética, bem mais rica e lúcida que a anterior. A observação ligeira vê no movimento apenas o lado destruidor, a intenção revolucionária que leva ao ridículo alguns tabus ou apenas zomba deles, como faz com Coelho Neto ou Rui Barbosa, esquecendo-se de que

os modernistas mais que quaisquer outros, é que contribuíram para uma real valorização das coisas do país. Eles é que descobriram a arte colonial, o barroco e seus artistas e obras: a música brasileira, em suas formas populares, com as expressões regionais, antigas e modernas; além da música a dança: a tradição e o folclore, ninguém os aproveitou mais que os poetas da nova escola, como ninguém os estudou mais que seus críticos e pesquisadores.

Mário de Andrade pôde dizer com justeza, dando balanço do que se buscou e do que se fez, que “manifestado especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional. Mais “o que caracteriza esta realidade que o movimento modernista impôs é, a mau ver, a fusão de três princípios fundamentais: o direito permanente à pesquisa estética, a atualização da inteligência artística brasileira e a estabilização de uma consciência criadora nacional”. A observação é exata; como movimento, nenhum o iguala na descoberta, no aproveitamento e na valorização das coisas do país. O modernismo aguçou-lhe a consciência crítica e avivou-lhe a capacidade criadora: daí a abundante produção, na qual se reconhece muito do que de melhor já produziu o brasileiro, seja na literatura, na música, nas artes plásticas. Como a Semana de Arte Moderna teve lugar em 1922 quando das comemorações da Independência, origina uma série de afirmações nacionalistas, de busca

de expressões nativas, como se vê por algumas correntes ingênuas de verde-amarelismo, de pau-brasil, de antropofagia, de papagaios e outros símbolos. A essas expressões episódicas, entretanto, sobrepõe-se uma real consciência da nacionalidade, justa compreensão de seus valores, que vai amadurecer e ganhar vigor com o tempo. Se os modernistas insistiram muito em piadas, em destruir estátuas que já não estavam mais de pé, se comprometeram muitas obras com modismos e buscas lingüísticas, deixam apreciável saldo. A eles deve o Brasil o que tem de mais alto e nobre no plano de realização artística; o que o país tem, de prestígio internacional, está, direta ou indiretamente ligado ao movimento.

O militarismo reaparece no cenário político em 1922, explorado pelas ambições de velhos grupos políticos. Vai provocar a agitação em fins de 1921 e no início do ano seguinte a sucessão de Epiitácio Pessoa. O candidato natural é Artur Bernardes, presidente de Minas. Contra esse nome forma-se a chamada Reação Republicana, em torno de Nilo Peçanha. A campanha arrasta-se em clima exaltado, ao qual não falta a nota sinistra da difamação, com o episódio das cartas falsas atribuídas a um candidato. Apesar da evidência do embuste, urdido por adversários, ele encontra receptividade, principalmente da parte do Exército, uma vez que nas cartas o militar é que pela critica. E no clima tenso é feita a eleição e Artur Bernardes eleito. O ambiente continua confuso, ameaçada a posse do vitorioso. Epiitácio Pessoa garante manter a ordem e

reprime a série de levantes: em julho de 1922 ergue-se em armas um pequeno grupo do Forte de Copacabana, é expressivo da juventude rebelde dos quartéis.

Aparece em cena o movimento tenentista que terá importância decisiva na história brasileira, marcando rumos na política. Logo reprimida a revolta de julho, ela fica como semente de outras e símbolo do descontentamento do soldado ante os caminhos do país. A aliança do tenentismo e dos políticos profissionais descontentes com as novas autoridades vai perturbar a ordem no quadriênio Bernardes e no seguinte. Assim é que, dois anos depois da revolta do Forte, em julho de 1924 verifica-se a revolta em São Paulo, com a aliança do tenentismo, de forças da polícia de São Paulo e alguns políticos. Reprimida ao fim de alguns dias, a força rebelde vai para o interior. Ao mesmo tempo, no Rio Grande do Sul, em Santo Ângelo, sob a chefia do jovem capitão Luís Carlos Prestes, levanta-se uma força, que de lá parte, e, seguindo pelo interior, junta-se aos rebeldes paulistas. Está desencadeado importante movimento, forma-se a Coluna Prestes que, de outubro de 1924 até fevereiro de 1927, andarás pelos sertões fermentando sobretudo o nordeste. Fugindo às tropas perseguidoras ou dando-lhes combate, a Coluna percorre o interior, sem se fixar em nenhum ponto, levando uma palavra de revolta a populações marginalizadas de todo processo político.

O tenentismo representa na década de 20 uma atitude revolucionária. Se se quiser fixar o seu perfil entretanto não se encontrará nenhum elemento de

extremismo. Se tem uma ideologia, é ideologia pequeno-burguesa, com programa de reformas. É moralista, denuncia as práticas da política profissional, é contra a exploração, fala em direitos do trabalhador, mas não chega a explicitar muito nenhuma dessas críticas. Seus momentos mais significativos, quando se aproxima do amadurecimento, são em 1929 e 1930, quando se prepara a revolução que derruba a velha República e instaura novo regime. Como já se está em outra época, além da que nos ocupa, que é a que serve de pano de fundo à ação de Jackson de Figueiredo, dispensamo-nos de analisar o assunto. De 1922 a 1928 o tenentismo ainda está longe de saber direito o que quer.

Procurando a síntese para compreender a ação de Jackson de Figueiredo, temos que lembrar como era morna a atmosfera geral do país em que ele cresceu e se formou, arrastando-se na mediocridade a literatura, a religião e a política. Como se escreveu, a década de 20 altera esse ambiente. No ano de 1922, com a Semana de Arte Moderna, assiste-se ao movimento modernista, que vai modificar a inteligência nacional; é fundado o Partido Comunista; Jackson de Figueiredo funda o Centro Dom Vital, que, juntamente com a revista **A Ordem**, também por ele criada, no ano anterior, vai ser o início de longo processo de vitalização do catolicismo; também é de 1922 o surgimento, no plano da ação, do tenentismo, que traduz as inquietações e o desencanto de expressivos setores do Exército ante a prática política do país, corrente que vai marcar rumos e será em parte responsável pelos sucessos de 1930.

É interessante verificar a importância desse ano de 1922. Na data em que se festeja o centenário da Independência, o país é sacudido. Já se assinalou – Ortega y Gasset, por exemplo – o significado de certas datas na vida dos povos, tal como na vida dos indivíduos. É que na comemoração de um fato marcante – centenário de revolução, de uma obra, da independência – como que se reaviva a consciência nacional: o povo que o comemora fica diante de si mesmo, coloca-se como problema, deve dar balanço do que fez no período decorrido entre o fato e o agora, fazer exame de consciência para concluir se foi fiel ao seu destino, se caminhou ou regrediu. Da análise ou tomada de consciência tem de partir necessariamente para a ação. Em 1922 é claro que o ambiente não se apresentou com nitidez aos protagonistas: poder-se-ia alegar que a transformação era fatal, decorria do crescimento do país, de suas mudanças internas, bem como do novo quadro do mundo, que se seguiu à guerra. É certo, mas a todos esses elementos queremos acrescentar o que parece menos evidente, apesar de real, que é a influência exercida pela data: cem anos depois de independente, o país não está de todo emancipado e vive problemas que chamam por equacionamento.

Jackson de Figueiredo, Doutrinador do Reacionarismo

– O homem

Integrado na Igreja Católica em 1918, Jackson de Figueiredo começa o apostolado que lhe marcará a personalidade e a obra. Assim é que em 1921 passa a editar a revista **A Ordem** e em 1922 funda o Centro Dom Vital. Esta é a fase mais significativa de sua existência: aí vai externar-se o seu espírito polêmico, em conferências e artigos de jornal. É que ele se empolga pela causa que abraçou, consumindo-se em sua defesa. O catolicismo é para Jackson de Figueiredo algo muito vivo, que não se resume à fé ou à doutrina, mas é uma atitude diante de tudo. Insurgindo-se contra o que lhe parece errado, combate a apatia do ambiente, expressa no diletantismo intelectual ou nas práticas políticas viciadas, como também combate o pensamento inimigo da Igreja, como o positivismo ou o evolucionismo.

A principal provocação ao seu feito, porém, é a agitação política que se esboça: de início, a campanha presidencial pela sucessão de Epitácio Pessoa, Jackson de Figueiredo toma partido pela candidatura de Artur Bernardes, na qual vê a defesa da ordem, do princípio, da autoridade, da religião, enquanto vê na candidatura de Nilo Peçanha a marca da maçonaria, da demagogia revolucionária. Como a campanha adquire coloração carregada, com o episódio das cartas falsas para comprometer Bernardes com o Exército, Jackson de Figueiredo tem amplo campo de disputa e a ele não foge. Com o levante militar do Forte de Copacabana entra em cena o tenentismo. Os jovens militares insurgem-se contra as práticas políticas, mas em outra perspectiva, que se poderia chamar de revolucionária,

cem comparação com a do escritor católico; são contra o antigo estado de coisas, a dominação tradicional das oligarquias, que se mantêm pela corrupção e pela força. Daí o levante dos 18 do Forte, fraco em número e sem possibilidades de êxito, mas que valeu como protesto, quase bravata. Nesse combate de militares que tem o aplauso de políticos inimigos do candidato que o jornalista apóia, vê ele apenas o demagogismo e a anarquia, como consta de seus escritos de 1921 e 1922, enfeixados no volume **A Reação do Bom Senso**. O levante romântico deflagaria a insatisfação, continuada pelo movimento de 1924 em São Paulo e pela Coluna Prestes. Jackson de Figueiredo vê no caso apenas o desrespeito à autoridade, o incitamento o militar revolucionário é fruto do positivismo que dominou a Escola Militar e altos setores do Exército. Causa-lhe indignação esse movimento rebelde de parte de quem devia cuidar da ordem.

É para a sua defesa que cria uma revista, cujo título é expressivo; leigos e religiosos fariam estudos de doutrina e se entregariam à campanha por suas idéias. A fim de fortalecer o grupo, dar-lhe coesão e objetividade, funda o Centro Dom Vital, para reunir intelectuais que se entregassem ao estudo, à discussão e ao apostolado. O centro, reunindo expressões da inteligência católica, além de conferências, cursos e debates, promove edições.

A vinculação de Jackson de Figueiredo à política não tinha caráter pessoal: não era por amizade a figurões – mal os conhecia – nem por interesses, mas

por um conceito superior de ordem e hierarquia que lutava. Nos seus últimos tempos, era evidente o desencanto. Quando se dispunha a afastar-se desse tipo de luta, para dedicar-se ao estudo, desapareceu. Sua morte teve enorme repercussão. Não só pelas condições trágicas em que se verificou, como pela admiração que provocava, mesmo entre adversários. No círculo de amigos foi terrível impacto, causando perturbação da qual muitos custaram a se refazer. É que o jornalista morria ainda jovem e estava em pleno florescimento. Aos 37 anos, era moço cheio de vida, entusiasmado por suas idéias, que seguia com obstinação. Demais, seu grupo ficava sem chefe, uma vez que a liderança por ele exercida era absoluta.

Se quisermos destacar traços de sua personalidade, devemos lembrar inicialmente a paixão. Foi um apaixonado de todas as coisas que amou, transformando-as em absoluto no empenho por sua defesa, até ao fanatismo. Violento no combate, foi por vezes sem generosidade. O tom áspero que usou é comum nos polemistas católicos, sempre prontos ao ataque ou ao revide. Que nem os opositores exaltados, gritam, injuriam, perseguem o adversário de modo implacável, por motivos mínimos; com freqüência, em tom candente, falam em ladrões, canalhas, mazoqueiros, sargentões e demagogos. É um estado quase patológico de ira. Foi homem de posições extremadas, com intolerância, paixão pela fé, pela igreja, pela autoridade; aproximando igreja e ordem, confundindo a igreja com uma certa ordem, influenciado pelos tradicionalistas que tinham

horror à liberdade e aos princípios democráticos que vinham da revolução francesa, tornou-se autoritário, antiliberal exaltado, seduzido pelas experiências da direita e do fascismo. O menino e o adolescente que se estusiasmavam com a leitura de histórias belicosas, com a personalidade de Napoleão, prepararam o defensor da autoridade forte, que se organiza a qualquer custo para a vitória. O homem áspero no debate de idéias, que chega à falta de generosidade, era, entretanto, terno, como se vê pela correspondência e pelo depoimento de muitos que o conheceram. Páginas comovidas escreveu sobre amigos: com simpatia, fixou os perfis de muitos deles. Que a luta política não o tomava todo é o que se prova com a lembrança de que, ao lado dos artigos violentos contra “o demagogismo e a anarquia militar”, escreveu longos e carinhosos estudos sobre poetas como Auta de Sousa (1924), modesta criatura que deixou pequena obra, ou Durval de Moraes (1925). Entre os amigos aos quais dedicou obras de crítica, só Xavier Marques e Farias Brito eram homens eminentes. Os outros eram autores de menor tomo, sem maior repercussão, como Garcia Rosa, Durval de Moraes e sobretudo os que são estudados em *Humilhados e Luminosos* (1921): Uriel Tavares, Pedro Kilkerry (que está sendo valorizado por certa crítica de vanguarda), Melo Leite, José Magalhães. é interessante fixar nesse livro o que é dito logo no prefácio: “tem o autor a paixão das almas, máxime daquelas que viu e vê passarem despercebidas da grande maioria dos homens”. Ele, atraído pelas obras e personalidades de Nietzsche, Carlyle, não teve na verdade o

culto do herói, do grande homem, debruçando-se antes sobre criaturas humildes. Admirava os autores menores, que estudou por peculiaridades de suas vidas, pela modéstia ou obscuridade, pela inteligência ou afeto, pela extravagância de líricos e boêmios, pois sabia ser ele mesmo um boêmio, desordenado, que preferia as noites e as madrugadas, as conversas infindas, ao dia e ao trabalho de rotina.

Pode-se dizer que esse autor, que muito leu ainda criança, teve formação precária. Sabemos quais os colégios e a escola superior que freqüentou, bem como qual o meio em que viveu. Se jovem já era homem maduro, morreu quando pensava em abandonar os cuidados que o absorviam para entregar-se apenas ao labor intelectual. Sua obra é um índice da insuficiência filosófica de seus estudos, da fragilidade literária de muitos dos livros e autores pelos quais se empolgou, do pouco de conhecimento de história e da quase total ausência de estudos de sociologia ou economia. Não era homem de formação extensa nem profunda: só conheceu bem alguns autores, e, desses poucos são indispensáveis a uma formação sólida. Portanto, o que faz a sua personalidade, bem como a sua obra, é a flama. Compensou as limitações pelo calor e pela intuição. O calor dá-lhe dimensão humana, ao mesmo tempo que faz com que ela se perca em exageros ou em acentos de significado puramente episódico, como se vê mesmo nos maiores polemistas ou jornalistas. Quanto à intuição, raramente capta o sentido profundo que marca de fato os caminhos. Por suas virtudes e por seus defeitos, menos

por seus méritos que por suas debilidades, o homem Jackson de Figueiredo é figura a ser lembrada como expressão de uma fase da inteligência brasileira.

A obra

No estudo da obra de Jackson de Figueiredo devemos destacar os escritos e os movimentos que inspirou e conduziu. Entre os escritos, há os de natureza literária e as meditações sobre temas sociais e filosóficos. Quanto aos seus livros de literatura, lembrem-se os de poesia (**Bater de Asas**, 1908; **Zíngaros**, 1910; *Crepúsculo Interior*, 1918), os estudos críticos (**Xavier Marques**, 1913; **Garcia Rosa**, 1915; **Humilhados e Luminosos**, 1925; **Auta de Sousa**, 1924; **Durval de Moraes e os poetas de Nossas Senhora**, 1925), o romance (*Aevum*, 1932), além de ensaios sobre temas literários em outros livros (**Afirmações**, 1921; **Literatura Reacionária**, 1924) e na correspondência. Dos estudos filosóficos, dois são consagrados a Farias Brito (**Algumas Reflexões sobre a Filosofia de Farias Brito**, 1916, e **A Questão Social na Filosofia de Farias Brito**, 1919) e outro é **Pascal e a Inquietação Moderna** (1922).

A obra que mais nos interessa, para fixação de seu perfil de pensador político e esclarecimento de sua posição ideológica, é a que debate problemas do dia ou questões de doutrina social e política. Destacam-se sobretudo *Do Nacionalismo na hora presente*, 1921; *Afirmações*, 1921; *A reação do bom senso*, 1922; *Literatura Reacionária*, 1924; *A coluna de fogo*, 1925, além

de muitas passagens da correspondência. A conversão ao catolicismo, em 1918, como que lhe divide a obra em duas fases: a primeira, de 1908 à conversão, com estudos predominantemente literários e filosóficos, enquanto a segunda, de 1918 à sua morte com estudos predominantemente políticos e religiosos. Obra extensa ela se destaca sobretudo pela paixão: não se distingue pelo vigor de estilista, pela beleza literária, pela expressão de poeta ou romancista, como não se distingue, no campo do ensaio, pelo rigor das colocações, pela profundidade de análise ou amplitude de vistas. Como realização literária, as obras de criação ficam em plano modesto. Jackson de Figueiredo não foi poeta nem romancista. Se sua poesia é secundária, o mesmo não se pode dizer do romance, *Aevum*, obra incompleta, não revista – é publicação póstuma – se tem arquitetura romanesca débil, é livro que impressiona pelo drama intelectual do personagem. A figura central, Antônio Severo, embora de linhas incompletas, tem a suficiente carga de drama e emoção. O homem inquieto, torturado pela dúvida, por problemas intelectuais de todo tipo, tem uma densidade que se comunica ao leitor, que dá a dimensão criadora do romancista. Obviamente autobiográfico, o livro transmite a quem o lê a imagem de energia e drama do autor, espírito pascalino que se desviou no trato de problemas sociais e quotidianos. Como literatura de ficção, no entanto, é realmente sem importância.

Poeta, romancista ou crítico literário, não deixou obra duradoura. É que não estava convenientemente

equipado para o ofício. Seu estilo, vigoroso na polêmica, não tem a garra do escritor. Compreende-se bem essa deficiência quando se atenta na sua falta de formação literária, evidente na escolha dos temas e na relação dos autores que admirou, na qual encontramos muita figura menor, ao lado de juízos pouco felizes sobre autores de relevo. Seu entusiasmo pelo poeta sergipano Garcia Rosa e por alguns outros pode ser explicado pela amizade. Considerou expressivos Auta de Sousa e Durval de Moraes, poetas sinceros mas débeis. Os juízos críticos sobre os nossos românticos ou sobre Machado de Assis não revelam agudeza, além de serem prejudicados pela ideologia. O mesmo se pode dizer da posição que assumiu frente ao modernismo: os ruídos da Semana de Arte Moderna e os trabalhos de seus corifeus não lhe despertaram simpatia. Não compreendeu o movimento, não viu seu alcance. A literatura anticonvencional que faziam não era a literatura que ele fazia ou amava. Colocou-se contra não só por esse motivo, mas também por ver no modernismo a rebeldia contra a ordem, aspecto do combate à tradição feito em outros campos, e, como tal, devendo ser condenado. Era a favor do clássico, não da criação livre pretendida pelos modernos. Acresce que é equívoca a idéia que tem de arte, na relação que estabelece entre arte e moral. Ainda bem que não embarcou, por sectarismo, no elogio da literatura católica vulgar: “a nossa literatura católica, sobre ser uma espantosa afirmação de mau gosto (...), raro se impõe pelo espírito crítico”.

Para a realização de obra filosófica faltava-lhe formação. Não tinha estudos sistemáticos nem conhecimento amplo de bibliografia. O que escreveu não lhe dá direito ao título de filósofo, nem teria pretensão a tanto. Deixou apenas ensaios sobre Farias Brito e Pascal. Principalmente seu estudo *Pascal e a Inquietude Moderna* revela um ensaísta aberto à compreensão de obra difícil e já muito analisada. Preferimos, entretanto, não emitir juízo sobre esses ensaios, pela falta de intimidade com os autores tratados.

Quanto aos escritos de doutrinação política, parece-nos que Jackson de Figueiredo tinha estilo adequado à polêmica, pelo vigor jornalístico. O entusiasmo com que debate os seus temas, se lhes dá movimento e colorido, tira-lhes a objetividade e a isenção. Há muito julgamento injusto, há muita página errada nesses livros que reúnem conferências e artigos de jornal. Levado pelo fato do dia, pela impressão instantânea, sem a indispensável perspectiva da distância, fez colocações indevidas, julgou com severidade e equívoco. Suas páginas, contudo, são o retrato de um momento da vida brasileira, extremamente vivo em seus acentos muito diretos e na vibração dos choques de hora agitada. Valem para ilustrar capítulo de história das idéias no país. Inspirou essa parte da obra e da ação do escritor a problemática do pós-guerra: a revolução comunista de 1917 na Rússia e as dificuldades de construção do socialismo; o fascismo italiano e a doutrinação direitista, então frequente na Europa Ocidental; o combate ao liberalismo e ao socialismo,

bem como ao cientificismo, ao mesmo tempo que expõe o pensamento católico, que vive então fase importante, com grande número de autores que buscam novas perspectivas e tentam a conciliação de atitudes antitéticas.

De todos os autores que debatem esses problemas no Brasil, nenhum o faz com tanto calor e decisão; daí o lugar que conquistou nesse momento fértil de indagações e perspectivas, não só no Brasil como em todo o mundo. Com a derrocada do sistema liberal e o agravamento das contradições geradas pelo capitalismo, marcados pelas revisões de formas políticas nos países que se mantêm fiéis ao regime tradicional e pela adoção de outros, ora de extrema esquerda, como na União Soviética, ora de direita, como na Itália e em Portugal, além da doutrinação generalizada em todos os países, a Europa e o Brasil vêm-se forçados a um exame de consciência, a um balanço crítico, frente a opções. No campo católico, no qual se inscreve Jackson de Figueiredo, sente-se a forte tentação da direita: sobretudo pela experiência russa, o pensamento católico tende a uma posição extremada. Se não cai de todo no fascismo é pela prudência da hierarquia, que chega a condenar esse extremismo, por haver ele feito do estado um absoluto. Em maior ou menor grau, porém, os católicos sentem a sedução da direita.

Entre eles, Jackson de Figueiredo terá sido dos mais tentados; no Brasil, por certo foi o que mais tendeu à direita nessa década. Realiza aqui trabalho semelhante ao dos doutrinadores europeus, notadamente franceses.

Como se vê pelas citações que faz, foram suas fontes os tradicionalistas Joseph de Maistre e De Bonald, Lamennais, Donoso Cortés, Louis Veuillot, bem como Charles Maurras e os ideólogos da *Action Française*. Destes últimos se distinguia apenas pelo fundo religioso de sua pregação, enquanto eles eram tradicionalistas em termos de garantia da ordem pelo leigo e para o leigo; se aceitaram e incorporaram a igreja ao movimento, foi por verem nela os mesmos objetivos, afastando-se porém nas premissas; o tradicionalismo sobrenaturalista de Jackson de Figueiredo afastava-o do naturalismo positivista de Maurras, o que fica evidente para o brasileiro, sobretudo depois da condenação que dessa doutrina e movimento fez a Igreja, em 1926. A inquietação e a busca de caminhos que marcam o pensamento direitista europeu no período entre as duas guerras refletem-se no Brasil, sobretudo em Jackson de Figueiredo, como se vê pela leitura de seus livros.

Procuremos fixar agora quais os temas dominantes nessa obra:

– *Catolicismo*. Dominado pela fé, o autor insiste em sua defesa. Para ele, tudo que há de duradouro e belo na cultura ocidental resulta da religião católica. Ela formou o homem, deu-lhe a moral, o senso estético, a capacidade de realização. Fugindo do catolicismo, o homem se nega. Não concebe a moral, a política, a sociedade, a instrução, a arte, o pensamento senão quando conformados pelos valores do catolicismo. Daí condenar quase tudo, pois as manifestações modernas do espírito humano lhe parecem enganosas ou erradas, uma

vez que não obedecem ao cânone católico. Liberalismo, socialismo, cientificismo – são alguns dos equívocos em que o mundo se perde hoje, por haver abandonado o sistema rígido e harmonioso que se desenvolveu pela aceitação da fé. O autor orgulha-se de ser “um católico, na mais rigorosa significação do nobilíssimo termo, um homem que, conscientemente, abdicou do seu individualismo intelectual nas mãos amantíssimas da Igreja Católica”.

– *Contra-Revolução*. Denunciando uma série de equívocos, mostra que eles culminam com a Revolução. O início é a ruptura no Cristianismo, operada com a reforma: depois do trabalho desagregador de Lutero, assistiu-se a novo passo de abandono da fé com o racionalismo de Descartes, que representou ruptura na harmonia do sistema tomista; a pregação do materialismo e dos ideais libertários da *Enciclopédia* levaria necessariamente à Revolução. Como resultado, afrouxou-se a autoridade e difundiu-se o conceito de liberdade e de igualdade entre os homens que levou à desordem. O Estado leigo, anti-religioso ou apenas indiferente, inspiraria o liberalismo e o socialismo. Caminhando nessa direção, com firmeza e coerência, chega-se ao comunismo. A Revolução vem a ser, pois, o fantasma que é preciso combater. Para tanto, organiza-se todo um sistema de reação. “A pior legalidade ainda é melhor que a melhor revolução”, gostava de dizer. Ou “a nossa fórmula (...) deve ser esta: morte à revolução” e “a coluna de fogo é esta: o ideal anti-revolucionário”. Para lutar com êxito contra a revolução, é preciso por

vezes adotar processos revolucionários, dizia Joseph de Maistre – citação que é feita várias vezes, bem como outra máxima do mesmo doutrinário: “não é a Contra-revolução o que se tem a fazer, mas o contrário da revolução”.

– *Ordem*. Conseqüência do abandono dos princípios cristãos seria o desrespeito à ordem. E tem-se então a desordem a orientar todos os setores. A falta de ordem na política conduz à Revolução; a não-observância da ordem na sociedade leva ao confucionismo das relações sociais, à falsa noção de igualdade; o abandono da ordem no plano da criação artística leva às aberrações da arte moderna, com a negação do clássico e a valorização dos elementos instintivos, irracionais. Jackson de Figueiredo foi um fanático do princípio da ordem. Daí o seu horror ao demagogismo, à anarquia. Talvez preferisse a injustiça à desordem. Se lhe colocassem a alternativa, ele a recusaria, por considerar que só a ordem é justa.

– *Autoridade*. Outra constante entre suas preocupações é o princípio da autoridade. O enfraquecimento desta conduziria à anarquia, aos caos. Daí o elogio que faz do governo forte, que sabe impor sua vontade: nessa linha, não estava longe do entusiasmo pelos governos que se impõem acima de tudo, como na pregação fascista. É o culto da autoridade que o leva a defender de modo intransigente a causa do candidato e depois presidente Artur Bernardes, ou a admirar o presidente Epitácio Pessoa, que soube enfrentar revoltosos.

– *Nacionalismo*. Jackson de Figueiredo acredita, como Joseph de Maistre, nos “dogmas nacionais”, fruto de uma realidade, uma consciência nacional. Sem chegar ao extremo do nacionalismo integral de Maurras ou ao culto estetizante da nação, à maneira de Barrès, acredita na idéia de nação, na medida em que ela tem um passado comum, tradições, crenças, valores e mitos, figuras e fatos que venera. Trata-se de algo comum entre os ideólogos da direita, como se vê sobretudo na França. Jackson de Figueiredo identifica o nacionalismo, no Brasil, com o passado católico, tradição que vê ameaçada pelo protestantismo, pelo ianque, ou pelo que chama de metequismo, de invasão da maçonaria e do judaísmo do capital externo. É interessante lembrar que, além dessas ameaças, lembradas ao longo de inúmeros escritos, veio a criar problema ante o perigo de Portugal. Embora neto de português e admirador da literatura e de certos rumos da política daquele país – sobretudo o “Integralismo lusitano”, ideologia da direita exposta por seu amigo Antônio Sardinha – pareceu ao jornalista que eles se excediam no Brasil, pretendendo-se com direitos iguais aos brasileiros. Em campanha pela imprensa, principalmente antes da conversão ao catolicismo e mesmo em 1921, quando escreveu *Do nacionalismo na hora presente*, atacou o elemento português de certos setores no Brasil. Era movido, como vários outros em seu tempo – Lima Barreto e Antônio Tôrres, por exemplo – na luta ao português, pelo domínio que eles tinham da imprensa, como proprietários de jornais ou pela publicidade, quando

eram os maiores comerciantes e financistas. Seu nacionalismo de combate, inexpressivo como se vê pela escolha do português como alvo de ataque, não assumiu formas agressivas de hostilidade ao estrangeiro. E o adversário apontado mostra que lhe escapava o mais significativo na influência externa, que é o agente do imperialismo – evidentemente de outra origem. A insensibilidade para o econômico e o social toldava-lhe a visão.

– *Moralismo*. A ordem intelectual, como a social e a política, deve ser configurada pela moral. Todas as atividades humanas são decorrência da ética; quando esta não é respeitada, verificam-se desvios condenáveis. A preocupação moralizante domina sobretudo na política. Subordinando a política à moral. Jackson de Figueiredo denuncia com calor o que considera a falta de moralidade da vida pública. A seu ver, não é moral negar os padrões instituídos com a subversão da ordem; não é moral a demagogia, o domínio das forças de propaganda, com a imprensa; não é moral o acordo entre elementos diversos – comum na política – que leva às estranhas combinações em que há troca de apoios e favores, para o êxito. Causa-lhe horror a campanha contra Bernardes, por exemplo, pelo fato de lançar mão de recursos escusos, da falsificação de documentos; acha imoral a aliança de Nilo Peçanha com Edmundo Bittencourt, diretor do *Correio da Manhã*, órgão que divulgou as cartas falsas, quando os dois homens eram velhos inimigos que se unem para o combate, esquecidos de quanto haviam falado mal um do outro. O

moralismo é preocupado com as alianças suspeitas, o suborno, o furto, a demagogia, a falta de palavra. Vê as pessoas, não as situações. Baseados em um princípio ético, tido como valor absoluto, permanente, os defensores do moralismo vêem o fato do dia, escandalizam-se com o que lhes parece traição. O curioso é que se transforma, assim, uma parte em exemplo de limpidez de comportamento, monopólio da verdade, bandeira de honestidade, enquanto a outra é vista como corrupta, desonesta. É uma forma de maniqueísmo, em que o mundo é dividido em dois – o bem e o mal; o lado que se abraça é o bem, o adversário é o mal.

Esses os temas predominantes na obra de Jackson de Figueiredo, aos quais é preciso acrescentar a noção que ele tinha do Brasil. Autor eminentemente engajado em seu meio, sentiu-o e procurou exprimi-lo ao longo de suas obras, como país católico, formado pelo catolicismo e que só é fiel ao seu destino quando subordinado aos princípios traçados pela Igreja. A seu ver, “a inteligência brasileira é essencialmente infensa a qualquer sistematização materialista”, como é comum entre os autores católicos, enfatiza o papel da religião no processo formador da nacionalidade: tudo o que o país é ou tem, deve-o à Igreja. Destaca sobretudo o trabalho da Companhia de Jesus. Irrita-se com o rumo liberal assumido pela monarquia, principalmente nos últimos tempos: D. Pedro II é para ele o tipo do chefe incolor, fraco, sem noção da autoridade do cargo e da função que lhe compete. Vê nele o responsável máximo pelo êxito da idéia republicana, que lhe causa mais

desagrado ainda por vir acompanhada do elemento militar e do positivismo. O certo é que é muito precário o conhecimento que tem do país, pela alarmante falta de formação, histórica e sociológica.

Apesar das restrições a influência militar, o polemista não tinha preconceito contra o soldado; entre os autores franceses que amava, tradicionalistas, havia mesmo o culto do militar, ao qual associavam a pátria; o soldado cantado em prosa e verso por eles, no entanto, é o sustentáculo da ordem, o fundamento da autoridade e da nação, enquanto o militar brasileiro se aproxima do exército dos países latino-americanos, nos quais reconhece o perigo da aventura caudilhista, aos seus olhos imagem da desordem. Jackson de Figueiredo não soube ver nos movimentos militares latino-americanos a inquietação de grupos em ascensão, notadamente a classe média, como no Brasil, enquanto os exércitos dos países europeus, com sociedades já devidamente estruturadas, eram agentes de conservação do poder das classes dominantes; entre nós, ele traduz a instabilidade social e a mudança dos elementos de direção da vida pública. Daí o caráter aristocrático e conservador das forças armadas lá e o caráter democrático e por vezes revolucionário – embora muitas vezes ferozmente reacionário, com a agravante do caudilhismo e de certa falta de compostura (ele é que o diz) – das mesmas forças entre nós. A tornar ainda mais alarmante a República feita por golpe militar está a presença do positivismo. Jackson de Figueiredo detestava a doutrinação comteana, irritando-se com sua vitória em

nosso meio. O êxito de positivistas e evolucionistas fazia com que condenasse a negligência dos católicos, que não sabiam impor a sua força. Todas essas posições eram exemplos de metequismo intelectual.

Com a República, o militarismo, os desmandos e as ambições políticas, a pregação da desordem, temos a situação crítica que o país atravessa desde o início da década de 20. No governo de Bernardes, o jornalista coloca-se abertamente ao lado da autoridade, contra “o tenentismo de coronelões e generalatos mais ou menos analfabetos, tresledores de Augusto Comte”. Essas rebeliões parecem-lhe injustificáveis, Jackson de Figueiredo escreveu várias vezes sobre o direito de rebelião, tema bastante tratado por figuras da Igreja: em que medida é defensável que o povo se insubordine ante as arbitrariedades do tirano. Embora autores eminentes, expondo o pensamento católico, reconheçam a legitimidade da insurreição. O escritor brasileiro tende a não justificar nunca os protestos feitos com violência, apelos à força, inclinando-se antes para a resistência passiva. Mais de uma vez assinalou que é inconcebível que um católico seja revolucionário. No Brasil, naqueles momentos, a rebelião era algo de absurdo, de todo injustificável. Só a condenação merecem, pois tais movimentos, não recuando mesmo ante a idéia de pena de morte. É preciso notar que nas campanhas políticas em que se empenhou o que ele via era o perigo da Revolução. Não era Artur Bernardes ou Epitácio Pessoa que defendia, como não era a Velha República tão cheia de vícios, mas a ordem. Demais, parecia-lhe faltar

consistência aos revoltosos: o governo era um mal menor, até que o país estivesse pronto para outra vida, regenerado.

Em sua doutrinação, o ator aparece como adversário de todas as conquistas liberais; fala “das Câmaras deliberativas”, nos malefícios do sufrágio. Para ele, “o católico é, caracteristicamente, um anti-revolucionário, tem por dever indiscutível o respeito da autoridade constituída, revista-a seja quem for”. Aceita a República, faz críticas severas a D. Pedro II, embora mantivesse, como tradicionalista que era, ternuras pela monarquia. Não chega a fundar o Partido Católico, pelas recomendações em contrário da hierarquia da Igreja – pessoalmente era a favor. Na posição antiliberal, portanto, com reacionarismo, lança as sementes mais fortes da política direitista.

Ainda que se indigne com a desordem, com o desrespeito da autoridade, com os desmandos políticos e mesmo certa molecagem em nossa política (apreciava a expressão forte), Jackson de Figueiredo não é um descrente nos destinos nacionais, cético quanto ao futuro. Em mais de uma passagem fez referências otimistas às perspectivas. Achava que o país, até quando mais aparentemente transviado, conservava o fundo cristão, como em todos os escritores brasileiros, mesmo os que pareciam em posição muito afastada, reconhecia princípio de cristianismo. Profligando, pois, os caminhos recentes do país, o comportamento da maioria dos políticos, não se entregava ao desespero, não anunciou nunca a falência de sua pátria. Acreditava que ela era

cada vez mais cristã, mais integrada na Igreja. E assim, podia encarar favoravelmente o seu futuro.

Tentando uma síntese da obra de Jackson de Figueiredo, temos que ela se impõe pela polêmica, pelo tom caloroso do debate. Não são as galas de estilista que lhe garantem permanência como escritor; não é a profundidade como analista e não é o conhecimento em extensão da realidade que o afirmam como crítico social; não é a densidade de sua inquietação que lhe dá posto de filósofo. Secundário como escritor, débil como sociólogo ou filósofo – a dramaticidade de suas indagações, o peso de suas dúvidas aparece de modo a comover, mas desalinha e dispersivamente, na enorme e sentida correspondência e no pungente romance – é nome a ser retido só pelo vigor e paixão de seus combates. Excetuado esse aspecto, é obra que não resiste sob o prisma doutrinário.

Muito do que o país tem de mais significativo e evidente passou-lhe de todo despercebido. Dir-se-ia que não tinha sensibilidade para o social. Não soube perceber o homem em sociedade, com as deficiências e injustiças de que era vítima. A trama de suas necessidades econômicas e a luta pelo quotidiano, no humilde aspecto material, nunca foram vistas por ele. Também os problemas de classe e as relações entre elas não foram sentidos por quem não atentava para esses aspectos. Se não os percebeu no plano individual, também não os percebeu no plano geral; não viu entraves de natureza econômica ao desenvolvimento da nação, com a disputa de mercados, a exploração feita

aqui por outras nações. É certo que fala no estrangeiro e em seus perigos, denunciando-os, mas o faz para condenar o capitalismo internacional de judeus e maçons, homens desligados de nossa tradição e da Igreja. O fato, em sua crueza, não lhe desperta interesse, a não ser com essa referência a inimigos da religião. A sociedade e a economia, portanto, não podem ser entendidas. Compreende-se a perspectiva do autor quando se lembra sua ótica de moralista. Jackson de Figueiredo não vê o todo, não vê o processo, não sente a mudança, pois só pensa no homem, em termos quase estáticos. Sem levar em conta o quadro complexo em que ele se move, onde elementos diversos se entrecruzam e se interpenetram, julgando com padrões de absoluto, perde-se em uma pessoa abstrata, por ele idealizada. E distribui sentenças de bom e mau comportamento, vê aqui o bem e ali o mal. Com tais elementos de conceituação era impossível que penetrasse o processo histórico e a realidade de seu país.

Repercussão

Se em atitude crítica reconhecemos a precariedade da obra de Jackson de Figueiredo, é preciso lembrar agora a sua repercussão. Foi ele autor marcante, que exerceu ampla influência em seu meio. Através de artigos, conferências, livros, fez chegar suas opiniões a amplas camadas. A revista e o centro de estudos que fundou atingiram público não apenas católico. Foi entre católicos, porém, que essa influência se fez sentir

particularmente. É que pela primeira vez um escritor católico se empolgava de modo completo por sua causa. Os que o antecederam, como Carlos de Laet, Afonso Celso, Eduardo Prado, Afonso Arinos, Felício dos Santos, Joaquim Nabuco, não se resumiram ao apostolado ou proselitismo, nem formaram círculo com atividades regulares. Não fizeram escola. Na apatia bem-pensante do meio intelectual brasileiro, Jackson de Figueiredo foi, portanto, uma exceção. Teve a coragem de declarar-se católico e reacionário, consumiu-se na causa da igreja, quando a maioria dos setores dirigentes da nação não era constituída por crentes. Seu aparecimento foi surpresa para os adversários e para os próprios católicos, que até então nada haviam visto com todo aquele vigor. Daí a divisão de campos operada por sua figura; a admiração, de um lado, o revide e até o ódio de outro lado. Sem procurar seduzir, apresentando-se cruamente, às vezes áspero e violento, formou um círculo de pessoas que viviam sob sua liderança.

Exerceu influência direta entre intelectuais católicos. Os quais se reuniram em torno da revista *A Ordem* e do centro Dom Vital. Trabalhando junto a uma elite, se não agrupou número muito amplo, atraiu pessoas que por sua vez exerceriam influência. Como o Centro não foi ponto de estudos desinteressados, distantes, mas visava ao contacto com a realidade imediata, pretendendo vivência dos problemas presentes. Não foi fácil atrair a todos os católicos. É que Jackson de Figueiredo pensava como que em um partido político, com seus programas e nomes. Não era um simples

estudo de doutrina, de questões transcendentas, mas a colocação do fato do dia, a opção entre orientações e candidatos. Com esse trabalho, confundia a Igreja com uma causa, vinculando-a a certos setores – procedimento perigoso, uma vez que ela passava a correr os riscos da aventura. Defensor da ordem constituída, transformou os inimigos dessa ordem em inimigos da fé. O pensamento católico leigo girou em torno dele, embora às vezes com dificuldades da parte de alguns.

Note-se, porém, que Jackson de Figueiredo não teve a influência restrita aos católicos. Teve ressonância entre pessoas de tendência conservadora, direitoista. Se as advertências para um trato mais realista da vida brasileira já se faziam sentir, pela pregação de um político como Alberto Torres ou de seu continuador, o sociólogo Oliveira Viana – nos quais se podem denunciar ecos de direitoismo – é com o escritor católico que ecoam verdadeiramente no Brasil as idéias extremadas de direita, então em voga na Europa. E o anti-liberalismo, o anti-socialismo, o horror ao comunismo, com a defesa de necessidade de fortalecimento do Estado, de prestígio da autoridade, de culto da ordem, que os tentados pela pregação direitoista sabiam vicejar na Europa, encontram-se também nos escritos desse jovem. Morrendo ainda moço, não pode desenvolver seu pensamento em corpo coerente de doutrina, em sistemática severa. Nem sabemos se o faria, visto que lhe faltavam formação adequada e rígida disciplina do trabalho intelectual. O que lançou, entretanto, frutificaria. Seus amigos alimentaram as idéias

que defendeu: *A Ordem* continuou a circular, o centro Dom Vital continuou a funcionar.

Houve, entretanto, alterações, que podem ser marcadas pelas diferentes personalidades de Jackson de Figueiredo e de Tristão de Athayde, seu sucessor na chefia do laicato. Como teve ocasião de confessar inúmeras vezes Tristão de Athayde, foi condição que impôs afastar *A Ordem* e o Centro do caminho de política partidária. O novo líder afasta-se ainda da direção anterior em outros pontos: enquanto Jackson de Figueiredo se batia pela autoridade, ele se bate pela liberdade; se ao primeiro espantava a desordem, ao segundo espanta sobretudo o autoritarismo do Estado nos modernos regimes extremistas, em que o indivíduo é reduzido a nada. Enfim, trata-se de uma linha liberal, enquanto antes o sentido era autoritário, para-fascista ou fascista. Tais modificações não significam abandono do caminho até então seguido. Tristão de Athayde proclama-se a todo passo admirador e seguidor de Jackson de Figueiredo; que nem ele o faria, condenará a revolução de 1930; depois, em 1932, com o surgimento do Integralismo, escreve artigos em que se mostra, no início, em atitude de simpática expectativa. Com o tempo, porém, afasta-se de todo do movimento, até condená-lo. Demais, a formação intelectual de Tristão de Athayde é muito superior e suas virtualidades estão além do nível do simples jornalismo.

Problema quase ocioso, mas que tem sido levantado, é o de qual teria sido a posição de Jackson de Figueiredo diante desse movimento direitista. Como os

integralistas apresentassem freqüentemente o católico sergipano como precursor de sua pregação, escreveu Tristão de Athayde, em estudo sobre catolicismo e integralismo, que até certo ponto era razoável considerar Jackson de Figueiredo como um dos lançadores do movimento, pois “foi o primeiro de nossa geração que, sem ser socialista ou comunista, denunciou os erros e os males do liberalismo. Foi o primeiro que marcou a necessidade de um regime de autoridade, que viesse reagir contra a dissolução crescente dos costumes políticos pela ideologia democrática. Foi o primeiro que teve o desprazer de se chamar a si mesmo reacionário, contra a moda revolucionária que atingiu quase todos os que se prezavam de avançados e atuais. Foi ainda ele o primeiro que, apesar de participante do movimento nacionalista, acusado de lusóphobo, entrou em cordialíssimas relações com o Integralismo Lusitano de Sardenha que, em Portugal, preparou o renascimento português moderno e o Estado Novo de Salazar. Por esses e outros motivos, é incontestável que Jackson de Figueiredo foi precursor de todos os movimentos de reação anti-liberal e anti-socialista, que em nosso meio constituem para a maioria uma novidade absoluta”. Os integralistas puderam, pois, ver nele um precursor. Sem ousar demais, no entanto, parece-nos legítimos duvidar que se inscrevesse entre as fileiras verdes. Por certo as festejaria no início, e com mais entusiasmo que Tristão de Athayde; em pouco tempo, no entanto, seria afastado, por não concordar com a absolutização do Estado que os integralistas pregavam e por ser homem de espírito

generoso, com o sentido da aventura, incapaz de aceitar os limites que a prática do sigma impunha. Demais, afastar-se-ia ainda por não admitir o espírito de acomodação e a mediocridade que o direitismo assumiu aqui. Afastando-se, passaria, de acordo com o seu feitio, a combater com tenacidade o movimento, de modo mais direto que o fez seu continuador.

Se o integralismo não é, portanto, repercussão da obra de Jackson de Figueiredo, pois tem outras fontes mais imediatas – embora lhe deva preparo inicial do terreno – só podemos notar ecos do polemista no trabalho de seus antigos companheiros do Centro Dom Vital. A influência desse grupo, porém, não foi profunda nem extensa. Agora, vários anos passados sobre a sua fundação, está mais ou menos como estava em 1922 ou 1928. Com algumas agravantes até, pois não exerce nenhuma influência renovadora. Algumas das figuras mais expressivas do catolicismo não são ligadas a ele. Lembraríamos, por exemplo, os moços católicos, hoje atuantes em movimentos de longo alcance e de repercussão, que se opõem ao Centro Dom Vital, pelo seu caráter de marginalidade, sem força no país. Verifica-se aí um drama: o grupo é visto com desconfiança por certo catolicismo tradicional, rotineiro, enquanto é menosprezado como retrógrado pelos católicos que têm vitalidade e se engajam no seu tempo. Escrevendo em 1938, dizia Tristão de Athayde que Jackson de Figueiredo era um desconhecido mesmo entre os católicos, acrescentando que “a nova geração, muito superior à sua (...), nem sempre o reconhece”.

Hoje pode-se dizer que as conclusões do artigo de 1938 devem ser ainda mais peremptórias, pois Jackson de Figueiredo não é lido pelos velhos nem muito menos pelos moços. E é explicável que assim seja, uma vez que sua obra não dá respostas razoáveis às perguntas e aos problemas que preocupam agora. Sinais sensíveis de sua influência só mesmo no Centro Dom Vital, cada vez mais desligado do público. Ainda que com variações, de certo modo é a obra de Jackson de Figueiredo que o Centro continua. Os temas costumam ser outros, o tom já não é o antigo, o combate e a defesa adquirem novas formas. No fundo, porém, há identidade de opiniões e de propósitos. E a esse círculo, não muito amplo nem muito influente, é que se reduz o eco das campanhas de Jackson de Figueiredo, doutrinador do reacionarismo, e, como tal, marco da história das idéias no Brasil.

(*) IGLÉSIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. In: _____. **História e ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 109-158.

INTRODUÇÃO A CORRESPONDÊNCIA DE JACKSON DE FIGUEIREDO^(*)

José Barreto Filho

Em carta de 27 de janeiro de 1919, dirigida a Mário de Alencar, Jackson affirmava: “si eu não morrer, digo-lhe sem vaidade porque não se trata de litteratura, si viver mais dez anos, deixarei ao meu paiz uma história singular, o que se poderia chamar uma Summa Sentimental raciocinada”. Jackson não chegou a viver os dez annos que reclamava: dois mezes antes de conclui-los era arrebatado pelo mar, na Barra da Tijuca, mas nos deixou alguma cousa que, si quizermos submeter a uma classificação, corresponderá de certa forma áquella estranha promessa. É a sua correspondência.

É através della que nós podemos colher o que havia do original e profundo no pensamento de Jackson, o verdadeiro eixo dos seus interesses vitaes, o segredo de uma personalidade que exerceu a maior influência que já foi dado a alguém exercer entre nós. Extraordinário centro de irradiação, é raro aquelle dos nossos contemporaneos que se distinguem nas letras, na política ou nas artes, que, directa ou indirectamente, não tenha penetrado o campo magnético dessa personalidade, mesmo que fosse para odial-a. E o

mystério dessa força está situado muito além das posições exteriores que elle assumiu e defendeu, das suas luctas políticas, dos seus attritos intellectuaes.

Quer para os que o amam, como para os que o odeiam, a questão – Jackson se propõe com uma acuidade muito maior. Elle foi uma especie de fermento, cuja acção subrepticia se insinuava no metabolismo intimo das almas, um humor que provocava, ou uma dynamização surprehendente, ou uma anaphylaxia violenta.

As suas relações com os homens possuíam alguma cousa que ia além do psychologico, propriedade que elle definiu, como um dom involuntário, em varias passagens de sua correspondência: “Não sei explicar as cousas mais singulares que se passam em mim: mais eu tenho photographias de almas dentro de mim, isto é, photographias de vidas, e logo do primeiro encontro com ellas” (Carta a Alceu Amoroso Lima, de 3 de abril de 1928).

Compreende-se que essa visão espectral, radiologica das almas determinasse naquelles que se sentiam devassados, uma angustia obscura, uma sensação incommoda, que não chegada a ser consciente, e ficava, por isso mesmo, carregada de toda a potencialidade affectiva, negativa ou positiva, pouco importa, da liberação de forças ontologicas, que formam o cerne da personalidade humana.

Esse nucleo central da personalidade permanece commumente, como a Bella Adormecida no Bosque,

completamente inactivo, e atravessa muitos destinos sem nunca ter tido ocasião de manifestar-se.

O que evolui em cada consciência, no contacto com o mundo, é um eu de superfície, determinado pela adaptação social, movimentado por leis mechanicas de successão e de associação de idéias. Enquanto que o verdadeiro núcleo da personalidade, esse é o que possui as propriedades especificas do espirito, de liberdade e criação, dotado de um valor eterno e investido de responsabilidade moral.

A noção da estructura espiritual que Jackson possuia, coincidia assim com a psychologia bergsoniana, nessa distincção entre o “moi de surface” e o “moi profond”. Apenas esse eu profundo para o Jackson estava numa relação necessária com o seu Creador, de quem recebera, não somente o ser, mas a capacidade de permanecer na existência e não resvalar para o nada, bem como a possibilidade e o modo de suas operações.

O eu puramente psychologico, o eu de superfície, só indirectamente participava dessa vida espiritual; os seus movimentos, para Jackson, tinham uma importância secundaria e não o impressionavam muito. No correr deste volume, nós assignalamos varias passagens em que os movimentos, as duvidas de consciência, as formulações mentaes propriamente pouco ou nada o interessam. Si o acesso ao eu ontologico tem que ser feito atravez desses estados de consciência, estes, muitas vezes, mesmo depois de attingida e acordada a personalidade para sua vida própria, à tona, como

formas illusórias, que de modo algum exprimem a verdadeira situação espiritual.

Evidentemente, quanto mais cresce a personalidade ontologica, mais ella tende a incorporar os actos de consciencia e a tornal-os adequados à sua vida propria; o progresso da vida espiritual pode mesmo ser definido como uma **crise** de consciência sobre o eu e as suas relações com a sua origem e fim. Não é menos verdade, porém, que esses dois planos permanecem inconmensuraveis, e que haverá sempre dentro de nós alguma cousa, além do que nos é possível exprimir ou mesmo perceber.

Sendo assim, todas as nossas propriedades espirituais só operam verdadeiramente neste plano ontologico, num dialogo incessante com Deus, e muitas vezes nem sabemos bem o que se passa nessas regiões insondaveis: “Só Deus sabe de verdade, diz elle, o porque agimos desta ou daquella forma, e muito mais o por que nos sentimos taes como nos sentimos” (Carta a Alceu Amoroso Lima, de 1º de outubro de 1928).

Jackson, por conseguinte, não era absolutamente um juguete da apparencia illusoria, do eu de superficie; elle não tomava os homens ao pé da lettra, pelas suas declarações ou mesmo pelos seus actos. Tudo isso possuía para elle um valor de symbolismo, uma simples allusão à qualidade e à substância do eu ontologico, que elle podia attingir ao primeiro contacto.

Esse amor da personalidade foi o principio director de todos os seus movimentos, o motivo de todas as suas luctas, o seu soffrimento e também a sua gloria.

Instidado por elle é que Jackson, desde a sua adolescência, procurava ligar os homens, explical-os uns aos outros, fazer com que se comprehendessem e se compenstrassem. A correspondência de 1913 a 1915, a Xavier marques, por exemplo, já nos revela essa sua preocupação incessante, no ar de victoria com que elle annuncia a descoberta de Mário de Alencar, de Farias Brito, de Nestor Victor, de tantos outros enfim, como a aquisição de novos exemplares para a sua colleção de almas, para a sua “pequena Igreja”. E era tanto maior o prazer dessas descobertas, quanto o thezouro estivesse mais escondido e mais humilde: dominava então o prazer da revelação, com que salvou de um completo esquecimento alguns dos que elle denominava os **Humilhados e Luminosos**:

“Quem teve, porém, a sorte de encontrar uma dessas jóias, de brilho singular, deve quanto lhe for possivel, quando sabe que ella desapareceu ou está para afundar-se na voragem do tempo, revelar quando de seu fulgor reflectia de eternidade, isto é, da suprema luz creadora”. (**Humilhados e Luminosos**, página 8).

A critica litteraria não podia ser para elle um julgamento objectivo dos productos intellectuaes: “muito ao contrario de você, jamais separo o homem do livro ou o que quer que haja escripto”, declara elle a Alceu Amoroso Lima, em carta de 2 de setembro de 1928; era um instrumento de conhecimento das almas, atravez as suas manifestações creadoras, um modo de acção de uma personalidade sobre outra.

A sua discussão com Alceu Amoroso Lima, que marcou o início de uma correspondência quasi diaria que se prolongou até a sua morte, e que chegou a algumas escaramuças pelas columnas do “O Jornal” com a intervenção de Ronald de Carvalho, era, no fundo, a defrontação de suas concepções diferentes da personalidade: uma que se despreocupava desse princípio espiritual do ser, e por isso podia pleitear uma esthetica objectiva, uma crítica dos productos da intelligencia e da sensibilidade como destacados de seu autor, e obedecendo a critérios de valor imparciaes e indifferentes; outra, inteiramente centrada na personalidade profunda, exigindo, por conseguinte, dentro da esthética, um reflexo do mundo moral, e considerando as obras como um prolongamento do homem.

Essa concepção, que Jackson incarnava, solicitava o espírito a se destacar da fascinação da obra como cousa, para inclinar-se à sua contemplação como phenomeno humano, como signal das almas, expressão de sua riqueza, processo que integra a Arte como valor excepcional, no destino do homem.

Essa voz possuia evidentemente alguma cousa de seductor, porque vinha de uma região humana, e podia assim revalorizar o princípio esthético, a actividade creadora, reduzida a um puro jogo, fascinante e inútil, como consequencia de sua deshumanização: ella acordava, em Alceu Amoroso Lima, afinidades e echos adormecidos, suffocados pela amarga experiência de deshumanização da Arte de após guerra.

O attrito em que se empenharam foi por isso mesmo fecundo. Jackson lhe fallava uma linguagem cifrada, que, atravez de sua consciência, ia ser interpretada por uma personalidade moral esquecida por longos annos de intellectualismo exasperado, mas ainda não definitivamente estrangulada. Despertava ao echo dessa voz, e cresceu ininterruptamente, para sua maior completação, num diálogo continuo que só veiu a cessar com a morte de seu interlocutor.

Esses dois homens de letras, esses pois poetas, reconstituíram toda uma synthese dos problemas humanos a partir da meditação da obra literaria, do seu valor como cousa humana. De seu sentido como irradiação da pessoa. É das mais bellas aventuras espirituaes que possuimos na história de nossa intelligência, e illustra admiravelmente todas as affirmações expressas ou implicitas que o pensamento de Jackson teve a missão de installar no centro da consciência brasileira.

A Experiência racionalista

Um dos ensaios mais significativos de Jackson de Figueiredo, como dado sobre a sua evolução interior, é o ensaio sobre Farias Brito. O ensaio sobre Pascal, que já é mais amadurecido e crystallizado teve de sofrer uma série de amputações, foi refeito, transformado, afim de conformal-o a uma philosophia orthodoxa, que elle já havia admitido em bloco. A matéria com que jogava o ensaio sobre Pascal exigia aliás uma maior attenção no

seu trato: ella tocava de perto pontos de theologia dogmática, como a natureza da fé, a predestinação e a graça, alguns dos quaes já eram definidos pela autoridade da Igreja.

Em “Algumas Reflexões sobre a Philosophia de Farias Brito” deparamos porém o Jackson numa phase de transição: esse ensaio era apenas uma “profissão de fé espiritualista”, e não propriamente catholica. Ahi elle nos informa de várias circunstâncias interessantíssimas para a analyse de sua psychologia.

Elle narra, por exemplo, que ao primeiro contacto com um livro de Farias Brito – “O mundo como actividade intellectual” – ocorrido em 1908, tomou-se de um espanto indescritivel e abandonou o livro que considerava falsa a theoria da evolução, e chocava outros preconceitos da adolescência materialista, de “um candidatozinho ao mandarinato scientifico”.

Era elle um egresso “de um collegio protestante, tivera que apprender a Biblia como se aprende Arithmética, fizera dezenas de perguntas e não tivera respostas razoaveis”, e movido por essa curiosidade devorou bibliothecas de philosophia e de sciencia, para saturar as exigencias de sua razão.

Desse periodo de dialectica exhaustiva, resultou simplesmente uma crise de scepticismo. Que valor existencial poderia ter essa razão dos Philosophos e dos cientistas, que se propõe a atravessar impassivel o mundo onde se desenrola o drama do homem, com o fim de atingir objectivos claros, distinctos, e indifferente a tudo o que não puder ser contido no fóco limitado de

sua claridade fria? Que vale um conhecimento extra-vertido, todo elle debruçado para a objectividade que nos circunda, e baseado, por systema, na eliminação de todos os aspectos que no proprio mundo exterior nos interessam de perto: uma mathematica que se desinteressa da variedade das formas; uma physica que annulla as qualidades sensíveis, justamente essas propriedades por intermedio das quaes o mundo nos é communicado, determinando os nossos sentimentos de sympathia e de aversão; uma philosophia que omitta, no homem, tudo o que não seja reductivel as categorias inferiores da realidade: a sua liberdade, a sua subsistencia como espirito, o instincto de infinito que anima a sua capacidade de compreender e de amar? Que vale um conhecimento que não seja um tratado da dor humana, que não seja uma philosophia “em que o philosopho demonstrasse a mais dolorosa experiencia, mostrasse a consciencia ignorada do delirio, a consciencia ignorada do moribundo, a consciencia ignorada do que foi decepado, a consciencia ignorada do terror?

Essa ennumeração de situações espirituaes agudas, já a esse tempo demonstrava a direcção em que iria caminhar o pensamento de Jackson, depois de uma crise que o fazia chegar a conclusão, a primeira vista paradoxal, de que certo scepticismo anda mais perto da fé do que qualquer outro modo de ser do espirito.

O programma que elle traçava para a philosophia se identifica com o que foi executado por Dostoiewsky e Kierkegaard: mergulhar na personalidade profunda, na

sua liberdade tragica, principio do bem e do mal, e isso atravez de seu único canal de acesso – a dor humana.

Quando o Principe Muichikine fascina extranhamente a família Epantchine, descrevendo o estado de consciência do condenado, no minuto supremo em que a guilhotina vai descer sobre o seu pescoço; quando o adolescente se debruça, perturbado, sobre a alma enigmatica de Versilov; quando Kierkegaard se tortura para penetrar no íntimo de Abrahão, no momento em que devia sacrificar o próprio filho, realiza-se aquelle conhecimento essencial da Personalidade, do Mystério do homem, nesses modos supremos de sua manifestação.

A noção de que a dor, a tortura mesmo, é o unico conhecimento absoluto, aquele que totaliza as noções parciais e fragmentarias da razão abstracta, Jackson não abandonará mais. Ella será dahi por diante um **Leitmotiv** de todas as suas reflexões sobre a vida e sobre o destino humano.

Naquella epocha, isso era apenas um pressentimento: “a estas dores como que desviadas da nossa, que se faz visivelmente consciente, quem sabe o que está ligado do espirito na sua existencia mais pura, mais livre das apparencias já systematizadas no conhecimento vulgar?”

Este pressentimento, essa interrogação sobre a qual não chegará nem mesmo a se deter uma philosophia technica ou scientifica, obriga entretanto áquele que sentiu profundamente a sua necessidade, a uma variação brusca da sua attitude intellectual. Sim, porque ella se resolve nessa questão importantissima: as condições

affectivas do homem, a acuidade excepcional de certos soffrimentos podem ser em si mesmos uma fonte de conhecimento? No caso affirmativo (e todas as suas tendências profundas a isso o conduziam), duas consequências gravissimas se seguem: 1º - a origem desse conhecimento, a sua causa, não será estrictamente racional, logo é possível um contacto com o ser, e talvez o mais importante, que não se origina da razão; 2º - a vida, indeclinavelmente, oferece a cada homem a oportunidade do soffrimento, e este é mais agudo justamente na proporção em que é mais nobre a sensibilidade a mais profunda a intelligencia.

Nessas condições, não somente o soffrimento é o verdadeiro contacto com o ser, mas a vida está organizada para promover esse contacto incessante, e o valor de nossa personalidade se define pela maior ou menor capacidade de soffrer.

Não seria, por conseguinte, aos olhos frios da razão que o destino e a personalidade do homem desvendariam o seu enigma. A sua crise de sceptismo se prolonga, cobrindo os annos de 1913, 1914 e 1915.

É uma phase dolorida e inquieta, de estagnação apparente, mas de intensa ruminação: “creia que a questão mais abstrata é capaz de me fazer soffrer horas inteiras – causas primarias, religião, uma duvida sobre o movimento da terra”. (Carta a Mario de Alencar, de 16 de abril de 1913). Sobre esse impasse; porém, o phenomeno da dor que o acompanha, vae subrepticamente preparando a admissão, na consciência de outras necessidades além daquellas que a razão exigia:

“ao que me parece, o meu fim na vida é ser consolado”... (Carta a Xavier Marques, de 20 de fevereiro de 1916).

A intuição de que o mais importante para o homem é ser consolado, por isso que o seu ambiente obrigatório é o soffrimento, completou-se naturalmente com a noção de que o seu fim também é consolar. Consolar, e encontrar nisso a propria consolação, eis o que Jackson nunca se cansou de fazer durante o resto de sua vida, num estylo complexo e alto, que ia, desde o conforto às intelligencias, por meio de uma única techinca intellectual e de uma cultura magnificas, até o mero socorro sensível, a iniciativa do amparo material, como ao simples gesto de carinho humano. Jackson era excessivamente ávido”do leite da ternura humana”, e si Landy Macbethy presenciasse alguns dos seus momentos de exaltação, olharia com desdem para essas velleidades de violencia, percebendo com a sua perspicacia que sob tudo aquilo corria um fluxo substancial daquela ternura.

Muitas vezes, a vida intensa de Jackson era uma compensação para a propria magua da vida. Por ocasião da morte de Moysés Marcondes, escrevia elle a Alceu Amoroso Lima:

“Quando me acontece uma cousa assim o meu maior desejo é positivamente o de dançar, andar, fallar, brincar, mas não como desejo – determinação: peor – como desejo espontâneo, vida. Mas lá vem a hora do silêncio, do contacto forçado com o sobrenatural que envolve toda intelligencia acordada, e um panico desse

abysmo, e uma saudade funda do que já se tem ido de mim nessas criaturas queridas que se foram (Carta de 20-21 de março de 1928).

Essa reacção em face da magua, que se caracteriza por uma espécie de fuga para dentro da vida, já havia acontecido anteriormente, por ocasião da morte de Farias Brito. O contacto com esse grande espírito viera como um acontecimento providencial, quando já se esgotava no Jackson o seu período de scepticismo. Alguns resultados estavam definitivamente adquiridos, e elle os exprimia vagamente: “continuo no mesmo estado de que lhe fallei – cada vez mais me torno consciente de que nasci para tirar da dor a pureza intellectual de minha vida. Esta convicção acabou por me dar, não direi a felicidade, mas uma enorme segurança dos meus fins como homem”. (Carta a Xavier Marques, de 31 de outubro de 1918). “Certas horas meu amigo, um som longinquo, uma boa phrase, a religiosidade de certos silêncios, enche-me o coração de um grande amor desconhecido, quero bem a fazer qualquer cousa pelos que soffrem”. (Carta a Xavier Marques, de 20 de fevereiro de 1916).

Todas as suas meditações dessa epocha já se organizavam, assim, em torno de um centro muito diverso do que o primado do racional. Havia no Homem alguma cousa de maior do que o raciocínio – era o soffrimento; e uma necessidade mais imperiosa do que a de ser instruido – a de ser consolado.

O encontro com Farias Brito entreabrira para o Jackson uma perspectiva deslumbrante: a possibilidade

de fundar essas suas dolorosas aquisições sobre o ser humano numa philosophia do espírito, restituindo a razão dos seus direitos de cidade no destino humano, que ella havia perdido, quando evoluia, isolada, como um instrumento de conhecimento indifferente.

Jackson chegava ao fim de sua lucta com o cartesianismo immanente a todas as intelligencias de sua epocha. Ao preço de seu repouso, de sua calma, elle fez a experiênciã tremenda do racionalismo, cuja conclusã melancolica e árida se condensa nesse enunciado de Karl Jaspers: “ser apta e utilizavel por toda possibilidade de fé que tem a sua fonte em outra parte, é a essencia da racionalidade pura: (...) o mundo racional de Descartes se torna para outros numa forma capaz de ser preenchida pelos conteudos de fé mais diversos”.

Surgia-lhe porém como uma verdadeira revelação, do contacto com Farias Brito, a possibilidade de realizar, também na sua experiencia pessoal, essa outra affirmacão de Jaspers, que transpõe o scepticismo: “A racionalidade, uma vez isolada, permite tudo provar, enquanto que a verdade authentica sob forma racional nasce sempre do contacto intimo com o ser”.

Esse contacto intimo com o ser não podia ser outro senão o que se realiza atravez do soffrimento, da consciênciã do condenado, da consciênciã do terror, e da necessidade angustiosa de ser consolado, que lhe é complementar. Farias Brito representava, para elle, uma experiênciã pessoal viva, uma demonstracão de que esse contacto trágico com o ser podia e devia ser expresso e vivido sob forma racional.

Entre as formas racionais que se lhe offereciam, havia uma que não podia deixar de atrahir absolutamente a sua attenção, porque todo o seu systema decorria do soffrimento e do sangue, era deduzido de um acto de fé num acontecimento sangrento, paradigma universal de toda dor humana: o episodio do Calvario. Houm homem que, com a maior simplicidade, rompera tranquilamente os véus da Razão humana, affirmando aquilo que elle, Jackson, havia constatado, não por força de um movimento dialectico, mas na sua experiência pessoal, nas entranhas de sua personalidade: o soffrimento é o facto fundamental, ontologico, do destino humano. O soffrimento tem por si só o dom de remediar as limitações da creatura, de conferir-lhe um valor de eternidade.

E esse homem affirmava ainda: o soffrimento do homem, por maior que seja, ainda não é o soffrimento supremo; tudo o que é supremo só pode ser realizado por Deus, e por isso, mercê de sua infinita misericórdia, Deus quis assumir concretamente a forma humana, para que o espírito do homem, ajudado por seus olhos materiais, pudesse ver o soffrimento absoluto, e atravez d'elle redimir-se. E esse Deus que padece, aqui está pregado numa Cruz. Eis aqui a fone do contacto mais intimo com o ser, de onde podereis retirar o conteúdo authentico para a verdadeira vida da Razão.

É difícil verificar em qualquer experiência humana, o ponto exacto em que ella transita para o domínio da fé, e a razão sufficiente desse acto nos domínios da psychologia. Parece-me porém acertado

afirmar, que na multiplicidade de motivos que constituíram a última disposição da alma de Jackson para receber esse dom, está essa meditação do valor do sacrificio sangrento. É uma meditação que se encontra insistentemente integrada a sua apologética e a correspondência com Alceu Amoroso Lima:

“Terrível, desequilibrante é, sim, o pecado, o erro moral. Só elle faz medo, só elle pode trazer sob a sensação da panico o homem christão, principalmente quando este homem, por temperamento e educação, se sente eternamente attrahido pelas maiores alturas e pelos precipicios mais trevosos da vida de tempestade, da vida passional, da vida mesma, que vae se agitando em si própria como si não houvesse Deus e o sangue de Jesus Christo misturado as suas espumas”. (Carta a Alceu, de 24-25 de março de 1928). “Na imitação de Jesus Christo o homem pode ir até o sacrificio da Cruz” (Carta a Alceu, de 11-12 de maio de 1928). “Realmente a sua alma, que V. julga tão exangue e pallida, é uma das raras completamente embebidas do sangue de Jesus Christo – alma que tem, sentido do sacrificio e a nitida visão de que a vida é uma tremenda guerra”. (Carta a Alceu, de 1º-2 de outubro de 1928).

Era natural que elle fosse avidamente buscar as revelações da consciência do condenado, da angustia do moribundo, naquele que viveu em si, como para poder fixa-los em paradigmas universaes, todas essas modalidades supremas do terror, e as exprimiu definitivamente: “Minh’alma está triste até a morte”; “meu pae porque me abandonaste?”

Essas matrizes da dor humana se transformaram rapidamente no conteúdo absoluto e definitivo de sua experiência da verdade. A vida, paixão e morte de Christo apparecia-lhe assim, com uma força de evidência pungente, o schema universal do destino humano, de que cada destino particular não é ou não deve ser, si quizer realizar a sua idea, o seu **télos**, senão aproximações e imitações repetidas. O que Farias Brito pode offerecer ao Jackson foi uma luminosa e fecunda indicação, a de que, dentro desse drama, a razão poderia ser integrada harmoniosamente, depositando nessa experiência angustiosa e violenta um germen de nostalgia pela organização equilibrada da vida, que posteriormente iria empolga-lo na estructura social da Igreja.

Essa estructura social, de uma solidez de linhas incomparável era, visivelmente extraordinária sedução para o Jackson; a sua expressão, como apologeta, como polemista, costumava ter um caráter **maurraseano**, podendo dar a illusão de que elle coincidia com Charles Maurras, numa simples admiração exterior da imponente architectura da Igreja visível.

Na realidade, o caso se apresenta muito diverso: jackson nada tinha de um attico ou de um humanista: a contemplação político-social da Igreja foi nelle um sentimenderivado, somente possível para essa alma de tempestuosa, porque lhe apparecia como a crystallização luminosa e severa de um conteúdo interior palpitante do tormento da carne humana.

Quizemos accentuar de propósito o papel que Farias Brito desempenhou no seu destino, alias confessado tantas vezes por elle próprio, porque a morte do grande pensador cearense inaugura uma phase nitidamente nova para o Jackson.

A correspondência anterior a esse acontecimento nos revela um Jackson penetrando lentamente a significação do soffrimento, mas todo inclinado a um estado scismático, de quietudo e retrahimento. É sobretudo a phase em que elle procura ser apenas consolado, e ainda não percebeu que a iniciativa da consolação, a dadiva de si mesmo será talvez o remedio supremo ao abandono interior.

Em dois documentos, sobretudo, deixou elle gravados os efeitos moraes da perda do grande amigo: uma carta a Alcides Gentil, de 27 de janeiro de 1917, e outra a Xavier Marques, de 29 do mesmo mez. Ao primeiro, dizia elle: “por enquanto me é impossível fallar-lhe de tão terrível transe. Morreu sorrindo, a conversar commigo, sem saber que ia chegar o momento decisivo. O estado de profunda estupidez, em que fiquei desde então, não me permite te dar detalhes de tudo”; e ao segundo: “Si até hoje não lhe escrevera ainda sobre o rude golpe com que me feriu o destino, é que me sentia num estado de quase absoluta estupidez, marasmático, sem reacção mental”; “não sei mesmo si a morte de Farias Brito não foi um desastre irremediável para a minha existência aqui no Rio – nada sei. Sinto somente que a cada dia que se passa mais se accentua o isolamento terrível em que fiquei. De agora em diante

que será da minha obra sem a confiança que depositava nelle, porque a via julgada e amada por aquele homem extraordinário, que tinha para commigo o duplo carinho de um verdadeiro pae e de um grande Mestre?

“Como se vê, foi talvez o sofrimento mais marcante, mais decisivo da vida de Jackson. Farias Brito era para elle o que elle depois foi para muitos: aquelle que, por assim dizer, vive e soffre um pouco por nós, nos dispensa desse grande peso da autonomia pessoal exclusiva e existe lá onde nós o encontramos sempre, uma existência na qual se repousa, de cuja riqueza e merecimento participamos, mysteriosamente, numa estranha demonstração da reversibilidade do merito. E uma cousa mais profunda do que um simples abalo moral essa brusca cessação de uma existencia à qual estávamos enxertados por compromissos humanos e transcendentales. E um desses despedaçamento que já se passam no centro ontológico da personalidade, e que de um só lance irremediavelmente a obriga a crescer ou a mutilar-se, sem outra alternativa possível.

A esse espicaçamento agudo de suas entranhas, Jackson responde, porém, com aquelle processo que elle confessava lhe ser habitual e espontaneo. As mesmas cartas que narram a repercussão dolorosa da morte terminam num tom de victória e de comando que ninguém ainda lhe conhecera, senão, por uma analogia grosseira, com os processos desabusados de sua vida de estudante irresponsável.

Jackson surge dahi um verdadeiro chefe! Não é mais o espírito languido e scismatico, timido quase nas

suas afirmações, com o qual se tem um prolongado contacto na correspondencia anterior. É um homem que sente, de repente, a necessidade de agir, de projectar-se, de se fazer interprete das consciências que morrem sem se terem exprimido, dos heroismos desconhecidos dos destinos ignorados. E a sua acção, quando surgem já vem dotada de um alcance espectacular: ella abraça todos os homens, sobretudo aquelles que soffrem pela intelligencia, que elle não estava longe de definir como a faculdade de provocar e aguçar soffrimentos, inclui todos os planos e visa crear condições, no meio brasileiro, para a eclosão da grande vida interior de que essa acção decorria por superabundancia.

“Agora (continua elle na carta a Alcides Gentil) o que é preciso é lutar pelos bons ideais que elle pregou e preciso de todos os meus amigos, de todos os que me merecem seria confiança”. E na carta a Xavier Marques: “O Brasil é incontestavelmente um país em dissolução. Eu não descreio do nosso futuro como povo. A América que deu Farias Brito, a América mais selvagem, há de ser por força a arena das maiores luctas humanas no correr dos séculos. Mas nós, como nação, tendemos a desaparecer. O respeito a verdade está de todo suffocado – a justiça não tem abrigo na consciência dos que nos governam”.

A partir dahi, Jackson ingressou definitivamente numa cruzada e combateu até a morte. Em favor de que?

Actuação Política

Em favor da rechristianização da vida brasileira em todos os seus aspectos. Essa phase exige alguns commentários, que não permittam que se descance na sua significação hoje tão superficial a força de ser usada e reivindicada a cada momento, e que lhe restitua o sentido profundo e real que possuía, quando usada pelo Jackson. Essa rechristianização não consistia, para elle, em nada do que fosse accidental, isto é, em acontecimentos exteriores, no preenchimento de certas formalidades do poder temporal em face da Igreja, no florescimento apparente de um christianismo social para uso externo.

Não, Jackson desejou organizar uma elite, extensiva a quantos fossem capazes de encontrar o seu acesso, que vivesse intensamente aquella sua experiencia da vida, paixão e morte de Jesus Christo como única realidade digna de ser meditada e vivida; mas uma elite aguerrida, que encontrasse nessa contemplação os motivos e a força de imprimirem o tom, o colorido, a toda a vida nacional.

A sua concepção possuía assim um princípio aristocratico, muito differente de um simples exclusivismo de casta, visto que a existencia desse nucleo, verdadeira alma do organismo social, o transformaria de tal sorte, que toda communhão nesse organismo, mesmo involuntaria e inconsciente, introduziria aquelle que della participasse numa vida superior, a que elle seria incapaz de ascender por suas proprias forças. Jackkson queria preparar, no Brasil, aquelle fermento de que falla o Evangelho.

A sua concepção de sociedade era de alguma sorte uma transposição da idéa de comunidade ecumenica, único typo social que lhe parecia admissível. O problema do Estado se resumia para elle nisso: que o Estado tenha todo poder: si elle for illuminado por dentro, por uma vida espiritual de uma elite dirigente, esse poder nunca degenerará em oppressão, e será sempre um instrumento de aperfeiçoamento.

Jackson se propõe activamente a preparar essa elite, com urgencia, para que ella, assim formada, possa ainda se oppor à sensação de desagregação iminente, que é o seu clima mental em relação ao Brasil.

O pressentimento de uma instabilidade essencial, de uma especie de vício occulto, de equilíbrio instavel na estructura nacional, de um princípio de auto-destruição aninhado em seu seio, tornou a sua posição entre nós muito semelhante a do russo Constantino Leontieff, em relação à sua pátria.

Leontieff, nos meados do século passado, affirmava que era preciso “congelar” a Russia, para que ella não apodrecesse. É esse o sentido mais immediato da rigidez com que o Jackson reclamava que se immobilizasse o Brasil, fortificando o princípio de autoridade, contra a paixão revolucionária que pululava no seu seio.

Elle próprio se preparava para fazer, no ambiente brasileiro, uma revolução muito mais radical, porque vinha por dentro, substituindo os alicerces mesmos da sociedade. Mas era preciso não permittir que se abalasse a estructura apparente, afim de que o processo

degenerativo que lhe parecia minar occultamente o organismo nacional não evoluisse.

A differença entre essas duas revoluções elle a definia em carta a Alceu Amoroso Lima numa phrase pittoresca:

“Mas informe-me, até segunda-feira proxima, de alguns traços geraes do pamphletario (Julien Green). Quem é? Sei que tem um livro no ‘Rousseau d’Or’, mas é declaradamente catholico? A consciencia delle é a de um catholico integral, perigosissimo. Nós, catholicos de verdade, somos uma ameaça muito mais seria ao mundo moderno do que os mais convictos bolchevistas. O que vale a este sarapatel de oiro e de lama é que é mais facil ser bolchevista do que ser catholico de verdade”. (Carta de 18-19 de janeiro de 1928).

O perigo da consciência catholica para o mundo moderno, consistia em que ella se propunha, não a transformar, de repente, os quadros da vida, mas a modificar a taboa de valores em que assenta a sociedade, num sentido totalmente diverso daquelle que é o fundamento de todas as utopias políticas e sociaes de nosso tempo. Essa affirmação de Jackson se encontra, na correspondência, precisamente numa phase em que o problema da riqueza, da desigualdade de condições materiaes, vem sendo passado em revista sob todos os seus aspectos, como valor espirital principalmente. Jackson se mostra intransigente adversario de uma concepção utopica da sociedade terrestre, baseada num critério de felicidade temporal: “desenvolver christãmente as suas energias é problema bem mais difficil

para o homem a quem a fortuna facilita o mal. E o que é preciso romper absolutamente com a concepção materialista. No fundo, o que ainda o atormenta é a indefinida idéa de que o importante é realizar a justiça na terra. Mas não é. O importante é elevar-se à ordem da caridade tal como a Igreja a compreende, isto é, a do amor por amor de Deus, o que não é privilégio do pobre e é mais difficil ao rico. E mais importante ainda é saber que a verdadeira justiça tem que ser transportada para além da vida. E lá estará”. (Carta de 11-12 de maio de 1928).

Além do sentido philosophico e doutrinario dessa revolução na intimidade das almas, Jackson tinha ainda que considerar os meios propriamente políticos, de assegurá-la e era apenas essa consideração de oportunidade, que imprimia à sua actuação o character reaccionario e conservador que revestia e que pode ser por engano identificado a qualquer das doutrinas políticas que se fundam na compressão do homem em favor de uma ideologia.

A sua reacção era simplesmente oportunista, e visava “congelar” provisoriamente o Brasil, afim de que, tudo o que ainda lhe restava de organico, de vivo, não fosse invadido pela “paixão libertaria”, pelo vago e violento prurido de individualismo, de liberação de instinctos, que elle sabia ser o verdadeiro inimigo da expansão do homem como pessoa. E só se comprehende perfeitamente a sua attitude, quando se realiza essa ultima noção com todas as suas consequencias.

A theoria da pessoa, como todas as convicções do Jackson realmente profundas, não era um producto dialético, mas um resultado de sua experiência no soffrimento. E essa experiência coincide de tal forma com a de alguns outros de nossos contemporâneos, pertencentes a uma mesma família espiritual, que definil-a é fixar o thema mais importante que se offerece à meditação da consciência moderna.

Ella existia já rigorosamente fallando, no pensamento tradicional, como a distincção entre o indivíduo – categoria biológica, sujeita ao determinismo da especie; e a pessoa, categoria espiritual e religiosa, única e original, em sua especie dotada de liberdade e do poder de criação. O aprofundamento desse conceito, porem, se fez imperioso e urgente nos nossos tempos, justamente em face da importancia que adquiriu o problema das relações entre o indivíduo e o Estado.

Aqui comprehensão de que a reivindicação do indivíduo, constituida do impulso para a liberação dos instinctos, era um princípio mortal para as sociedades organizadas, e contrariava as leis biologicas de sobrevivencia da especie humana, levou a transferir-se o eixo das ideologias, do homem, para uma abstracção collectiva qualquer.

Há qualquer cousa, porem, no homem, que repudia, como monstruosa, toda organização que o não leve em conta como tal, nos seus interesses pessoaes, algo que se recusa a ser considerado como um meio para a consecução de fins que o transcendam. O homem sente que é, no fundo, a unica realidade, e que lhe importa,

antes de mais nada, realizar-se autonomamente, e que essa realização é que possui um valor eterno e definitivo. “Deus, que é a fonte de todos os valores, não utiliza nunca a pessoa humana como um meio. E, si acontece outra coisa na sociedade. Na nação, no estado, é unicamente por causa do elemento sombrio, demoníaco que elles encerram”. (Nicolas Berdiaeff – **Cinco Meditações sobre Existencia**. p. 183).

Essa divergencia entre a pessoa e a collectividade chegou a seu auge nos nossos tempos. Por toda a parte é essa a alternativa que se propõe ao homem moderno, a dahi o ter passado ao primeiro plano a analyse do conceito de pessoa, constituindo-se uma litteratura cuja riqueza começa a alimentar o pensamento philosophico de nossa epocha.

A modernidade de Jackson consistiu principalmente nisso, que elle preparou as bases doutrinarias para o advento dessa concepção, que hoje se encontra claramente expressa na obra de Berdiaeff e no “Humanismo Integral” de Maritain.

Si as doutrinas contemporaneas percebem que a revolta do indivíduo deve ser suffocada, porque o indivíduo, como tal, é todo orientado ao bem da especie, o seu erro intrinseco, sombrio e demoníaco, é a assimilação da pessoa ao indivíduo. Deve-se distinguir, porém, o que no homem é tellurico, instinctivo, animal, integrado, por conseguinte na categoria indivíduo, muitas vezes e commumente existindo como força de suffocação da propria personalidade, princípio de destruição; e o que no homem é valor eterno, aspiração

de perfectibilidade, criação, autonomia. Todas as manifestações da pessoa, confundidas com as manifestações do indivíduo, tendem igualmente a ser sufocada por uma collectividade que não as distingue.

Jackson, reaccionario em relação ao indivíduo, era porem um adorador enlevado da pessoa humana, incapaz de tocar no que ela tinha de original e de unico. E isso porque a sua experiência da pessoa era muito viva, quer na sua propria interiorização, quer no contato intimo que elle mantinha com todas as creaturas que atravessaram o seu destino. A sua doutrina política, no momento em que actuou, poderia ser assim resumida: sufocar a revolta do indivíduo, para crear condições interiores na sociedade brasileira, que permitissem o completo florescimento da pessoa, nas suas manifestações livres, em actos moraes, em actos estheticos e em actos religiosos. O indivíduo, nessa theoria, estava ordenado à collectividade e subordinado à sua criação; mas a collectividade que não é uma realidade por si estava ordenada ao bem da pessoa humana.

A comunicação entre pessoas se realiza numa prdem muito superior à das relações entre individuos, na sociedade; si nesta ultima o indivíduo presta uma satisfação de justiça a um outro indivíduo, elle o faz cm um acto ou uma omissão exterior, sob a coação de uma lei; mas quando a pessoa realiza um desses actos, o faz em plena liberdade, pelo princípio do amor pela outra pessoa com a qual comunica.

Todas as situações em que o amor intervem como causa são operações da pessoa e não do indivíduo: este,

é egoísta, e só é sociável por necessidade de colaboração, um pouco no sentido do contracto social de Rousseau; aquella é eminentemente communicativa, tem a angustia do isolamento moral, ancia de communicar-se e unir-se a outra pessoa espiritual e se inclina a formar uma especie de comunidade com todos os seres affins.

Essa idéa de comunidade espiritual dominou todas as relações humanas de Jackson, e era o fundamento mesmo de sua noção de amizade. Elle chegava a dizer que “não comprehendia como podia existir intelligencia sem amizade”, o que bem demonstra o que significava para o Jackson essa palavra. Longe de ser prurido sentimentalista superficial, uma tolerancia distante, a amizade era uma inter-acção entre pessoas o cimento de uma solidariedade interior, um amor do saer ontologico, uma coparticipação de destinos que fazia da intimidade com o Jackson um alimento permanente para todos. Atraves d'elle a personalidade se libertava do mal da solidão, do isolamento, e passava a viver numa outra dimensão, em que a vida adquiria uma intensidade que difficilmente, sem elle, é possível reconstituir.

Commumente, nós vivemos todos fechados nos nossos interesses, espiando os outros através da nossa attitude de defeza, oferecendo ao contacto externo a menor superficie possível de nós mesmos. E isso é justamente aquella estagnação, aquella ausencia de vida que elle tanto estigmatizava, porque essa attitude deixa viver em nós simplesmente o individuo, e soffoca a pessoa, que só se realiza na communicação com outras, communicação essa que só pode ser intima e essencial.

Por isso é que elle penetrava tão rapidamente em todos os nossos recantos mais intimos, devassando-os, arejando-os, e estes, assim chamados à luz do sol, enchiam-se de uma tensão desconhecida, dilatavam-se numa expansão que, mesmo quando é revivida pela memoria, nos aparece como coincidindo com o que deve ser realmente a vida, livre, não da sua tragedia, mas do seu tedio.

A presença de Jackson era assim alguma coisa que tinha um valor por si, porque, além do mais, elle estabelecia essa mesma comunicação absoluta entre os que compunham o que elle chamava a sua “pequena Igreja”. E todos quantos o conheceram nunca poderão ser suficientemente gratos aos momentos de riqueza humana excepcional que elle lhes proporcionou e que talvez não lhes seja dado, por incapacidade ou indolencia, reconstituir por suas proprias mãos.

Nesse tipo de sociedade **Sui Generis**, nessa comunidade, nada podia ser violência ou oppressão, e a ponta de romantismo do pensamento do Jackson foi suppôr que elle pudesse ser extendido ou transposto para a organização do Estado. Não que elle acreditasse numa realização utópica dessa transposição, mas deixava que ella pairasse como uma aspiração inconfessada sobre a sua actividade política.

A Suma Sentimental

No ultimo anno de sua vida, quando elle percebeu que as collectividades extensas encerram em si um

princípio de animadversão contra a pessoa, quando elle se defrontou com o irracional da história, quando se convenceu de que o Brazil não poderia mais ser “congelado”, para aguardar, immovel, uma lenta e segura transfiguração, volta a atormentar-o já agora como uma afirmação melancolica, aquelle problema que já anteriormente elle abordava, como uma questão a ser resolvida: “não virá ahi uma nova idade media antes de Carlos Magno (Onde houver um homem forte ahi esta a lei)? E não se levantará amanhã burgo contra burgo, família contra família, na decadencia cada vez maior do sentido social? A quem crê na Igreja, afora pensar que tudo isso pode anunciar o fim do mundo, ainda resta a hipótese de uma crise final, antecipando melhores dias, e a outra de que, como já se tem visto, um deslocamento no eixo moral da terra, a civilização que avança para outro lado, deixará, mais uma vez a Europa e visinhanças na treva e na ruina. Terá chegado pois o momento em que a salvação individual somente se impõe? Os povos não tem alma que sobreviva? (Carta a Alceu, de 9 de agosto de 1927).

Essa desconfiança vai se acentuando nelle cada vez mais, até que elle confessa numa de suas cartas: “O que o Brasil será ninguem sabe e é bem possível que elle não será, dentro em pouco, senão o nome de uma cousa absolutamente diversa. Ora eu se pudesse conservar intactos os princípios moraes que informam a minha doutrinação política, usaria do ferro e do fogo para conservar o que ahi está, talvez sem razão.

O pensar assim neste momento (momento que começou em 1925) me tira todo e qualquer entusiasmo para a lucta, e eu hoje tenho menos ambição política ou mesmo material do que um mosquito. Nella só estou porque não há cousa mais seria do que um passo dado para quem tem consciência. Nella só estou porque a consciência me obriga a qualquer cousa a que chamarei deveres de Estado. E isto já à hora em quem com o mesmo ardor e o mesmo entusiasmo que levei aquela luta, eu me sinto de todo voltado para o problema do universal, do catholico, do eterno, do que tanto pode existir existindo o Brasil como não existindo. (Carta a Alceu, de 2-3 de outubro de 1928).

Existem ao longo de toda correspondencia de 1928, uma serie de afirmações insistentes denunciando no Jackson essa decepção. O seu espírito ingressa nesse último anno de sua vida terrena, rodeado de sombras, e tocado ao mesmo tempo de um vago estremecimento, de uma expectativa tremula e difusa, que o convida a recolher todas as energias que elle havia projectado na atividade política exterior, para concentrar-se no dominio que era eminentemente o seu: o aprofundamento da própria personalidade, no contacto com aquelas outras que constituíram a sua comunidade.

E estas não eram somente os amigos de carne e osso, mas todos os seus escriptores, os seus poetas, os seus philosophos, depositarios da tradição da dor humana, ambiente natural de sua vida profunda. É durante esse tempo que o problema do universal dos valores eterno, que de resto sempre constituiu a base de

toda a sua actividade, começa a dominar absorventemente, as suas preocupações. “O erro mais comum, diz elle é supor que tem tanto valor assim os 60 ou 80 annos que o homem vive nessa lucta. Não. O que tem valor é o acto da creação da alma. De onde só ter valor o que ella é para além do tempo. De onde imaginar-se que um instante só de contacto com a eternidade possa valer tudo o mais que imaginamos”. (Carta a Alceu, de 25-26 de setembro de 1928). Há aqui enunciada uma idéa que não se deve deixar despercebida, porque é capaz de esclarecer de muito as noções de amizade, de pessoa humana, de communiade entre pessoas, que foi o núcleo simples de irradiação de toda a sua actividade e também de sua singular influênciã. A alma, a pessoa, se cria, é um organismo espiritual que se forma e cresce durante a vida, formando por assim dizer a sua própria immortalidade, na medida em que se torna mais espiritual. A creação da alma pelo homem é a marcha para a existência cada vez mais perfeita e menos corruptivel, uma actualização cada vez maior da possibilidade de ser. O erro moral lhe apparecia assim como um crime ontológico, “o schisma do ser”, a marcha para o nada, mysterio sobre o qual, a cada passo, reflete a sua meditação.

É por isso também que elle repete sempre que, onde há uma manifestação de vida, mesmo dentro da paixão, ainda se está em contacto com alguma cousa que pode vir a ser transformado num valor, e que a estagnação, a indifferença, a tranquillidade, esses é que são os signaes verdadeiros da morte moral.

“Regra singular de apprehender a simplicidade das minhas atitudes: **amo tudo quanto é vivo...** porque o vivo pode aspirar ao perfeito. O que eu não suporto é o morto, o artificial, os cristaes de palavras”. (Carta a Alceu, de 19-20 de agosto de 1928).

E mais adiante, na mesma carta: “O que Jesus Christo fez é o que deve ser repetido infinitas vezes, de maneiras infinitas, por que parsiais: entrar pela vida adentro, comprehendel-a, sentil-a de todos os modos ora luctando (chicoteando) ora soffrendo resignadamente (pai, se é possível afasta de mim este calice), ora angustiado até quase o desespero (meu pai, meu pai, por que me desamparaste?), ora sorrindo às creanças, ora amparando a belleza, ora prometendo a espada e o fogo, ora sustendo a violência”.

Pode-se dizer que Jackson cumpriu realmente esse programma, vivendo essa variedade de momentos humanos, cujos paradigmas foram propostos por Christo, e cujo conjuncto constitui uma como que “Imitação de Jesus” para os homens de um certo estado e de uma certa época.

É uma via, entre tantas outra possiveis, de desenvolver o organismo espiritual da pessoa via de inter-acção intensiva entre pessoas humanas afim de “realizar aquella proposição que nós encontramos no último livro de Berdiaeff: **“toda vida do homem** deve ser empregada em preparar ligações, contactos com outros homens, o universo e Deus tais que possam vencer a absoluta solidão da morte. (Cinco meditações, p. 110).

Jackson, no anno de sua morte, sente-se tomado da urgencia de activar essas ligações. A sua personalidade viveu sempre empenhada em vencer a própria solidão e o phenomeno da morte é a suprema experiência do despojamento do silencio da perda de contacto, um acto que, pelo menos no instante adimensional do tempo, deve ser realizado pelo espírito sosinho, em face da eternidade. A approximação desse momento como que Jackson o pressente. As suas imagens, de quando em vez, trahem em allusões mysteriosas a sensação do facto insolido, que o obriga a interiorizar-se, a escutar dentro de si, a mergulhar-se ainda mais na sua communitate, onde estão as ligações mais fortes que a morte com seus amigos e com seus livros. E sobretudo, com uma pessoa que mais do que todas é susceptivel de um commercio intimo e consolador – a pessoa de Jesus Christo.

“Nós podemos agora ter uma approximação dos motivos por que o Jackson não se propôs a escrever uma obra de philosophia technica, elle que foi uma das maiores cabeças especulativas que o Brasil já possuiu, mas sim alguma coiusa que, dez annos atras, elle definia como um “Summa Sentimental raciocinada”.

A sua ambição era conduzir as forças da paixão analysal-as, descobrir as suas ligações com os valores ethernos, fornecer ao homem instinctos que seguramente o desviassem do erro moral, e isto por amor à vida em toda a sua intensidade, isso porque aquele erro “onde toca paralysa a vida”.

Não era sem razão que o problema da beleza humana foi uma das suas constantes preocupações. “E a imaginação, diz elle, talvez simplesmente amorosa, lyrica, talvez a mais profundamente religiosa me leva a pensar que, na vida, só a beleza, e talvez só a beleza humana merecerá um olhar meditativo e só ella contem o problema de felicidade”. (Carta de 15-16 de dezembro de 1927). Uma carta posterior, de 6-7 de agosto de 1928, repete o mesmo motivo: “a não ser uma pescaria quase tragica que fui fazer hontem lá para a garganta ou barra da tijuca, tudo, na minha vida, tem sido ultimamente um lento trabalho de escavação interna a ver se na carta a você consigo explicar pelo menos, o problema que mais me tem atormentado desde que me entendo (note que elle se liga intimamente e quase que faz um com o problema da beleza humana, sobre o qual talvez eu nunca chegarei a dizer tudo o que penso)”.

A beleza corporal possuía para elle “um valor authentico, não podia deixar de sr um auto dado metaphisico, de ter uma significação universal e transcendente” (Carta de 20-21 de outubro de 1927) dado o seu poder perturbante e o hibridismo de seus effeitos por que si de um lado é uma transparencia para personalidade e uma expressão espiritual talvez mais concreta que se possa obter, atita, por outro lado o mundo dos instinctos. Com uma violência igualmente especifica. Diante da beleza humana, o conflicto entre a pessoa e o indivíduo se agrava e, por conseguinte, Eros, o poder funesto e ao mesmo tempo purificador da beleza que o desperta, deve ser o primeiro objecto de uma

analyse que pretenda revelar a economia entre o espírito e o corpo. A ambição do Jackson era revelar que o erro moral deve ser evitado não como uma negação da vida, mais precisamente como uma dilatação da vida como a sua intensificação. O mal é absolutamente ilusório, não possui nenhuma substância real e nós nos alimentamos dele por mera allucinação: na realidade não estamos absorvendo coisa alguma de nutriente, que tenha sabor ou propriedades reais. Para que o acto do homem crie alguma coisa de novo e que se lhe acrescente, é necessário que esse acto possua um característico específico do acto determinado por uma finalidade livre: é necessário que elle seja revestido do caracter de acto moral.

A ethica de Jackson era essencialmente dinamica e tinha um sentido de criação: agir, só é permitido para crear, e nada se cria com o acto sem revestimento moral, apenas se distilla uma vã agitação que se perde no vácuo.

O grande drama porém, do destino para esse philosopho dos actos humanos é que o acto moral, se definindo como a adequação da vontade a uma finalidade intrinsicamente boa a sua especificação fica a depender em última analyse da intelligencia que conhece essa finalidade. Entretanto, “nem sempre o conhecimento corresponde a um afastamento do peccado”. E isso elle considerava “monstruoso”, e só depois dessa dolorosissima constatação é que elle admitia a reintegração do problema da intelligencia (Carta de 26-27 de maio de 1928).

É por isso que a sua theoria do homem devia ser “racikocinada”, porque importava revestir a acção de um character racional, conforme a finalidade, mas seria antes de tudo uma “Suma Sentimental” isto é, um mergulho experimental no mundo afectivo, nos subterraneos obscuros onde estão aquellas forças cegas da natureza humana que sympathizam com o nada e tantas vezes se oppõe à direcção da intelligencia.

Tomar o partido de interdictal-as simplesmente seria, para o homem moderno em que ellas, se encontram exasperadas as mais das vezes inútil e comportando um duplo perigo o de que ellas, mal dominadas venham a perturbar definitivamente a personalidade espiritual ou de que, estirpadas carreguem também consigo pedaços dessa personalidade, que ficaria victoriosa, porém deformada.

Não. Jackson procurava fundar uma ethica em que toda ascese possuísse um valor creador, e fosse sempre um movimento de superação, de mudança de plano, matando a vida com a própria vida e esse é o encanto que obscuramente estabelecia entre elle e seus contemporaneos uma simpatia mysteriosa ao primeiro contacto.

Esse encanto, nós esperamos que aquelles que não o conheceram pessoalmente possam ainda precentil-o atravez de sua correspondencia. Os extractos que agora publicamos constituem uma pequena parte da mais bela aventura intelectual que já ocorreu entre nós: a meditação dos problemas mais graves do homem moderno feita por dois grandes espíritos, com um

resultado positivo, isto é, a lenta aproximação de um delles para o ponto de vista do outro, por meio de uma atracção em que entraram em jogo todas as forças que constitui o homem integral.

Muitos dos nossos contemporaneos encontrarão ahi um echo de suas angustias de seus conflictos e hão de sentir, ao ler alguma dessas paginas em horas de soffrimento agudo, de solidão interior, que entraram em contacto com um typo de humanidade superior, e se admirarão talvez de que o Brasil já tenha podido produzil-o.

Comprehenderão, também, com essa illustração viva, o que pode ser a communhão intima entre duas personalidades, como ella permite uma communicação que vence de todo o isolamento e que, nos periodos inquietos como o nosso, em que a pessoa humana com os seus privilegios inalienaveis de liberdade, autonomia e poder creador já não tem mais guarida, constitui o único typo de sociedade que nos permitirá supportar um pouco a compressão exterior.

Rio, 1938.

(*) BARRETO FILHO, José. Introdução. In: FIGUEIREDO, Jackson de. Correspondência. Rio de Janeiro: ABC, 1938. p. 39-54

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO TRADICIONALISMO POLÍTICO NO BRASIL

Antônio Paim

O tradicionalismo é uma corrente de pensamento formada na época moderna para contrapor-se às inovações representadas por esta última. Tanto no Brasil como em Portugal estaria desde de logo vinculada à alta hierarquia da Igreja Católica. Nos dois países, entretanto, observam-se algumas diferenças significativas, em especial o fato de que o tradicionalismo de caráter político, em nosso país, seja fenômeno tardio, pelo menos como feição predominante nessa corrente, vindo a ocorrer tão somente na primeira fase da República. No Brasil Imperial os tradicionalistas só o eram no plano filosófico, aceitando o sistema vigente, inclusive o regalismo.

No mesmo período, em Portugal, o tradicionalismo não só era eminentemente político como acabaria identificado com a monarquia absoluta (o chamado **miguelismo**).

Somente com a República e a separação da Igreja do Estado, teria início o processo de formação do tradicionalismo político no país – isto é, uma corrente política que se opõe frontalmente ao liberalismo e ao sistema representativo, em nome de valores tradicionais, entre estes a ascendência política da Igreja – em geral

denominado simplesmente de **conservadorismo** ou **conservadorismo católico**.

Este movimento está a cargo quase que exclusivamente da hierarquia da Igreja ao longo das três primeiras décadas republicanas. Nesta fase, são em número reduzido os intelectuais católicos. Entre estes, a figura exponencial é Carlos Laet (1847/1927). O conservadorismo católico identifica-se então com a restauração monárquica.

A situação muda radicalmente na década de vinte, com a liderança de Jackson de Figueiredo (1891-1928). Já agora o conservadorismo católico reconcilia-se com a República, ganha uma plataforma política concreta, a adesão de numeroso grupo de intelectuais.

Com a revolução de 30, reconstitui-se a aliança entre a Igreja e o Estado, enquanto o conservadorismo católico iria nutria uma das vertentes da Ação Integralista.

Tal é, em síntese, a problemática a ser estudada neste capítulo.

A posição da Igreja diante do decreto do governo provisório que separou-a do Estado seria fixada na Pastoral Coletiva de 1890 e ratificada na de 1900.

A Pastoral de 1890 começa nestes termos patéticos:

“Melindrosa, cheia de perigos, de imensas conseqüências para o futuro dignos cooperadores e filhos muito amados, é a crise, que, nesse revoltado período de sua história vai atravessando nossa pátria. Crise para a vida ou para a morte. Para a vida, se todo o

nosso progresso social for baseado na religião; para a morte se o não for.

Acabamos de assistir a um espetáculo que assombrou o universo; a um desses acontecimentos pelos quais dá o Altíssimo, quando lhe apraz, lições tremendas aos povos e aos reis; um trono afundado de repente no abismo que princípios dissolventes, medrados à sua sombra, em poucos anos lhe cavaram.

Desapareceu o trono...

E o altar? O altar está de pé; amparado pela fé do povo e pelo poder de Deus”.

Através de uma carta coletiva, com propósito de revestir sua palavra de “extraordinária solenidade”, pretende o Episcopado elucidar estes pontos:

“Primeiramente, que se há de pensar dessa separação da Igreja e do Estado, que infelizmente está consumada entre nós pelo decreto do governo provisório de 7 de janeiro do corrente ano? E porventura, em si, boa, e deve ser aceita e aplaudida por nós católicos?

Em segundo lugar, que havemos de pensar do decreto enquanto fraqueia liberdade a todos os cultos?

Em terceiro lugar, enfim, que temos de fazer os católicos do Brasil em face da nova situação criada à nossa Igreja!”

Quando ao decreto republicano, a Pastoral relaciona-o diretamente à impiedade da Época Moderna. O atesmo, “que tem hoje em dia foro de cidade” promoveu desorganização social “tão vasta, tão profunda, tão radical, que os mais eminentes pensadores contemporâneos, prevendo à luz da história, cujas as leis

não falham, males ainda mais temerosos, que em futuro, não muito remoto, ele desencadeará sobre a sociedade, perguntam espavoridos **Deus meu! Em tal correr aonde iremos parar?**

É que este tremendo dilúvio de erros, cada qual mais pernicioso que alaga a sociedade moderna, maxime na Europa e nas duas Américas, ameaça arrastar e subverter tudo em suas águas lodosas e pestilentas, tudo: família, instituições, leis, religião, sociedade!”

A resposta à primeira pergunta seria negativa.

Diz a Pastoral de 1890:

“Assim, não há de andar mais a Igreja conjunta com o Estado. Um e outro poder exercerão ação separada e isolada, sem querer se conhecerem mutuamente. Nada mais de **união** entre eles. **Separação, separação!** Eis o que se proclama voz em grito, como uma das grandes conquistas intelectuais da época! O mundo social nada tem que ver com a religião. Tal é a formula teórica que se pretende hoje em dia reduzir à prática, e com que se dá como resolvido o momentoso problema das relações entre a Igreja e o Estado.

Esta doutrina não a podemos os católicos admitir, porque está condenada pela Santa Sè Apostólica na 55^a, proposição do Syllabus ou rol de erros contemporâneos, que acompanha a memorável Encíclica **Quanta Cura**, dirigida por Pio IX, de gloriosa memória, a todo o orbe católico. Já em 1832 entendera Gregório XVI que imperioso lhe corria o dever de denunciá-lo à reprovação da consciência crista”.

O Episcopado reconhece a diversidade de atribuições afetas à Igreja e ao Estado proclama a independência da sociedade civil na órbita de suas atribuições temporais. Contudo, independência não quer dizer separação”. Em face da identidade dos súditos que devem encaminhar para o fim próprio de cada uma e em nome da “ordem social”, da “paz pública”, da “concordia dos cidadãos”, dos “direitos da consciência” exigimos a **união** entre os dois poderes”. A Pastoral esclarece que a união desejada seria aquela que prescindisse do relagismo.

Quanto à liberdade atribuída a todos os cultos, a Pastoral reage com indignidade, esgrimindo dois argumentos básicos: 1º) A Igreja católica está visceralmente ligada ao processo de formação da nação brasileira, constituindo os católicos imensa maioria; e, 2º) não há outra Igreja verdadeira senão a Católica. Observe-se que essa linha de argumentação decorre tão somente da recusa da Época Moderna, quando a sociedade passou a reger-se segundo o princípio da tolerância religiosa. Em muitas nações européias, embora divididos em múltiplas seitas, os protestantes passaram a constituir a maioria. A solução encontrada, no plano político, seria a organização do Estado em bases puramente laicas e, no plano ético, o estabelecimento de moral social do tipo consensual. A regra devia, pois, ser igualmente válida para a circunstância em que os católicos constituíssem a maioria.

Assim não entende a Pastoral. Parece-lhe que o decreto republicano constitui uma violação do direito

líquido da maioria. Como maioria compete-lhe ditar as regras. Eis a tese, nos termos em que figura na Pastoral de 1890:

“A maioria decide soberanamente de tudo no mundo da política; decide da constituição e da forma do governo nos Estados, decide tais leis no parlamento, decide das sentenças nos tribunais; por toda a parte a maioria é consultada; a maioria respeitada; a maioria é obedecida; tem, enfim, império incontestável, é lei e lei soberana que a todos se impõem, a maioria. Só quando se trata da religião e dos interesses sagrados que a ela se prendem, é que vemos trocados os estilos; subvertido, calcados os pés, não levado em conta alguma o princípio tão proclamado pelo liberalismo moderno, da soberania do número, do poder incontrastável das maiorias. Pois a nação brasileira em peso não quer que sua religião seja sustentada pelos poderes públicos, ainda que liberdade se dê, leal e ampla, aos outros cultos!

Quer sim, quer por certo isto a nação, mas não foi atendida”.

Mais grave parece à hierarquia da Igreja a violação da doutrina católica quando se vê colocada em pé de igualdade com as outras seitas religiosas.

Afirma-se na Pastoral:

“Não foi também atendida – e isto é mais grave – a doutrina católica. A doutrina católica ensina-nos, dignos cooperadores e filhos diletíssimos, que o tipo ideal da perfeição social não consiste na multiplicidade das seitas religiosas e na tolerância universal delas, mais sim na unidade perfeita dos espíritos pela unidade

da mesma fé dentro do grêmios do universal rebanho de Cristo: **Unum ovile et unus Pastor** (Joann. X. 16). Cônsua da divina missão que lhe incumbe, de realizar, quanto é possível sobre a terra, este sublime ideal evangélico, sustentará sempre a Igreja o direito que ela só tem à proteção dos Estados e condenará o sistema de indiferença que pretender colocá-lo no mesmo nível de igualdade com as seitas de tão sagrado direito, que é sua razão mesma de existência”.

O cristianismo há de ser a Igreja – Proclama a Pastoral. “A Igreja há de ser o cristianismo. Um não se separará do outro; antes formarão a mesma entidade, unidos, inseparáveis, conglutinados, confundidos na mesma vida, mais ainda que a alma de Jonathas e alma de David”.

E conclui a enfática:

“O ensino da Igreja será para todos a regra imediata da fé. Quem desobedecer aos Pastores, quem discrepar desta regra infalível da autoridade da Igreja, e sair, com interpretações peregrinas, com novidades, com Evangelhos diferentes do pregado pelos legítimos pastores, será condenado como um herege, ou um sistemático. **Quem não ouvir a Igreja**, disse o divino Mestre, **seja tido como um pagão e um publicano (Math. XVIII. 17). Quem vos ouve a mim me ouve, quem vos despreza, a mim me despreza (Luc. X. 16)”**.

Vê-se que a Igreja brasileira – criada como um prolongamento da Igreja portuguesa inserida dentro d Estado, como uma dependência sua – não concebe que o reconhecimento do seu magistério, nos novos tempos

iniciados há vários séculos e dos quais não parece ter conhecimento prévio, tem que partir dos próprios súditos, que são livres para fazê-lo, e não por uma outorga do Estado. Este, desde que se instaurou a diversidade de interpretações do legado do Cristo, deve estruturar-se em bases tais que tornam possíveis a coexistência social da diversidade de religiões com de interesses. O tom da Pastoral é do período anterior, quando tal reconhecimento partia de um Estado confessional. É certo que, para semelhante estado de coisas, há de ter contribuído a manutenção de seus vínculos com o Estado mesmo após a Independência. O decreto republicano a colocava na planície, em igualdade de condições com seitas menores, o que, à hierarquia, soava como uma enormidade.

Em que pese a reação, o voto da hierarquia é no sentido de acatar a decisão, mesmo condenando-a veemente, cuidando ao mesmo tempo de usar da nova liberdade para fortalecer-se.

Afirma o documento:

“Hoje, tratando-se de fundar nova forma de governo sobre as ruínas da monarquia, tratando-se de realizar uma obra colossal de reorganização social e política, mais difícil que a primeira, afastam-te, ó Mão bendita, para bem longe, e não querem mais ter comigo o menor contato, nem ouvir os conselhos da eterna sabedoria que estão manando de teus lábios! Mas ao menos, assim deixada, respirarás livre? A liberdade da Igreja Católica! Esta é, dignos cooperadores e filhos

muito amados, a maior questão que se tem agitado em todos os séculos cristãos.

Não trataremos mais da ferida que foi feita à Igreja em nosso país. Tinha ela duplo direito, à proteção e à liberdade. Tiraram-lhe a primeira. Não cooperamos para isso. Infelizmente, porém, é um fato: o Brasil não é mais uma potência católica! Que fazer neste caso concreto, neste novo regime, neste novo **modus vivendi** que nos é imposto pela força das circunstâncias, no período perturbado e incerto que vamos atravessando?

Três coisas: 1^a. Bem apreciar a liberdade da Igreja em si a liberdade tal qual nos é reconhecida pelo decreto. 2^a. Apossados desta liberdade que é nosso direito, sagrado, inalienável, fazer votos e esforços, para que ela se complete e se torne efetiva. 3^a. Cumprir com ânimo resolutivo, firme, mais dedicado que nunca, os nossos deveres cristãos na nova era que inaugura para o Cristianismo católico no nosso Brasil”.

A Pastoral de 1890 comenta a disposição do artigo terceiro do decreto, assegurando a liberdade religiosa não só aos indivíduos como tais mas às Igrejas em que se encontram agremiadas, para afirmar taxativamente que “se a liberdade dada aos católicos fosse uma liberdade só pessoal, não a poderíamos aceitar. Com efeito a Igreja, sociedade **legitimamente constituída**, tem direito escrito de exercer livremente sua ação social. O sistema da liberdade puramente individual seria um consenso ou antes a negação mesma

da nossa religião. Além disso por toda parte e sempre oculto reveste forma pública e social ou deixa de existir. Um culto limitado ao indivíduo é tão contrário à natureza do homem como à natureza mesma da Religião”.

No que se refere ao casamento civil diz a Pastoral:

“O estabelecimento do chamado **casamento civil**, saíam-o bem, cristãos, não vem substituir o único verdadeiro casamento, que é o religioso. Nós acreditamos como um dogma da nossa religião que o Matrimônio é um dos sete sacramentos da Lei nova instituída por Nosso Senhor Jesus Cristo, e que só ele santifica a união do homem e da mulher com fim de formarem a família cristã. Nós, Católicos, sabemos e é ainda a doutrina da nossa Igreja, que o contrato não se separa do Sacramento, porque é justamente o contrato que se acha elevado por Jesus Cristo e essa dignidade.

Tendo o decreto reconhecido solenemente a liberdade que temos de professar particular e publicamente a nossa crença e praticar as nossas leis disciplinares, estamos em nosso pleno direito, em fase mesmo do governo civil, de só considerarmos como válido para os Cristãos o contrato matrimonial que é celebrado na Igreja, com a bênção de Deus. De fato só então é que se contrai o vínculo indissolúvel com a graça do Sacramento; só então é que ficam os nubentes legitimamente casados. Outra qualquer união, ainda que a decorem com aparências de legalidade, não passa de vergonhoso concubinato.

Podeis prestar-vos à formalidade do **casamento civil**, para regular a herança de vossos filhos; mas sabemos que só contraís verdadeiro matrimônio, quando celebrais o ato religioso perante Deus e a nossa consciência, segundo as prescrições da Santa Igreja Católica”.

A Pastoral de 1890 termina proclamando que os católicos brasileiros não separam o amor da religião e o amor da pátria e conclama seus seguidores à união, “na ordem, na paz, na concórdia, no respeito à autoridade, na submissão às leis justas”, com o propósito de promover “a reforma de nossos costumes, para o levantamento do nível da nossa civilização aos olhos de outras nações, para a glória, enfim, daquele Senhor Onipotente, árbitro supremo delas, que as leva ou as abate conforme a retidão de seus juízes”. Ao que se segue esta ameaça:

“Unamos o nossos intuitos, os nossos labores para a execução desta sublime empresa. Conflitos não os pode haver por parte da Igreja.

Basta quer o Estado fique na sua esfera. Nada tente contra Religião. Não só é impossível, nesta hipótese, que haja conflitos; mas pelo contrário, a ação da Igreja será, para o Estado a mais salutar; e os filhos dela, os melhores cidadãos, os mais dedicados à causa pública, os que derramarão mais de boamente o seu sangue em prol da liberdade da pátria.

Ah! Não se consigne, pois, na Carta Constitucional da República Brasileira uma palavra que ofender possa a liberdade da consciência religiosa do

país que é, na sua quase totalidade, Católico Apostólico Romano! Não tolham os altos poderes da República o direito que temos, e já nos reconheceram, de sermos absolutamente livres, nós, católicos, de crer nos nossos dogmas, de praticar a disciplina de nossa Religião, sem a mínima oposição do poder civil. Não ponha a República estorvos às nossas profissões religiosas e as vocações sacerdotais; não condene os sacerdotes católicos ao exercício das armas, violando a consciência deles e as leis da Igreja, que lhes proíbem tais exercícios, como incompatíveis com as funções sagradas e pacíficas de seu sagrado ministério; não nos prive da posse e administração de nossas propriedades, não estabeleça escolas sem Deus.

É o que esperamos, para que se evitem o funesto flagelo das dissensões religiosas, a desunião profunda dos espíritos, nesta quadra melindrosa em que devemos todos, pelo contrário, reunir os nossos esforços e trabalhar juntos, de perfeito acordo na reconstrução de nossa pátria, na grande obra de seu porvir”.

A Pastoral de 1900 traça um quadro verdadeiramente dantesco da situação do país. Diz que “tão triste é o quadro de nossos males presentes e tão mal assombrado é o futuro, que se nos levanta diante dos olhos, que reputamos insuficientes para impedir nossa ruína todas as diligências da indústria humana..”. São enumeradas estas circunstâncias: perda de confiança da sociedade, falta de respeito à autoridade, dissolução da família, “homicídios, roubos, sacrilégios e outros crimes nefandos”, com “pavorosa freqüência”. O

interesse material parece o móvel único dos atos públicos e particulares. Epidemias desoladoras, baixa do crédito nacional, alta e exageração de preços o quadro é “carregado de misérias físicas e morais” ao que se acrescem as lutas de sangue, sedições frequentes, revoluções reiteradas. “... Haveremos de concluir que a mão de Deus nos flagela e que, se não cuidarmos seriamente de aplacar sua justa indignação, teremos a sorte que tiveram sempre os povos prevaricadores, desaparecendo do mapa das nações independentes e autônomas”.

A Pastoral passa em revista os benefícios com que Deus agraciou os brasileiros nos seus quatro séculos de existência. Antes mesmo de nascermos como a nação e a providência nos destinava no globo um lugar privilegiado (excelência do clima, riqueza de metais e pedras, fertilidade, etc.). E assim, por diante. Mas os brasileiros correspondem ingratamente ao Benfeitor.

Entre tais ingratidões acentua-se a situação criada com a República, embora a Pastoral declare que “não fomos adversos ao regime passado nem o somos ao que atualmente nos rege”. Mas a República logo proclamou a liberdade de cultos, “nivelando a Igreja Católica, única divina, com as superstições inventadas pelos homens, que só servem para arrastar as almas à perdição eterna. Proclamar tal liberdade de cultos é declarar que Jesus Cristo vale tanto como Mafoma, e o Catolicismo tanto como o Budismo e os inventos de Confúcio”, “Decretou-se que nossas escolas primárias e superiores fossem seminários de ateísmo, onde nada se ensinasse

de religião, nada de Deus... Decretou-se que o Estado, isto é o governo de uma nação católica só reconhecerá o chamado casamento civil, que diante de Deus e da Igreja é pura mancebia, coberta com a proteção das leis”.

“Somos católicos a quase totalidade dos brasileiros; queremos que nossa religião não seja nivelada com os inventos de Lutero e Calvino, com as torpezas de Mafoma, com os delírios de Augusto Comte. Trabalharemos para estes desideratum..”.

A Pastoral de 1900 reivindica a revogação das leis republicanas. Essa legislação foi promulgada em nome do povo. É necessário que o povo manifeste a sua discordância e seu protesto. “Usemos santamente da liberdade que ainda nos resta; e perante nossos representantes, perante os depositários do poder supremo, levemos petições respeitadas, porém firmes e decididas, que não queremos ser nação sem religião e sem Deus, não queremos ser governados por um governo ateu. Seja este primeiro passo de nossa conversão social. O primeiro ato de penitência pública que faz o Brasil depois de sua apostasia, que a experiência de onze anos nos vai demonstrando ter sido a causa de nossas desgraças, e que virá a ser nossa completa ruína, se não tornarmos com o tempo ao Deus de nossos pais”.

A Pastoral de 1900 reafirma pois a inadaptação da Igreja a República. Em que pese a circunstância, não há abertamente apelo à restauração monárquica, reiterando-se as críticas anteriores ao regalismo.

Contudo, de parte dos católicos, o ante-republicanismo se traduz em preferência pela monarquia.

Somente na década de vinte suas reivindicações iriam acomodar – de à égide do princípio republicano.

Muitas personalidades do mundo católico estiveram a frente da frustrada tentativa de estruturação do Partido Monarquista na década de noventa, que não vingou pelo clima de intolerância e ausência de liberdade. E de cunho monarquista a pregação de Carlos de Laet.

Carlos de Laet diplomou-se em engenharia pela antiga escola Central, em 1872, mais preferiu dedicar-se ao ensino de português, ingressando no Corpo Docente do Colégio Pedro II. Faria igualmente carreira jornalística. Elegeu-se deputado em 1889.

O governo provisório da República demitiu-o do Pedro II. Carlos de Laet ingressa no magistério particular e daria a sua atividade jornalística um sentido fracamente ante-republicano e monarquista.

Seria reintegrado no Colégio Pedro II em 1915.

Integrou a Academia Brasileira de Letras, como membro fundador, e presidiu-a de 1919 a 1922.

O padre Leme Lopes estudou-lhe a personalidade na antologia de textos que preparou para a Editora Agir (Coleção “Nossos Clássicos”, volume 72).

Carlos de Laet advogou a formação de um Partido Católico ou pelo menos de uma instituição que se propusesse a orientar o eleitorado católico Articulista vibrante, combateu e ajudou a derrotar as tentativas de introdução do divórcio. Reclamou fossem subvencionadas as escolas católicas, sob a alegação de que foram formados para facultar o ensino religioso que a

escola pública – cuja manutenção se fazia com impostos pagos pela comunidade, em sua maioria católica – lhe negava.

Embora tenha se tornado articulista de grande sucesso, Carlos de Laet não facultou aos católicos o almejado programa de atuação política, capaz de congregá-los, tarefa a que se dedicaria, com sucesso, Jackson de Figueiredo.

Na oportunidade de sua morte publicou-se um volume *In Memoriam* (Centro Dom Vital, 1929), contendo vários ensaios relativos à sua atuação e personalidade. Em 1976, Antônio Carlos Villaça promoveu a reedição da obra de Hamilton Nogueira (Jackson de Figueiredo, em *O Pensamento católico no Brasil*, (Rio de Janeiro: Zahar, 1975).

A obra de Jackson de Figueiredo não foi reeditada. Na época da primeira guerra mundial, Jackson de Figueiredo era um jovem de 23 anos. Agnóstico, anti-clerical como a maioria da intelectualidade republicana, vindo do nordeste para o Rio de Janeiro aproximou-se de Raimundo Farias Brito (1862/1917). Farias Brito era um discípulo da Escola do Recife, como esta empenhado na superação do positivismo. Mas não seguiu o caminho neokantiano da Escola, dando preferência ao espiritualismo, que vinha de renascer na Europa. Era uma voz isolada, professor no Colégio Pedro II, assistindo à ascensão do positivismo sem capitular mas nada podendo fazer de efetivo. Até a aproximação de Jackson de Figueiredo, Farias Brito virtualmente não tinha discípulos.

Em 1916, Jackson de Figueiredo publicou *Algumas reflexões sobre a filosofia de Farias Brito*. Está convertido ao espiritualismo. Mas ao contrário de Farias Brito, que não aceitava o catolicismo nem acreditava na possibilidade de seu florescimento, Jackson de Figueiredo já então manifesta simpatias pela Igreja Católica. Nesse mesmo ano, o futuro Cardeal Dom Leme publica a famosa Pastoral. Antônio Carlos Villaça, com a autoridade principal historiador do pensamento católico no Brasil, escreveria o seguinte a propósito desse evento: “Essa Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, arcebispo metropolitano de Olinda, saudando os seus diocesanos, em 1916, é um marco na história espiritual do Brasil”. Dom Leme crítica acerbamente os católicos brasileiros, aos quais diz que “são católicos de nome, católicos por tradição, católicos só de sentimento”. O catolicismo, afirma, é uma grande força nacional, mas uma força que não atua, não influi, uma força inerte.

Inicia-se uma reação, pela primeira vez na história da Igreja Católica no Brasil, voltada para os adeptos e seguidores, e não mais para instituições (a própria Igreja ou o Estado), com o propósito de transformá-los no cotidiano da vida e não apenas nos atos exteriores. Esse chamamento calou fundo na alma de Jackson de Figueiredo. Dom Leme, compreendendo por seu turno, o valor e a grande capacidade de liderança daquele jovem que vascolava às portas de sua Igreja, tudo faria para atraí-lo.

O papel de Dom Leme na conversão de Jackson de Figueiredo é apontado por Villaça: “o primeiro resultado prático da Pastoral de 1916 foi a correspondência epistolar que, por causa dela, se manteve entre Jackson de Figueiredo, no Rio, e o Arcebispo do Recife. A Pastoral revelou a Jackson Dom Leme. A amizade entre eles começou por causa dessa Pastoral.

Dom Leme vem ao Rio, hospeda-se no São Joaquim e Jackson lá o procura para conversar. Está perto da Igreja. Aceita tudo na Igreja, menos a confissão. Resposta de Dom Leme: não force, não se confesse. Ficaram amigos para sempre. Era um fruto da Pastoral de Olinda. Era a palpável reconciliação entre a Igreja e a Cultura”.

A conversão de Jackson de Figueiredo seria o início de um longo ciclo de aproximação entre a intelectualidade e a Igreja Católica, sem precedentes na história brasileira.

Em 1921, com Hamilton Nogueira e José Vicente de Souza, Jackson de Figueiredo funda a revista *A Ordem*. Segue-se, em 1922, a criação do Centro Dom Vital. *A Ordem* e o *Centro Dom Vital* tornam-se um pólo de atração e convergência. É grande o número de adesões de jovens promissores. O grupo católico conquista o reconhecimento e a simpatia de intelectuais de nomeada.

Nesse primeiro momento – que é o que interessa estudar nesta oportunidade – a ação dos católicos é eminentemente política. Somente com a morte de Jackson de Figueiredo e a passagem da liderança para as

mãos de Alceu Amoroso Lima, convertido em 1928, no próprio ano da morte de seu antecessor, é que se acresce a dimensão cultural, expressa sobretudo na criação de institutos de ensino superior. Mas tudo isto seria posterior à Revolução de 30.

Na década de vinte, sob a liderança de Jackson de Figueiredo, o conservadorismo católico transforma-se numa força atuante e que passará a contar cada vez mais na arena política nacional. Será mérito seu o abandono na insistência da revogação das leis republicanas, para fazer com que a religião católica voltasse a dispor do “Status” de credo oficial. Jackson de Figueiredo compreendeu que, através dessa bandeira, o objetivo colimado, que era tornar a Igreja presente e influente, jamais seria alcançado. O mesmo se diga em relação à restauração monárquica. A realidade era a República. Jackson de Figueiredo apoiou a ascensão de Bernardes à Presidência da República, ocupou em seu governo cargos influentes. Assim, fez as pazes entre a Igreja e o regime instaurado em 1889, há cerca de 30 anos, portanto.

Seu grande feito consistirá, entretanto, em haver dado um princípio programático ao conservadorismo, a partir do qual se poderia estruturar uma plataforma aglutinadora. Esse princípio era a Ordem e a Autoridade. Aos católicos compete condenar com energia toda forma de autarquia, cerrando fileiras em torno da Ordem, das Autoridades constituídas. Diante do movimento iniciado em 1922, e que passaria à história com a denominação de tenentismo, reage Jackson de

Figueiredo com energia pela imprensa. Os artigos que então escreve reúne-os em livro a que dá este expressivo título: *A Reação do Bom Senso contra o demagogismo e a anarquia militar* (Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922). Todo povo que não sabe domar-se nas suas paixões de momentos – e esta é uma lei histórica de fácil verificação, escreve, se faz presa dos instintos revolucionários, todo o povo que se deixa guiar pelas mediocridades cujo único brilho é a impaciência, toda nação em que o fenômeno da demagogia, domina, na esfera política, é, mais tarde ou mais cedo objeto de irreconciliáveis divisões entre os próprios filhos, desaparece na luta entre interesse opostos e, por fim torna-se pasto da ambição estrangeira.

Em nome da Ordem, do respeito à Autoridade, devem aglutinar-se as classes conservadoras. Em suas mãos este é um conceito político e não da estrutura econômico-social. As classes conservadoras, segundo seu entendimento, não são nem foram jamais opressoras. Elas são, parece-lhe, “o meio termo entre os opressores de cada momento e os sofredores de sempre”.

A insatisfação deve ser canalizada legalmente. O caminho da eliminação dos defeitos da lei ou da prática governamental é o da ordem legal. Se a Constituição tem falhas – como os próprios católicos são os primeiros a reconhecer – deve reformar-se legalmente e não há de ser através de revoluções que alcançaremos tais objetivos.

Com essa bandeira Jackson de Figueiredo dirige-se à sociedade civil. O que importa é a união do

elemento conservador. Desaparece do primeiro plano a plataforma que interessa especificamente à Igreja como instituição. Por isso mesmo refuta a idéia do Partido Católico. Criá-lo seria, a seu ver, dar nascedouro ao partido anti-católico.

A ideologia da ordem de Jackson de Figueiredo é conservadora e reacionária, como proclama Villaça. Mas revelou-se um princípio aglutinador de grande eficácia. Já agora não se trata mais de colocar a união entre a Igreja e o Estado como condição da moralidade social. Se for dado o passo essencial – o conagraçamento dos conservadores em torno da Ordem e da Autoridade – o desdobramento desse princípio dá automaticamente o conteúdo requerido por qualquer plataforma política. O nacionalismo e o respeito à família serão corolários naturais do princípio maior. Por esse caminho é que a Igreja será reverenciada pela sociedade e não o contrário.

Está aí a fusão das idéias de Deus, Pátria e Família, que iria inspirar a principal vertente formadora da Ação Integralista, nos começos da década subsequente. Já agora o conservadorismo católico não mais precisa sonhar ou esperar restauração monárquica, tornando irrealizável com o correr dos anos. Compete-lhe atuar e tornar-se um ponto de referência. É certo que este é o princípio posto em circulação por Dom Sebastião Leme. Jackson de Figueiredo deu-lhe adesão entusiástica e proclamou o primado de sua aplicação no plano religioso para fazer do catolicismo, como Villaça diz que era o seu “polêmico, ardentemente militar, às

vezes provocador, sempre desejoso de conquista, expansão, afirmação”. A bandeira é a de Dom Leme, por certo; mas Jackson de Figueiredo é que saberia levá-la à área política.

egba

EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA

Rua Melo Morais Filho, nº 189,

Fazenda Grande do Retiro

CEP 40346-900

Tels.: (071) 380-2850 / 2806

Fax: (071) 380-2902

Salvador – Bahia

E-mail: egba@gba.ba.gov.br

NOSSAS PUBLICAÇÕES

Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846)
Bibliografia e Estudos Críticos

Alceu Amoroso Lima (1893/1983)
Bibliografia e Estudos Críticos

Tobias Barreto (1839/1983)
Bibliografia e Estudos Críticos

Djacir Menezes
Bibliografia e Estudos Críticos

Sílvio Romero (1851/1914)
Bibliografia e Estudos Críticos

Miguel Reale
Bibliografia e Estudos Críticos

Bibliografia Filosófica Brasileira
(1908/1930)

Bibliografia Filosófica Brasileira
(1931/1980)

Bibliografia Filosófica Brasileira
(1981/1985)

Bibliografia Filosófica Brasileira
(1951/1980)

Índice da Revista Convivium
(1962/1980)

Índice da Revista “A Ordem”
(1921/1980)

Catálogo de Dissertações e Teses
nas Áreas de Filosofia, Ciência Política,
Sociologia e Antropologia

Revista do Pensamento Brasileiro
(n. 1, 1989; n. 2, 1990; n. 3, 1992)